

Maria Fernanda da Silva Bettencourt

**A ordem de palavras na Língua Gestual Portuguesa:
Breve estudo comparativo com o Português e outras línguas
gestuais**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, orientada pela Professora
Doutora Ana Maria Brito
e coorientada pela Doutora Celda Choupina

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

A ordem de palavras na Língua Gestual Portuguesa:
Breve estudo comparativo com o Português e outras
línguas gestuais

Maria Fernanda da Silva Bettencourt

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística orientada pela Professora
Doutora Ana Maria Brito
e coorientada pela Doutora Celda Choupina

Membros do Júri

Professora Doutora Ana Maria Brito
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Ana Mineiro
Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa

Professora Doutora Graça Pinto
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: __valores

*A todos aqueles que continuam a lutar para que a Língua Gestual Portuguesa
tenha o lugar que uma língua natural deve ter.*

Sumário

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vii
Abstract	viii
Índice de ilustrações.....	ix
Índice de tabelas.....	x
Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas.....	xi
Protocolo de transcrição de língua gestual.....	xii
Introdução	1
1. Motivação	1
2. Objetivos gerais e específicos.....	2
3. Estrutura interna da dissertação.....	3
Capítulo 1 – A Língua Gestual Portuguesa (LGP) como língua natural.....	5
1.1. Introdução	5
1.2. Propriedades das línguas naturais	5
1.3. As línguas gestuais como línguas naturais.....	12
1.4. LGP – a língua da comunidade surda portuguesa.....	20
1.4.1. Enquadramento socio-histórico: da clandestinidade ao ensino da LGP como primeira língua.....	25
1.5. Síntese do capítulo	28
Capítulo 2 – A ordem de palavras.....	31
2.1. Introdução	31
2.2. Condições gerais	31
2.2.1. Greenberg e os universais linguísticos.....	31
2.2.2. Chomsky e a perspetiva generativo-transformacional.....	33
2.2.3. Kayne e a antissimetria da Sintaxe.....	35
2.2.4. A ordem de palavras – perspetivas mais recentes.....	36
2.3. O Português como língua SVO.....	38

2.4. A ordem de palavras nas línguas gestuais.....	41
2.5. Questões decorrentes da modalidade visual-espacial	47
2.5.1. Simultaneidade, iconicidade e uso de classificadores.....	47
2.5.2. Tipos de verbos e mecanismos de concordância.....	52
2.6. Síntese do capítulo	57
Capítulo 3 – Metodologia, análise e discussão dos dados	59
3.1. Introdução	59
3.2. Recolha de dados.....	59
3.2.1. Participantes	60
3.2.2. Instrumentos	62
3.2.3. Procedimentos	66
3.3. Primeira apresentação dos resultados.....	69
3.3.1. Experimento 1 – tarefa de produção provocada e de compreensão com situações reversíveis	69
3.3.2. Experimento 1 – tarefa de produção provocada com situações não reversíveis.....	75
3.3.3. Experimento 2 – produção provocada com estímulo visual verbal	79
3.4. Análise e discussão dos resultados.....	84
3.4.1. Posição dos argumentos em relação ao verbo por tipo de situação – reversa e não reversa.....	85
3.4.2. Posição dos argumentos em relação ao verbo por tipo de verbo, segundo a tipologia de Padden (1988, 1990).....	86
3.4.2.1. Verbos de movimento de concordância regular e verbos de movimento reverso	90
3.4.3. Posição dos argumentos em relação ao verbo por tipos semânticos de verbos	92
3.4.4. Ordem básica de constituintes na LGP	93
3.4.5. Uma proposta de análise sintática	98

3.5. Síntese do capítulo	101
Conclusões	103
Referências bibliográficas	105
Anexos	111
Anexo 1 – Inquérito sociodemográfico e linguístico – informantes Surdos...	111
Anexo 2 – Inquérito sociodemográfico e linguístico – Intérpretes de LGP....	112
Anexo 3 – Grelha de registo de tarefa de compreensão dos verbos reversíveis	113

Agradecimentos

Quando me propus fazer este caminho tive consciência de que seria tortuoso e cheio de obstáculos, o primeiro dos quais, ser um caminho quase totalmente desconhecido. Ao longo dele, foram surgindo alguns imprevistos que ainda o tornaram mais penoso. Felizmente, foram muitos aqueles com quem pude contar para o fazer até ao fim. É, portanto, o momento de lhes dizer o quanto estou grata pela ajuda que me deram de várias formas, por terem acreditado em mim, por me darem ânimo nas horas mais difíceis e por nunca me terem deixado cair.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Professora Doutora Ana Maria Brito, que um dia me disse que eu não iria poder fazer uma tese sobre línguas gestuais. Obrigada por me ter permitido mostrar-lhe que as línguas gestuais não só têm uma gramática como são fascinantes, obrigada por ter mudado de ideias. Obrigada pelos conhecimentos que me transmitiu de forma tão contagiantemente apaixonada, pela sua disponibilidade e por todas as suas sugestões, críticas e correções, por elevar sempre a fasquia. Sem si esta dissertação não teria sido possível.

Em segundo lugar, à minha coorientadora, Doutora Celda Choupina, através de quem tive o primeiro contacto com a Linguística, que me mostrou que também podia ser aplicada às línguas gestuais e que não só me transmitiu muitos dos seus conhecimentos como me desafiou a procurar descobrir mais sobre a linguística da LGP. Obrigada pela forma como me contagiou com a sua paixão pela Linguística, em particular pela linguística das línguas gestuais, e por ter aceitado coorientar-me. Obrigada igualmente por todas as suas críticas, correções e sugestões, e por me obrigar a superar-me. Também sem si esta dissertação não teria sido possível.

À Professora Doutora Fernanda Martins, um agradecimento especial pela disponibilidade, pelo interesse e pela sua preciosa ajuda na preparação da metodologia de recolha de dados.

Aos docentes da Faculdade de Letras que me acompanharam nos seminários do Mestrado em Linguística, por tudo o que me ensinaram e por me mostrarem que não só preciso como quero aprender ainda mais.

Aos meus informantes, Surdos e ouvintes, por terem aceitado participar no meu estudo, por terem arranjado forma de, apesar de horários preenchidos e distâncias, não deixarem de estar presentes. Sem as vossas preciosas participações nas minhas experiências ter um *corpus* com que trabalhar teria sido muito mais difícil.

À minha “tia-anjo” e a todos os outros “anjos” que a ela se uniram para que, num momento particularmente difícil, eu não tivesse de desistir. Obrigada por não me deixarem desistir.

À Elda, longe mas sempre perto, por me ouvir, mesmo não sabendo do que estou a falar, por acreditar e me fazer acreditar. Obrigada também pela ajuda na tradução para Inglês.

Ao Quim, pela paciência enorme de que precisou para “aturar” todas as minhas dúvidas e perguntas sobre a LGP, por ter aceitado ser “voluntário à força” quando precisei de um modelo, e por acreditar e não permitir que eu deixe de acreditar em mim.

Finalmente, aos meus amigos e familiares, próximos e distantes, pelo apoio, pela paciência, pela força, mas principalmente pelo carinho.

Resumo

O objetivo primeiro deste estudo é perceber se a Língua Gestual Portuguesa (LGP) possui um padrão de ordem básica dos constituintes da frase e, a confirmar-se a sua existência, qual é. O segundo, saber quais são os fatores que justificam a produção de frases com diferentes padrões de ordem na LGP.

Para o efeito, foi construído um *corpus*, através da elicitación de frases simples afirmativas e declarativas em LGP, apresentando algumas imagens-estímulo a um grupo de gestuantes do Norte – seis Surdos e duas ouvintes, intérpretes de LGP, para efeitos de comparação. Foram ainda elicidadas frases em LGP através da apresentação de frases-estímulo em Português, para avaliar se a estrutura sua sintática interfere com a estrutura sintática da LGP.

Os dados obtidos demonstram que a LGP tem uma estrutura sintática própria e que o padrão de ordem básica dos seus constituintes é SVO, embora, em situações não reversíveis, exista mais flexibilidade e outros padrões de ordem sejam frequentes. Demonstraram também que frases com outros padrões de ordem devem ser acompanhadas de marcação não manual e que esta obedece a regras próprias que, quando não são respeitadas, podem dificultar ou impossibilitar a compreensão dos enunciados.

Apesar de ser um *corpus* muito pequeno, que impossibilita generalizações, permitiu-nos confirmar que muitos dos fenómenos descritos para outras línguas gestuais também existem na LGP: verbos de movimento reverso; tópicos marcados; construções de pergunta-resposta; construções de mininarrativas; uso do espaço sintático para descrever as relações gramaticais entre os argumentos da frase, incorporação do O no V.

Uma análise sintática revela que, embora a linearidade não seja a propriedade dominante das línguas gestuais, podemos aplicar à LGP, tal como tem sido aplicado em outras línguas gestuais, princípios sintáticos comuns às línguas orais. Porém, pode justificar-se que a proposta de estruturas altamente hierarquizadas não faça tanto sentido como nas línguas orais. Mesmo assim, ousamos propor uma estrutura sintática para frases com as ordens SVO e SOV, baseada nas ideias de que, para além de categorias lexicais, há algumas categorias funcionais na frase e de que o movimento / não movimento do V pode justificar alguns padrões distintos de ordem.

Palavras-chave: Línguas gestuais; Língua Gestual Portuguesa; sintaxe; ordem de palavras; movimento do verbo

Abstract

The aim of this study is to understand which is the basic word order pattern in Portuguese Sign Language (LGP), or in other words, if LGP has a basic structure of the constituents of the sentence, and, if this is confirmed, to understand how it is structured. A second purpose is to identify the conditions that justify the production of sentences with different word order patterns in LGP.

In order to accomplish the above goals we formed a *corpus* by encouraging the production of simple affirmative declarative sentences in LGP, using stimuli-images on a group of LGP signers from North Portugal – six were Deaf and two were hearing LGP interpreters, in order to compare the results. The production of phrases in LGP was also stimulated by presenting stimuli-sentences in Portuguese, in order to evaluate if the syntactic structure of the Portuguese Language interferes with the syntactic structure of LGP.

The results obtained demonstrate that LGP has its own syntactic structure and its basic pattern of phrase constituents is SVO, although, in certain non-reversible situations, more flexibility is evident and other word order patterns are frequent. We have also observed that sentences with other word order patterns are followed by nonmanual markings, which have their own rules, and that when these rules are not abided to it can be very difficult to understand the produced sentences.

Although the *corpus* is small, making it impossible to make generalizations, it still allowed us to confirm that many of the phenomena described in other sign languages also exist in LGP: backward verbs; marked topics, question-answer constructions, small narrative constructions, use of syntactic space to describe grammatical relations of the arguments, incorporation of the O in the V.

A syntactic analysis reveals that, although linearity is not a dominant feature of sign languages, we can apply to LGP some syntactic principles that are common to spoken languages, as well as to other sign languages. Even so, we propose a syntactic structure for sentences with SVO and SOV orders, based on the idea that there are some functional categories in the sentence, as well as lexical categories, and that the movement or the lack of V movement can justify some different order patterns.

Keywords: Sign languages; Portuguese Sign Language; syntax; word order; verb movement

Índice de ilustrações

Figura 1 – BOI e VACA em LGP (imagens retiradas do dicionário online multilingue de línguas gestuais www.spreadthesign.com).....	21
Figura 2 - Formas flexionadas de DAR (GIVE), em ASL: a concordância é expressa pela mudança de direção do movimento da trajetória do verbo.....	55
Figura 3 - Formas flexionadas do verbo reverso TIRAR (TAKE), em ASL: o movimento é efetuado do locus do objeto para o locus do sujeito.	56
Figura 4 – Imagens-estímulo para o evento ABRAÇAR (retiradas de Volterra <i>et al</i> , 1984)	64
Figura 5 – Imagens-estímulo para o evento REBOCAR (retiradas de Volterra <i>et al</i> , 1984)	64
Figura 6 – Imagens-estímulo para o evento PERSEGUIR (retiradas de Sze, 2003).....	64
Figura 7 – Imagem-estímulo para o evento COMER (retirada de Volterra <i>et al</i> , 1984) ...	65
Figura 8 – Imagem-estímulo para o evento LAVAR (retirada de Volterra <i>et al</i> , 1984) ...	65
Figura 9 – Imagem-estímulo para o evento VER (retirada de Volterra <i>et al</i> , 1984).....	65
Figura 10 – Imagem-estímulo para o evento PINTAR (retirada de Volterra <i>et al</i> , 1984). 65	
Figura 11 – COMER e SOPA em LGP (imagens retiradas do dicionário online multilingue de línguas gestuais www.spreadthesign.com)	80
Figura 12 – DESENHAR e PINTAR em LGP (imagens retiradas do dicionário online multilingue de línguas gestuais www.spreadthesign.com).....	81
Figura 13 – CARRO _b REBOCAR _a CAMIÃO [A.1, 1.2.a]	90
Figura 14 – GATO _a PERSEGUIR _b COELHO [A.1, 1.3.a].....	90
Figura 15 – COELHO FUGIR [^] CORRER//GATO CORRER [^] _a PERSEGUIR _b [C.1, 1.3.a]	96

Índice de tabelas

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica e linguística dos informantes	61
Tabela 2 – Experimento 1: produção e compreensão a partir de imagens com situações reversíveis.....	63
Tabela 3 – Experimento 1: produção a partir de imagens com situações não reversíveis	64
Tabela 4 – Experimento 2: estímulos verbais em Português para eliciação de produções em LGP.....	66
Tabela 5 – Escala de classificação do grau de dificuldade na tarefa de compreensão ...	68
Tabela 6 – Dados de produção e ordem de constituintes para o evento ABRAÇAR.....	70
Tabela 7 - Dados de compreensão para o evento ABRAÇAR.....	71
Tabela 8 – Ordem dos constituintes e MNM nas produções para o evento ABRAÇAR...	71
Tabela 9 – Ordem dos constituintes e MNM nos dados de produção para o evento REBOCAR	72
Tabela 10 - Dados de compreensão para o evento REBOCAR	73
Tabela 11 - Ordem dos constituintes e MNM nos dados de produção para o evento PERSEGUIR.....	74
Tabela 12 – Distribuição das ocorrências dos tipos de ordem das produções por evento	75
Tabela 13 – Distribuição dos tipos de ordem realizados por cada informante e por evento	76
Tabela 14 – Distribuição das ocorrências dos tipos de ordem das produções em LGP por verbo	79
Tabela 15 – Distribuição dos tipos de ordem realizados na produções em LGP por informante e por situação	81
Tabela 16 – Ocorrências dos argumentos S e O segundo o tipo de situação	85
Tabela 17 - Ocorrências dos argumentos S e O segundo a posição em relação ao V por tipo sintático de verbo	88
Tabela 18 – Ocorrências dos argumentos S e O segundo a posição em relação ao V por tipo semântico de verbo.....	92

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

- AgrO – Agreement Object (concordância de objeto)
AgrOP – Agreement Object Phrase (sintagma concordância de objeto)
ASL – American Sign Language (Língua Gestual Americana)
Auslan – Australian Sign Language (Língua Gestual Australiana)
GU – Gramática Universal
ISL – Irish Sign Language (Língua Gestual Irlandesa)
LGP – Língua Gestual Portuguesa
LIS – Lingua dei Segni Italiana (Língua Gestual Italiana)
LIU – Lughat il-Ishaarah il-Urduniyyah (Língua Gestual Jordana)
LSB – Língua de Sinais Brasileira
MNM – Marcação não manual
NGT – Nederlandse Gebarentaal (Língua Gestual Holandesa)
O – Objeto
OD – Objeto direto
OI – Objeto indireto
S – Sujeito
SAsp – Sintagma Aspetual
SN – Sintagma Nominal
Spec – Especificador
ST – Sintagma Tempo
SU – Sujeito
SV – Sintagma Verbal
T – Tempo
V – Verbo
VGT – Vlaamse Gebarentaal (Língua Gestual Flamenga)
VP – Verbal Phrase (=SV)

Protocolo de transcrição de língua gestual

GESTO	As glosas em Português, apresentadas em maiúsculas pequenas, representam gestos com aproximadamente o mesmo significado que a palavra do Português.
GESTO-GESTO	Quando é necessário mais do que uma palavra do Português para representar um único gesto, as palavras são ligadas por hífen.
GESTO^GESTO	Gestos compostos são ligados por um circunflexo.
_____ ^q	Marcadores não manuais (expressões faciais e/ou corporais) são indicados por uma linha superior, que acompanha os gestos com os quais coocorrem, seguida de letras que significam o tipo de expressão: 'ls' indica levantamento das sobrancelhas, 'ao' significa arregalar dos olhos, 'ic' significa inclinação da cabeça para a frente, 'q' significa interrogativa-Q (levantamento do queixo com inclinação da cabeça para trás e franzir das sobrancelhas).
^a GESTO _b	As letras minúsculas representam localizações espaciais (a = lado dominante; b = lado não dominante). Cada nome é marcado no início da glosa com um índice que indica o <i>R-locus</i> que lhe está associado (e.g. GESTO _a). O verbo tem um índice no início e outro no fim, indicando o <i>R-locus</i> onde o movimento começa e o <i>R-locus</i> onde termina.
GESTO ₁	Gesto efetuado no <i>locus</i> da primeira pessoa (1P). Se for segunda ou terceira pessoa, será assinalado com um 2 (2P) ou um 3 (3P), respetivamente.
GESTO _(ASPETO)	Quando se justificar, as marcas aspetuais serão indicadas em maiúsculas pequenas, em posição inferior à linha e entre parênteses.
CL: TIPO-DE-CLASSIFICADOR	Os classificadores são indicados pela abreviatura CL, seguida da descrição do classificador.
/ ou //	Pausa breve ou pausa mais prolongada.

Introdução

1. Motivação

Quando iniciámos a nossa aprendizagem da Língua Gestual Portuguesa (LGP), com uma docente Surda¹, depois de nos ser ensinado o alfabeto e a numeração gestual, aprendíamos algumas frases simples de apresentação ou de pedidos de informação. A partir daí, os conteúdos eram-nos apresentados por “temas”: família, legumes, frutas, dias da semana, meses, etc. À medida que íamos progredindo na aprendizagem, começavam a ensinar-nos alguns verbos, mas sentíamos que continuava a faltar-nos algo para conseguirmos aventurar-nos numa conversa com pessoas Surdas: como é que podíamos formar frases? Como é que os Surdos as formavam? Afinal, onde é que estava a Gramática? Perante as nossas perguntas ansiosas, foi-nos dito que as frases da LGP eram diferentes das frases no Português, que na LGP “o verbo vem sempre no fim”. Entretanto, a nossa aprendizagem continuou com outros docentes de LGP (uma ouvinte, os outros Surdos) e a informação era a mesma: “na LGP, o verbo vem sempre no fim”.

Com o passar do tempo, à medida que íamos convivendo com a comunidade Surda do Porto (por vezes, também alguns Surdos de outras regiões) e os íamos observando, íamos tendo a perceção de que, a ser verdade que o verbo vinha em posição final de frase, o sujeito vinha em posição inicial de frase, portanto, a LGP seria uma língua SOV. Conforme trocávamos impressões com outros ouvintes com mais anos de aprendizagem da LGP e de contacto com a comunidade Surda – essencialmente intérpretes de LGP – percebíamos que essa era também a perceção deles(as), embora reconhecessem que durante o exercício da interpretação em simultâneo isso nem sempre (ou quase nunca) era possível respeitar. O problema era quando observávamos discursos espontâneos, produzidos por Surdos, que também não respeitavam essa ordem: estariam influenciados pelo Português? Estaria a LGP a evoluir para SVO ou, simplesmente, quando nos diziam que “o verbo vem sempre no fim”, de algum modo, estavam a seguir

¹ Grande parte dos investigadores que se têm dedicado ao estudo das línguas gestuais e da cultura Surda adotou a proposta apresentada por James Woodward de usar a designação 'Surdo' para descrever alguém que faz parte de uma comunidade linguística e cultural que usa uma língua gestual e 'surdo' para descrever alguém que o é audiológicamente mas não faz parte de qualquer comunidade gestuante. É esta a posição assumida, por exemplo, por Liddell (2003a), na sua primeira nota de rodapé (pág. 1), e será também a que assumiremos neste trabalho.

um instinto errado? No fundo, seria isso uma espécie de mito? A verdade é que o único estudo (breve) em que se procurava determinar a ordem dominante da LGP – Amaral *et al* (1994) – nem apontava para que esta fosse uma língua SOV nem chegava a conclusões que nos satisfizessem ou que fossem ao encontro da nossa percepção.

Tendo em conta a falta de estudos sobre a gramática da LGP e a necessidade do seu conhecimento para um ensino mais eficaz da língua, como L1 (a crianças e jovens Surdos, em escolas de referência para a educação bilingue de alunos Surdos) ou como L2 (a adultos surdos que nunca tiveram contacto com ela ou ouvintes que desejam aprendê-la), pareceu-nos que o mais óbvio seria começar por compreender, afinal, qual é a ordem dos constituintes em frases simples, afirmativas, declarativas e não marcadas nesta língua.

2. Objetivos gerais e específicos

Este trabalho tem como objetivo o estudo da ordem dos constituintes da frase na LGP, língua que, apesar de reconhecida na Constituição da República Portuguesa, desde 1997, como a língua de acesso à educação dos surdos, carece de estudos aprofundados, nomeadamente, sobre a sua morfossintaxe.

De acordo com Amaral, Coutinho & Martins (1994: 124) – o único estudo publicado que aborda este assunto, tanto quanto conhecemos –, frases como (1) a (3) são todas aceitáveis na LGP:

- | | |
|----------------------|-------|
| (1) BOLO COMER RAPAZ | [OVS] |
| (2) COMER RAPAZ BOLO | [VSO] |
| (3) BOLO RAPAZ COMER | [OSV] |

Os autores justificam essa flexibilidade com a ausência de restrições semânticas, isto é, em frases como estas não é possível confundir o papel de Agente com o de Alvo/Tema/Paciente. Consideram ainda que são essas restrições semânticas a tornar obrigatória, em frases em que os dois argumentos dos verbos são animados, a que encontramos em (4) a (5):

- | | |
|-------------------------|-------|
| (4) RAPAZ AMAR RAPARIGA | [SVO] |
| (5) RAPARIGA AMAR RAPAZ | [SVO] |

Estas afirmações estão em contradição com aquilo que encontramos na bibliografia, ou seja, que a ordem básica das línguas gestuais (tal como a das línguas orais) é a ordem não marcada de uma frase simples, afirmativa, declarativa, em resposta a uma pergunta do género ‘o que é que aconteceu?’. Ainda que exista consenso a respeito de uma maior flexibilidade das línguas gestuais em relação às línguas orais, no que diz respeito à ordem dos constituintes, tem sido também cada vez mais aceite que frases com padrões de ordem diferentes da ordem básica costumam ser acompanhadas de pausas e marcação não manual (cf. Sandler & Lillo-Martin, 2006: 288 e ss).

Assim sendo, a principal informação que falta no que é defendido por Amaral *et al* (1994) é como é que as diferentes ordens que eles defendem como aceitáveis na LGP são licenciadas ou o que é que as motiva. Além disso, o que é descrito pelos autores sobre a ordem dos constituintes da frase na LGP não está de acordo com o que os próprios gestuantes vão passando a quem aprende a língua.

Diante das contradições com que nos temos deparado ao longo destes anos de contacto com a LGP e a comunidade Surda portuguesa (essencialmente a do Porto) e considerando o que pudemos observar em estudos sobre outras línguas gestuais, iniciámos este estudo partindo de três hipóteses:

Hipótese 1: a ordem dos constituintes da frase varia consoante o tipo de verbos;

Hipótese 2: a compreensão e a produção são marcadas pela ordem dos constituintes;

Hipótese 3: a concordância do verbo com o objeto influencia a ordem dos constituintes.

Esperamos, apesar das limitações do *corpus*, conseguir encontrar respostas satisfatórias e que nos deem pontos de partida para futuros estudos da LGP.

3. Estrutura interna da dissertação

Esta dissertação está dividida em três capítulos nucleares, o capítulo de conclusões, as referências bibliográficas e anexos.

No **Capítulo 1**, considerando que persistem algumas dúvidas a respeito do estatuto linguístico das línguas gestuais, começamos por ver o que é que vários linguistas identificaram como propriedades das línguas naturais, ao longo do tempo, e como estas propriedades foram encontradas nas línguas gestuais em geral e na LGP em

particular, terminando com um breve enquadramento socio-histórico da LGP e de como ela se preservou e manteve até aos nossos dias.

No **Capítulo 2**, revemos três autores que deram contributos importantes para o estudo da ordem básica das palavras nas línguas orais, nomeadamente Greenberg (1963), Chomsky (1982) e Kayne (1994), bem como algumas abordagens sobre a ordem das palavras no Português e o que leva os linguistas a considerarem que é uma língua com um padrão SVO. Seguidamente, veremos algumas abordagens sobre a ordem dos constituintes nas línguas gestuais em geral e na LGP em particular, bem como algumas questões decorrentes da modalidade visual-gestual destas línguas, abordando algumas das dificuldades encontradas nos estudos que têm sido publicados sobre a ordem dos constituintes em diversas línguas gestuais.

No **Capítulo 3**, descrevemos, em primeiro lugar, a metodologia usada para a recolha dos dados que constituíram o nosso *corpus*, bem como a apresentação dos mesmos. Seguidamente, começamos por uma primeira apresentação dos resultados, onde tivemos em conta os enunciados produzidos pelos informantes para cada um dos estímulos, após o que fazemos a análise e discussão dos dados, tendo agora em conta o número de frases produzidas em cada enunciado, terminando com uma proposta de análise sintática, tendo em conta alguns dos fenómenos encontrados.

Por último, apresentamos algumas **conclusões** a que este trabalho nos permitiu chegar, seguidas da bibliografia e dos anexos.

Capítulo 1 – A Língua Gestual Portuguesa (LGP) como língua natural

1.1. Introdução

A discussão sobre o que são línguas naturais e o que é que as distingue de sistemas de comunicação animal ou artificial não é recente. Entre os vários linguistas que o procuraram definir, havia uma característica da linguagem humana que parecia ser consensual: o facto de ser produzida pelo aparelho fonador e percebida pelo aparelho auditivo. O crescente interesse pelos sistemas de comunicação utilizados por pessoas que nasceram privadas da audição – portanto, sem capacidade para adquirir línguas de transmissão oral e percepção auditiva – veio colocar este conceito em causa e obrigar a uma revisão das teorias existentes.

Neste capítulo começamos por ver o que é que vários linguistas identificaram como características das línguas naturais, ao longo do tempo, destacando Saussure (1916), Hockett (1960), Lyons (1981), Bolinger & Sears (1981) e Chomsky (1986), e como estas características foram encontradas nas línguas gestuais em geral e na Língua Gestual Portuguesa (LGP) em particular, conforme demonstram autores como Liddell (1980, 2003a), Emmorey (2002), Quadros & Karnopp (2004), Sandler & Lillo-Martin (2006) Johnston & Schembri (2007), Leeson & Saeed (2012a) ou, para a LGP, Amaral *et al* (1994).

1.2. Propriedades das línguas naturais

A evidência de que a linguagem existe em todas as sociedades humanas, ao contrário das sociedades animais, onde não há qualquer sistema de comunicação com as mesmas características, permite-nos acreditar que ela resulta da evolução biológica do ser humano. As manifestações particulares de linguagem humana são designadas pelos linguistas como línguas naturais, por oposição a linguagens artificiais (Duarte, 2000: 15).

Saussure (1916) considera que a linguagem tem um lado individual e um lado social indissociáveis, defendendo que não se pode confundir língua com linguagem, pois a primeira é uma parte essencial da segunda. Na sua perspectiva, a língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias,

adotadas por uma sociedade, que permitem o exercício da faculdade da linguagem pelo indivíduo. Por outras palavras, enquanto a língua é adquirida e convencional, o exercício da linguagem assenta numa faculdade que nos é dada pela natureza. Portanto, o autor defende que não é a língua falada que é natural ao homem, antes a capacidade de formar uma língua, isto é, um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas. Assim, Saussure (1916) propõe que a linguagem é a fusão da língua (*langue*) – um produto social que o indivíduo regista passivamente – e da fala (*parole*) – um ato individual de vontade e inteligência (cf. Saussure, 1916: 23-35).

Outra proposta de Saussure (1916) foi a de que o signo linguístico associa não uma coisa a um nome mas um conceito a uma imagem acústica, imagem esta que é a representação física do som, não a sua forma sonora. Assim, defende que o signo linguístico é uma entidade psíquica com duas faces: o **significante** (que corresponde ao conceito) e o **significado** (que corresponde à imagem acústica). Para o autor, o signo linguístico tem duas características primordiais: (i) a **arbitrariedade**, ou seja, a ligação entre o significante e o significado é arbitrária, no sentido de que é ‘imotivada’; por outras palavras, o significante é arbitrário em relação ao significado porque não tem com ele qualquer ligação natural com a realidade; todavia, tendo em conta que o signo é o resultado da associação do significante ao significado, então o próprio signo linguístico é arbitrário; (ii) e a **linearidade**, uma vez que, tendo em conta a sua natureza auditiva, o significante só tem ao seu dispor a linha do tempo, na qual os elementos que o compõem se sucedem, um após outro, formando uma cadeia linear; esta linearidade opõe-se ao que acontece com os significantes visuais², que podem, segundo o autor, trazer ‘complicações simultâneas’ em diferentes dimensões (cf. Saussure, 1916: 97-103).

Numa perspetiva semiótica das línguas naturais, Lyons (1981: 17) considera que a comunicação pressupõe a existência de um **sinal**, que é transmitido por um **emissor** a um **recetor** (ou a um grupo de recetores), através de um **canal** de comunicação; esse sinal terá uma determinada **forma** que lhe dará um **significado** (ou **mensagem**) e é a ligação entre o sinal e o seu significado que dá origem ao que é referido em semiótica como **código**, sendo a mensagem codificada pelo emissor e decodificada pelo recetor.

² O autor dá como exemplo os códigos marítimos, ou seja, refere-se a códigos visuais artificiais. No entanto, parece-nos interessante que ele o tenha constatado, tendo em conta que abordaremos adiante esta questão, no que respeita às línguas gestuais.

Procurando estabelecer as diferenças entre as línguas naturais e os sistemas de comunicação animais e artificiais, Hockett (1960: 5-8) propôs uma lista de 13 propriedades, que considerava serem partilhadas por todas as línguas do mundo e ausentes dos outros sistemas de comunicação (ou, pelo menos, não presentes em todos) e todas elas dependentes umas das outras:

- Utilização do *canal oral-auditivo* – para Hockett, a propriedade mais óbvia – que, ao contrário do que acontece com outros meios de comunicação, considerava ter a vantagem de deixar o resto do corpo livre para desempenhar outras atividades ao mesmo tempo;
- *Caráter transitório e transmissão aberta e recepção direcional* – que considerava decorrentes da física do som e consequências quase incontornáveis da propriedade anterior. Significa, a primeira, que o caráter transitório das mensagens emitidas oralmente contrasta com a permanência dos rastros de alguns animais e, a segunda, que o sinal linguístico pode, por um lado, ser ouvido por quem esteja dentro do alcance das ondas sonoras por ele emitidas e, por outro lado, que qualquer ouvinte consegue identificar a origem da emissão e o seu emissor através da orientação espacial binaural;
- *Intercompreensão e monitorização*, ou seja, a capacidade que o ser humano tem de transmitir qualquer mensagem que também pode perceber, quando emitida por outro ser humano, e a capacidade de se automonitorizar enquanto fala, uma vez que se ouve ao mesmo tempo;
- *A especialização*, que decorre do facto de as ondas sonoras da fala não terem nenhuma outra função para além da de emitir sinais linguísticos;
- *A semânticidade*, decorrente da relação entre a mensagem e o que dela resulta, devido à ligação entre os seus elementos e o mundo que nos rodeia;
- *A arbitrariedade*, propriedade que considerava fazer parte apenas da linguagem humana, uma vez que os sistemas de comunicação animal tanto podem ter sinais arbitrários como não arbitrários. Para Hockett, a arbitrariedade tem a vantagem de fazer com que não haja limites ao que se pode comunicar;
- *O caráter discreto*, ou seja, a existência de unidades discretas que compõem a fala e que podem variar, originando significados diferentes, ao contrário da dança de uma abelha, por exemplo, que é contínua;
- Também o *distanciamento* é uma propriedade que considerava pertencer quase exclusivamente à linguagem humana (apesar de reconhecer que está de certa forma

presente na dança das abelhas), uma vez que os animais comunicam entre si apenas sobre situações presentes;

- A *produtividade* – segundo o autor, uma das propriedades mais importantes da linguagem humana –, que é a capacidade para produzir enunciados nunca produzidos anteriormente e, mesmo assim, ser entendido por outros falantes da mesma língua;
- Do mesmo modo, a *transmissão cultural*, que tem de existir para além da capacidade inata para a linguagem;
- Por último, a *dualidade* – a forma como um grande número de elementos com significado (morfemas, palavras) é constituído através da combinação de um número limitado de unidades sem significado (os sons da fala) –, que considerava inexistente em qualquer forma de comunicação não humana.

Destas treze propriedades, Lyons (1981: 19) destaca quatro, sem as quais considera que as línguas naturais não poderiam ter flexibilidade e versatilidade: a arbitrariedade, a dualidade, o carácter discreto e a produtividade. Todavia, a análise que faz delas nem sempre coincide com a de Hockett (1960).

Enquanto Hockett (1960) considerava que os sinais linguísticos eram todos arbitrários, Lyons defende que as línguas naturais também têm sinais icónicos – as onomatopeias, por exemplo –, apesar de a maioria dos seus sinais ser arbitrária. Se, por um lado, Lyons considera que a *arbitrariedade* traz a vantagem de tornar as línguas mais flexíveis e versáteis, por outro, considera que tem a desvantagem de as tornar mais difíceis de aprender, devido à falta de ligação entre ‘a forma’ (o significante) e o significado, embora presume que as vantagens se tenham sobreposto aos inconvenientes. O autor alarga, ainda, o conceito de arbitrariedade à estrutura gramatical das línguas, tendo em conta as diferenças gramaticais que existem entre elas. A *flexibilidade* e a *versatilidade* são, para Lyons, as características mais importantes na comparação entre línguas naturais e outros sistemas de comunicação, uma vez que são elas que nos permitem falar sobre as nossas emoções e sentimentos, pedir cooperação aos nossos semelhantes, fazer ameaças ou promessas, dar ordens, fazer perguntas ou afirmações, para além de nos permitem também fazer referência ao passado, presente e futuro, bem como a coisas muito distantes da situação de enunciação, incluindo coisas que não existem ou que é possível que não existam (cf. Lyons, 1981: 18-20).

Lyons atribui à *dualidade* a vantagem de se poder combinar uma pequena quantidade de sons (fonemas) em muitos milhares de palavras (e estas em frases), o que

possibilita um número infinito de mensagens. No que diz respeito ao *caráter discreto*, dá particular atenção ao facto de duas palavras muito semelhantes – que diferem apenas num fonema – terem usualmente significados muito diferentes, o que reduz a possibilidade de ocorrência de cada uma delas em determinados contextos e limita significativamente a possibilidade de equívocos em situações de comunicação mais difíceis (cf. Lyons, 1981: 20-22).

Tal como Hockett (1960), Lyons (1981: 22-23) considera que é a *produtividade* que dá ao falante de uma língua a capacidade de produzir e interpretar enunciados que nunca ouviu anteriormente, o que não parece acontecer nos sistemas de comunicação animal. Adotando a perspectiva chomskiana, o autor considera que é essa a razão pela qual as crianças que ainda estão em fase de aquisição da língua são capazes de produzir enunciados que nunca ouviram, o que contradiz as teorias que defendiam que essa aprendizagem era feita por meio de imitação e memorização. Lembra, no entanto, ainda de acordo com o defendido por Chomsky, que a produtividade é governada por regras gramaticais, que são em parte universais e em parte dependentes de cada língua, e é dentro dessas regras que os falantes podem usar a *criatividade* (cf. Lyons, 1981: 22-23).

Continuando a seguir a linha de Hockett (1960), Lyons (1981: 23) considera também que estas propriedades estão todas interligadas de várias formas e que não só estão presentes em todas as línguas naturais como o estão com grande intensidade. A existirem em sistemas de comunicação diferentes das línguas naturais, o autor não acredita que estejam presentes ou interligadas da mesma forma ou a um nível idêntico (cf. Lyons, 1981: 23).

Outros linguistas se dedicaram igualmente à procura da diferença entre as línguas naturais e os outros sistemas de comunicação. Foi o caso de Bolinger & Sears (1981: 2), que arriscaram definir a linguagem humana como um sistema de comunicação vocal-auditivo que interage com a experiência dos seus falantes, empregando sinais convencionais compostos por unidades de som, combinadas de forma arbitrária e organizadas de acordo com um conjunto de regras estabelecidas. Não obstante, admitindo que a definição não é completa, os autores consideraram que há características comuns a todas as línguas naturais cuja identificação é possível:

- *São humanas* e todas têm semelhanças porque todos os seres humanos têm as mesmas capacidades para as dominar desde os primeiros anos de vida;

- *A língua é pensamento e atividade*, não algo palpável, embora possa ser gravada ou registada por escrito e transmitida de uns falantes para outros;
- *O meio usado para as línguas é o som*, uma vez que todas as línguas usam o mesmo canal para enviar e receber mensagens: as ondas sonoras, ou vibrações da atmosfera. Todas iniciam essas vibrações através da atividade dos órgãos da fala e todas as organizam da mesma forma – através de pequenas unidades de som que podem ser combinadas e recombinaadas de forma distinta. Os autores referem outros meios que admitem que podem ser usados – como as línguas gestuais, por exemplo – mas apenas como auxiliares, não lhes reconhecendo, porém, a mesma organização linguística, que consideram ser permitida apenas pelo som;
- *São hierárquicas*, ou seja, apesar de cada enunciado parecer um contínuo sonoro, é composto por unidades discretas (que sozinhas são desprovidas de significado) que se associam hierarquicamente, formando unidades cada vez maiores, portadoras de significado;
- *Mudam para dar resposta a mudanças*, resultado da própria recetividade à mudança, ainda que de acordo com o próprio sistema. Isto permite-lhes recombinaar-se de uma forma infinita e gradual, sem se autodestruírem;
- *A gesticulação³ faz parte das línguas*, isto é, para além da atividade verbal, há um conjunto de sons e movimentos produzidos pelos falantes: movimentos paralinguísticos e cinésicos, que contribuem para o ato de comunicação, fornecendo-lhe informação adicional;
- *Têm tanto arbitrariedade como não arbitrariedade*, embora a primeira esteja muito mais presente do que a segunda. Contudo, a arbitrariedade não decorre da vontade de alguém em particular, uma vez que tanto os signos linguísticos como a sua combinação têm normalmente uma origem não arbitrária nas línguas, podendo evoluir para uma maior ou menor arbitrariedade;
- *São tanto verticais como horizontais*, sendo a dimensão horizontal o domínio da Sintaxe e a dimensão vertical o domínio dos ‘paradigmas’ (conjuntos de palavras agrupadas verticalmente segundo as propriedades fonológicas e morfológicas de uma

³ Tendo em conta que este é um estudo sobre as línguas gestuais, em particular sobre a LGP, sempre que necessário, para evitar confusão entre os gestos paralinguísticos (*gestures*) e os que constituem o vocabulário das línguas gestuais (equivalentes às palavras nas línguas orais – *signs*), referir-nos-emos aos primeiros como ‘gesticulações’ e aos segundos como ‘gestos’.

determinada classe e segundo as regras de variação e formação, de entre as quais o falante escolhe uma para construir um enunciado);

- *São estruturadas de forma semelhante*, destacando-se a estrutura da frase: as línguas podem ser classificadas como SVO, SOV ou VSO, mas estas são ordens básicas, através das quais é possível prever outros factos que operam sobre as estruturas, criando, assim, estruturas derivadas e aparentemente afastadas das básicas;

- *São ouvidas, bem como faladas* e, segundo o princípio do menor esforço, um falante não se esforçará mais do que o necessário para ser entendido, do mesmo modo que um ouvinte não se esforçará mais do que o necessário para o entender – o que leva a uma instabilidade constante das línguas e à procura contínua de equilíbrio entre a mudança e a resistência à mudança (cf. Bolinger & Sears, 1981: 2 e ss).

Para Chomsky (1986), estas e outras abordagens científicas com vista à identificação do que é uma língua têm o problema de não fazerem “qualquer tentativa para captar ou formular qualquer conceito através de aspetos sociopolíticos ou normativo-teleológicos do uso informal do termo «língua»” (p. 36), mesmo as que são feitas pelos que a entendem como um produto social, dentro do conceito saussuriano de *langue*. O autor considera que o foco deve ser a propriedade da mente que permite “a uma pessoa adquirir uma língua em condições de experiência pura e uniforme” (p. 37), ou seja, de que forma é que a Gramática Universal (GU) é acionada em contextos reais de aquisição de uma língua, sendo a GU uma propriedade da mente, comum a todos os seres humanos (cf. Chomsky, 1986: 36-37).

Apesar de não negar a importância da língua como produto social, Chomsky (1986: 37-38) não acha que o seu estudo possa avançar se não se tiver em conta as propriedades da mente que estão envolvidas no processo de aquisição de uma língua, a que chama “as propriedades do estado inicial da faculdade da linguagem caracterizadas pela GU” (p. 38). É por isso que faz a distinção entre Língua-E – a ‘língua externa’, isto é, um conjunto de comportamentos linguísticos de determinado tipo, apreendida independentemente das propriedades da mente – e Língua-I – a ‘língua interna’, “o elemento que existe na mente da pessoa que conhece a língua, adquirido por quem aprende e usado pelo falante-ouvinte” (p. 41). Para o autor, deve ser a Língua-I – a gramática – o objeto de estudo da Linguística.

Vemos, então, que os linguistas consideram que a faculdade da linguagem é uma característica do ser humano e que as línguas naturais são o produto dessa faculdade,

resultando da interação entre os seres humanos. Até aqui, verificámos igualmente que eles têm considerado que a única forma de as produzir é através do aparelho fonador e que a de as perceber é através da audição. Ainda que alguns tenham abordado os meios de comunicação utilizados entre pessoas surdas, consideravam-nos meios de comunicação auxiliares ou artificiais, não línguas⁴. Contudo, todos consideraram que a faculdade da linguagem era uma característica inata do ser humano, o que nos leva a levantar algumas questões: (i) a privação da audição e, portanto, a falta de acesso às línguas orais afeta a faculdade da linguagem? (ii) Do mesmo modo que as línguas orais se desenvolvem a partir do contato entre seres humanos ouvintes, não terão as pessoas surdas a mesma capacidade de as desenvolver utilizando outros recursos disponíveis? (iii) Poderão as propriedades apresentadas pelos linguistas ser aplicadas apenas às línguas orais? (iv) Poderá o signo linguístico ser apenas sonoro, como defenderam tantos linguistas? Nas próximas secções, procuraremos responder a estas questões.

1.3. As línguas gestuais como línguas naturais

Se, como vimos acima, a faculdade da linguagem é uma aptidão do ser humano, portanto, inata, parece-nos que podemos tomar como verdadeiro que não depende da audição. Será, então, que desaparece quando não se possui esse sentido? Apesar de serem desde há alguns séculos consideradas ferramentas importantes para a comunicação com pessoas surdas, durante muito tempo as línguas gestuais – sistemas de comunicação usados por comunidades de Surdos – não foram reconhecidas como línguas naturais. Aliás, continua a haver quem duvide que o sejam, conforme constata vários autores (Emmorey, 2002; Liddell, 2003a; Johnston & Schembri, 2007; Leeson, & Saeed, 2012a, e.o.).

Em 1955, William Stokoe começou a trabalhar na Universidade Gallaudet, tendo sido imediatamente imerso num ambiente onde a ASL era considerada importante para o sucesso da comunicação com os estudantes Surdos, mas não uma língua. Durante três semanas, Stokoe aprendeu alguns gestos, começando depois a dar aulas a estudantes Surdos. O método de ensino consistia em falar em Inglês ao mesmo tempo que se

⁴ Houve, no entanto, quem tivesse proposto que o ser humano se passou a servir do aparelho vocal como ‘instrumento da língua’ por mero acaso, por uma questão de comodidade, defendendo que se poderia ter escolhido igualmente o gesto e usar-se imagens visuais, em vez de imagens acústicas. Foi o caso de Whitney (n.d., citado por Saussure, 1916: 26), cuja proposta não foi aceite pelos seus pares.

produzia alguns gestos em ASL, um processo chamado de *simultaneous communication*, ou *SimCom*, e considerado como facilitador da aprendizagem do Inglês pelos estudantes Surdos. Estes também eram ensinados a produzir esses gestos como se fossem palavras do Inglês, além de sistemas artificiais que representavam visualmente frases do Inglês. Ao fim de um ano, Stokoe estava convencido de que, quando comunicavam entre si, os estudantes não usavam os sistemas que lhes tinham sido ensinados. Percebeu que não juntavam os gestos como se fossem palavras do Inglês, que usavam uma gramática diferente. Constatou que aquilo que via era uma língua que nada tinha que ver com o Inglês e que funcionava perfeitamente. O estudo que iniciou em 1957 culminou na publicação do livro “Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf”, onde demonstra que a ASL é, de facto, uma língua natural (cf. Liddell, 2003a: 1-5).

À semelhança das línguas orais, as línguas gestuais desenvolveram-se e desenvolvem-se espontaneamente e de forma independente em comunidades de Surdos de todo o mundo (Liddell, 2003a: 1). A forma como foi possível observar e documentar o surgimento, por exemplo, da Língua Gestual Nicaraguense⁵ comprova-o.

Quando os Sandinistas derrubaram o governo de Somoza, em 1979, iniciaram reformas na política de educação da Nicarágua. Foi então criada em Manágua uma escola especial para crianças surdas, para a qual vieram crianças de todo o país, que até então tinham estado isoladas no seio das suas famílias ouvintes (devido ao forte estigma da surdez) e que, portanto, nunca tinham tido contacto umas com as outras. Diferentes linguistas (e. g. Kegl & Iwata, 1989; Kegl, 1994; Kegl, Senghas & Coppola, 1999, citadas por Emmorey, 2002) investigaram o que aconteceu a partir do momento em que estas crianças começaram a interagir umas com as outras. O que descobriram foi que as crianças começaram imediatamente a usar gestos entre elas no recreio, nos autocarros e até nas aulas, nas costas dos professores, apesar de a escola praticar o método de ensino oralista (onde não eram permitidos gestos). Constataram que começou imediatamente a surgir uma língua gestual onde antes claramente não existia nenhuma. Numa primeira

⁵ Outro exemplo é a Al-Sayyid Bedouin Sign Language, uma língua gestual que emergiu espontaneamente numa comunidade do sul de Israel, onde existe uma grande incidência de surdez com transmissão genética, e que tem vindo a ser investigada e monitorizada pelo Sign Language Research Lab, da Universidade de Haifa, onde Wendy Sandler é Diretora e Irit Meir Diretora Associada. Para além destas duas linguistas, também outros, como Carol Padden e Mark Aronoff, se têm dedicado à investigação desta língua gestual (cf. http://sandersignlab.haifa.ac.il/html/html_eng/al_sayyid.html).

fase, as crianças começaram a usar os seus gestos caseiros⁶; seguidamente, à medida que interagiam uns com os outros, começou a surgir uma espécie de *pidgin* entre os sistemas de ‘gestos caseiros’ – uma fase intermédia, entre os gestos caseiros e uma língua gestual de facto. Estudos comparativos entre os gestos usados por este primeiro grupo de crianças e grupos posteriores demonstraram que as que chegaram na segunda metade dos anos 1980 eram mais fluentes, expressavam mais informação em menos tempo e exibiam uma maior complexidade gramatical do que as primeiras (cf. Emmorey, 2002: 4 e ss).

Para Liddell (2003a: 1), a diferença óbvia entre as línguas orais e as gestuais está no meio através do qual cada uma delas é percebida: enquanto as primeiras têm palavras, produzidas por ações do trato vocal que resultam em sons e percebidas através do ouvido, as segundas têm gestos – equivalentes às palavras –, produzidos através de ações das mãos, braços, tronco, face e cabeça e percebidos visualmente.

O facto de muitos dos textos que discutem a definição de ‘língua’ terem sido produzidos antes de as línguas gestuais serem reconhecidas como verdadeiras línguas levou Johnston & Schembri (2007) a começarem por demonstrar como as principais propriedades das línguas, propostas por Hockett (1960), também são partilhadas pelas línguas gestuais. Retomamo-las aqui, por conseguinte, mas distinguindo a sua aplicabilidade às línguas gestuais:

Símbolos arbitrários – Do mesmo modo que a ligação entre o significante e o significado pode ser arbitrária nas línguas orais, também o pode ser nas línguas gestuais. Por exemplo, a ligação entre o significante da língua inglesa "cat" e o conceito ou imagem mental que ele cria do animal a ele associado é apenas resultado de uma convenção que associa essa sequência de sons a determinado significado. O mesmo sucede, por exemplo, com o gesto IRMÃ em Australian Sign Language (Auslan) – produzido batendo duas vezes com o indicador no nariz, com a mão na configuração 'X'⁷

⁶ Os gestos caseiros (*home signs*) são gestos idiossincráticos usados como único meio de comunicação entre muitas crianças surdas e as suas famílias ouvintes. Estes gestos costumam ser semelhantes a mímica, em vez de expressarem nomes para as coisas, e gestos simples podem significar um leque de conceitos (e. g., um gesto caseiro para “barba” pode significar ‘homem’, ‘irmão’, ‘pai’, etc.). Noções como as cores ou as emoções não costumam fazer parte destes códigos, cuja lista os membros ouvintes da família conseguem enumerar facilmente. Surdos que usam gestos caseiros não costumam usar gestos múltiplos relacionados de uma forma que se assemelhe a uma organização sintática (cf. Emmorey, 2002: 5).

⁷ Os alfabetos manuais podem diferir entre as línguas gestuais, como acontece entre a Auslan e a LGP. A configuração que corresponde, no alfabeto manual da Auslan, ao ‘X’ corresponde à configuração ‘Z’ no alfabeto manual da LGP (sobre as configurações de mão em LGP, cf. Amaral *et al*, 1994: 69-75).

– em que nem a configuração, nem a localização nem o movimento da mão têm qualquer ligação com o conceito de 'irmã'. Por outro lado, se a arbitrariedade não é exclusiva da linguagem humana, esta também tem muitos símbolos icônicos, isto é, símbolos que representam de algum modo um aspeto do seu significado, como é o caso de muitas onomatopeias. O maior grau de iconicidade das línguas gestuais não será particularmente surpreendente se tivermos em conta que os objetos e as ações no mundo extralinguístico levam mais facilmente a associações visuais do que auditivas⁸;

Gramaticalidade (ou sintaxe) – Nenhuma língua natural é composta apenas por vocabulário de símbolos convencionados; as línguas obedecem a uma gramática, isto é, a uma estrutura das palavras e das frases. Embora outros sistemas de comunicação também obedecem a regras, o termo 'gramática' é geralmente aplicado apenas às regras existentes nas línguas naturais. Um exemplo de regra gramatical é a ordem das palavras na frase, que pode ser diferente de língua para língua, como se exemplifica em (1a-b):

- (1) a. The woman has seen the man [Inglês]
a mulher tem visto o homem
‘a mulher viu o homem’
- b. Die Frau hat den Mann gesehen [Alemão]
a mulher tem o homem visto
‘a mulher viu o homem’
- (2) PT+lf WOMAN FINISH SEE PT+rt MAN [Auslan]
apontar+esquerda mulher fim ver apontar+direita homem
‘a mulher (que está à esquerda) viu o homem (que está à direita)’

(adaptado de Johnston & Schembri, 2007: 4)

O equivalente a (1a-b) em Auslan será o apresentado em (2). Pode-se ver que, ao contrário do Inglês e do Alemão, na Auslan não há uso do verbo auxiliar (*has/hat*), mas há um gesto que assinala que a ação está terminada (FINISH); o gesto de apontar pode ter uma função idêntica a *the* e *die/den*, em Inglês e Alemão, respetivamente, mas pode ainda incluir informação sobre a posição relativa dos dois indivíduos sobre quem se

⁸ Contudo, não podemos deixar de ter presente que há graus diferentes de iconicidade (ou motivação) e de arbitrariedade. Na verdade, estas duas propriedades dependem do conhecimento que temos da língua e da origem e desenvolvimento dos signos linguísticos, portanto, quer uma palavra quer um gesto cujas origens não conhecemos podem parecer arbitrários, mas se conhecermos o que os motivou podemos concluir que não são tão arbitrários quanto pareciam inicialmente.

discute, informação espacial que não existe nos exemplos de línguas verbais. Apesar das diferenças, fica claro que todas elas obedecem a regras gramaticais;

Caráter discreto e dualidade – Apesar de tanto as línguas orais como as gestuais serem produzidas como uma cadeia ininterrupta de sons ou de gestos, os seus falantes têm a capacidade de os segmentar num número finito de unidades menores, isto é, em unidades discretas. Além disso, tanto as primeiras como as segundas permitem um padrão de dualidade, construindo unidades portadoras de significado – palavras ou gestos – através da combinação de unidades mínimas que, sozinhas, são desprovidas de significado. Nas línguas gestuais, a combinação de uma configuração de mão, um movimento e uma localização (que sozinhos não têm qualquer significado) pode gerar um gesto com um significado⁹, que, por sua vez, se alterará se apenas um desses parâmetros for alterado. Voltando ao exemplo de IRMÃ, em Auslan, se a localização for alterada do nariz para a bochecha, mantendo a configuração e o movimento, o significado passa a ser ESTRANHO, enquanto no queixo significa QUEM, na variante de Nova Gales do Sul e Queensland. Em qualquer um destes exemplos, a configuração da mão, a localização e o movimento não têm qualquer significado sozinhas; é apenas a combinação desses três parâmetros que produz gestos com significado;

Transmissão cultural – Tanto as línguas orais como as gestuais diferem em todo o mundo e as crianças que nascem no seio de cada uma delas internalizam o vocabulário e a gramática da(s) língua(s) usada(s) pelos adultos da sua comunidade¹⁰. É esta passagem de uma geração a outra que se designa por ‘transmissão cultural’;

Intermutabilidade e reflexividade – As línguas naturais permitem que todos os seus falantes emitam informação e a recebam de outros falantes – o que é designado como intermutabilidade. Isto torna-as diferentes dos outros sistemas de comunicação. A possibilidade de tanto falantes como gestuantes emitirem e receberem informação dá-lhes a possibilidade de se automonitorizarem, tendo em conta o *feedback* que recebem da própria produção linguística (os falantes de línguas orais ouvem a própria fala e os

⁹ Nestes exemplos, Johnston & Shembri (2007) referem apenas estes três parâmetros fonológicos/querológicos (os que foram assinalados por Stokoe, 1960), mas outros autores (cf. Amaral *et al.*, 1994: 80-81; Leeson & Saeed, 2012a: 70-81; entre outros) acrescem a estes a ‘orientação da mão’ e as ‘componentes não manuais’ (alterações da posição do corpo, expressões faciais, etc.), cuja alteração, num gesto, pode também dar origem a um novo significado. De acordo com Quadros & Karnopp (2004: 49), esses dois parâmetros foram propostos em estudos posteriores ao de Stokoe (1960) por Battison (1974, 1978).

¹⁰ No caso das línguas gestuais, não são apenas as crianças surdas que as adquirem quando expostas a elas, isso também acontece com as crianças ouvintes, como é o caso dos filhos ouvintes de pais Surdos.

falantes de línguas gestuais – ou gestuantes – veem e sentem os próprios gestos). A capacidade de automonitorização dá origem a outra – a de usar a língua para falar a respeito dela, ou seja, a reflexividade;

Distanciamento – Tanto falantes como gestuantes conseguem falar sobre eventos do passado ou do futuro, ou em locais afastados. Além disso, tal como as línguas orais, as línguas gestuais permitem que os seus falantes se refiram a pessoas ou locais que só existem na imaginação (cf. Johnston & Schembri, 2007: 1-8).

Também Leeson & Saeed (2012a: 20-21) abordam algumas das propriedades das línguas naturais enunciadas por Hockett (1960) e que caracterizam as línguas gestuais, entre elas a *criatividade*. No que se refere à Irish Sign Language (ISL), dizem os autores que, tal como os falantes de línguas orais, os gestuantes revelam a capacidade de produzir um número infinito de enunciados, respeitando os limites da língua, dando como exemplo a produção de poesia ‘Renga’ em ISL por grupos de gestuantes. Para além disso, as línguas gestuais têm mecanismos de introdução de novo léxico¹¹, tanto para dar resposta a novos conceitos como para cobrir novas necessidades de comunicação, decorrentes do acesso a novos contextos onde os Surdos não participavam anteriormente. Contudo, Leeson & Saeed (2012a) lembram que as línguas gestuais têm características únicas, decorrentes da sua modalidade visual-espacial, sendo a mais relevante delas a simultaneidade.

As línguas gestuais têm a capacidade de expressar simultaneamente informação, que ocorre tanto manual como não manualmente, o que as torna extremamente complexas. Os gestuantes podem utilizar vários articuladores ao mesmo tempo – as mãos, o corpo e a boca – para expressar significados. A informação é tipicamente apresentada em ‘camadas’, sendo os significados criados entre os articuladores (manuais e não manuais) e pontos no espaço de gestualização, isto é, no espaço sintático, aos quais são atribuídos significados respeitantes aos referentes, e que podem ir sendo acrescentados para especificar ou desenvolver um tema (cf. Leeson & Saeed, 2012a: 20)¹². Contudo, apesar da existência da simultaneidade, as línguas gestuais têm igualmente a propriedade da linearidade, uma vez que tanto a sequencialidade das

¹¹ Valli & Lucas (1995, citados por Leeson & Saeed, 2012:20-21) levam o conceito de produtividade um pouco mais além do que foi proposto por Hockett. Segundo eles, a língua também é produtiva porque tem capacidade de (respeitando as próprias regras) alargar o seu léxico para dar conta de novos conceitos.

¹² No próximo capítulo retomaremos a questão da simultaneidade.

unidades que constituem os gestos como a sua organização sintática são essencialmente lineares (cf. Quadros & Karnopp, 2004: 48 e ss).

A investigação das línguas gestuais, a partir de meados do século XX, trouxe à área da Linguística a vantagem de nos permitir encontrar definições de línguas naturais diferentes das tradicionais e reconsiderar algumas das propriedades anteriormente tidas como essenciais para essa definição, como é o caso do trato vocal-auditivo. Na verdade, a vocalização não é a língua em si mesma (cf. Leeson & Saeed, 2012a: 13).

Com o surgimento do generativismo, houve linguistas que passaram a aplicar os seus pressupostos ao estudo das línguas gestuais, com vista a provar se estas têm, de facto, a mesma estrutura e organização das línguas orais. É o caso de Sandler & Lillo-Martin (2006), que partem do pressuposto de que, se as línguas gestuais estiverem em conformidade com os constructos e as previsões da teoria linguística, fica demonstrado que os modelos nos quais se baseiam essas previsões refletem de facto propriedades universais, isto é, que qualquer língua humana tem de as respeitar. Porém, defendem que, se houver casos em que as línguas gestuais não se enquadrem nessas previsões, então serão esses modelos a não poderem ser considerados universais (cf. Sandler & Lillo-Martin, 2006: 5).

Tendo em conta que a modalidade (oral-auditiva ou visual-espacial) é tida como a causa para estas diferenças, Sandler & Lillo-Martin (2006) procuram uma estratégia que lhes permita separar o código linguístico do modo de transmissão, começando por analisar a palavra e a sua estrutura, unidades sublexicais e a frase.

Em relação à primeira, as autoras mostram que o conceito ‘lexema’ unifica formas diferentes da mesma palavra (e. g. PERGUNTAR, em ASL, pode adquirir diferentes formas, mostrando a propriedade gramatical da concordância com o sujeito, fazendo, contudo, parte do mesmo lexema); que os gestos podem ser marcados por flexão (como acontece com PERGUNTAR); e que a estrutura prosódica influencia a forma das palavras quando se combinam em frases (e. g. COMPRAR INDEX (‘comprar ali’), é composto por dois gestos, cada um com o seu movimento, mas, combinados numa frase, podem combinar-se num único movimento – COMPRAR-INDEX –, num processo que as autoras consideram de cliticização). Todas estas propriedades foram reveladas através da aplicação de instrumentos de análise fornecidos pela teoria linguística (cf. Sandler & Lillo-Martin, 2006: 6 e ss).

No que diz respeito à segunda, já tinha sido descoberto e afirmado por Stokoe, em 1960, que as palavras das línguas gestuais (os gestos) são compostas por elementos

mínimos – um conjunto finito de elementos discretos e sem significado que podem ser combinados e recombinaados de forma a criar novos significados. Ou seja, as línguas gestuais têm um nível fonémico da sua estrutura¹³. Outros linguistas (Sandler, 1989; Corina, 1993, citados por Sandler & Lillo-Martin, 2006) começaram, mais tarde, a explorar a teoria generativa, interpretando os três parâmetros das línguas gestuais apresentados por Stokoe (1960) – configuração, localização e movimento – como traços distintivos binários e mostrando que são organizados hierarquicamente¹⁴

Finalmente, sobre a frase, as autoras mostram que, tal como as línguas orais, as línguas gestuais também podem utilizar o recurso a fenómenos como, por exemplo, a topicalização para modificar a sua estrutura; têm a propriedade da recursividade, através do recurso a frases encaixadas e permitem argumentos nulos (como veremos adiante).

Apesar de já ter sido provado por muitos linguistas que as línguas gestuais são línguas naturais, há mitos e equívocos que persistem. Johnston & Schembri (2007: 11 e ss) desfazem alguns deles¹⁵, afirmando que: (i) não existe uma língua gestual universal; (ii) as línguas gestuais não são baseadas nas línguas orais; (iii) as línguas gestuais não são simples pantomima e gesticulação; (iv) as línguas gestuais não são sempre icónicas; (v) as línguas gestuais têm a mesma capacidade de expressão que as línguas orais; (vi) as línguas gestuais e as línguas orais são processadas pelo cérebro de forma semelhante; (vii) as crianças aprendem as línguas gestuais e as línguas orais de forma semelhante;

¹³ Battison (1978, citado por Amaral *et al* 1994:58) refere que Stokoe estudou os “signos [gestuais] como um conjunto de elementos discretos e arbitrários que se combinavam para formar as unidades gestuais. A essas unidades menores deu o nome de «queremas» (do grego -cher-) que seriam equivalentes a fonemas na linguagem verbal” (p. 58). Apesar de se manter essa denominação, Amaral *et al* (1994:59) afirmam que se passou “a adoptar a terminologia da linguística para o estudo da língua gestual” como forma de evidenciar o seu carácter linguístico, usando, por isso, termos como ‘fonologia’ no estudo deles. Quadros & Karnopp (2004) afirmam que o próprio Stokoe posteriormente passou a utilizar “os termos ‘fonema’ e ‘fonologia’, estendendo seus significados de modo a abarcar a realização linguística visual-espacial” (p. 48). Não obstante, Leeson & Saeed (2012a:17-18) realçam que a necessidade que houve durante o século XX de provar que as línguas gestuais eram línguas naturais – que levou os linguistas a focarem-se nas semelhanças entre as duas modalidades – poderá já não fazer sentido no século XXI, defendendo que está na altura de se começar a direcionar o foco do estudo para as diferenças decorrentes da modalidade.

¹⁴ Por exemplo, à semelhança das línguas orais, nas línguas gestuais os traços são atribuídos a diferentes classes de acordo com critérios articulatórios – a configuração da mão é determinada pelos dedos e a orientação pela palma – e a classe ‘configuração’ domina a classe ‘orientação’ no que diz respeito à assimilação; isto levou as autoras à observação de que, enquanto o traço ‘orientação’ pode assimilar sozinho, se o traço ‘configuração’ assimilar, também o traço ‘orientação’ tem de o fazer (cf. Sandler & Lillo-Martin (2006: 10)).

¹⁵ Também o fazem outros autores, entre os quais Emmorey (2002), Quadros & Karnopp (2004) e Leeson & Saeed (2012a).

(viii) as línguas gestuais não foram inventadas por pessoas ouvintes; (ix) as línguas gestuais podem ser escritas.

Se já foi provado por diversos linguistas, depois de estudarem diferentes línguas gestuais, que estas têm propriedades similares às das línguas orais, sendo, portanto, línguas naturais e que, apesar de terem algumas características diferentes destas, devido à sua modalidade visual-gestual, a teoria linguística pode ser aplicada ao seu estudo, vejamos se o mesmo acontece com a LGP.

1.4. LGP – a língua da comunidade surda portuguesa

Depois da revolução iniciada por Stokoe (1960), ao afirmar que a ASL era uma língua natural, outros linguistas americanos (Bellugi, Klima, Johnson, Liddell, e.o.) deram seguimento à investigação começada por ele, confirmando que a ASL era, de facto, uma língua. Linguistas de outros países fizeram o mesmo, com vista a verificar se os sistemas de comunicação utilizados pelos Surdos desses países eram também línguas naturais. Em Portugal, essa investigação foi iniciada por Maria Augusta Amaral, Amândio Coutinho e Maria Raquel Delgado Martins, e culminou na publicação de "Para uma gramática da Língua Gestual Portuguesa"¹⁶, em 1994. Maria Augusta Amaral e Amândio Coutinho trabalhavam com crianças e jovens Surdos no Instituto Jacob Rodrigues Pereira, em Lisboa, e observavam-nos a comunicar com as mãos, nos tempos livres, usando um sistema de comunicação que não era o usado nas salas de aula. Foi nesse ambiente que recolheram os dados de investigação, tendo como primeiro objetivo “demonstrar que a linguagem gestual tem o mesmo estatuto linguístico que a linguagem verbal e que a Língua Gestual Portuguesa (LGP) tem o mesmo estatuto linguístico das outras línguas gestuais já estudadas” (Amaral *et al.*, 1994: 20). Através da análise dos dados recolhidos, Amaral *et al.* (1994: 47 e ss) obtiveram resultados idênticos aos acima mencionados a propósito de outras línguas gestuais, demonstrando que a LGP também é uma língua natural.

¹⁶ Apesar de não ter sido um estudo muito aprofundado, no que diz respeito à Sintaxe, foi um texto inovador sobre a LGP. Devemos referir que existem vários trabalhos mais recentes sobre a LGP, produzidos em várias instituições de ensino superior (Universidade Católica de Lisboa, Escola Superior de Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, e.o.), mas não sobre a sua Sintaxe. É por isso que esta secção se baseará quase exclusivamente no trabalho citado.

Quando se utiliza a expressão «língua gestual», está a referir-se a língua materna/natural de uma comunidade de surdos: uma língua de produção manuo-motora e recepção visual, com vocabulário e organização próprios, que não deriva das línguas orais, nem pode ser considerada como sua representação, utilizada não apenas pelos surdos de cada comunidade mas, também, pelos ouvintes – seus parentes próximos, intérpretes, alguns professores e outros. (p. 37)

Para não nos repetirmos, iremos abordar apenas algumas das constatações dos autores sobre sintaxe da LGP, com uma breve passagem pela sua morfologia.

Apesar de reconhecerem que, realizando-se no espaço, uma língua gestual não pode apresentar os mesmos fenómenos de uma língua oral, Amaral *et al* (1994: 82 e ss) acreditam que pode ser analisada de acordo com os mesmos parâmetros que esta e usando as mesmas terminologias. Assim, acham que é possível detetar “nos gestos unidades significativas mínimas que devem ser procuradas na configuração da mão, na localização e direcção do movimento, nas expressões faciais e movimentos do corpo” (p. 82). Deste modo, os autores encontraram na LGP os mesmos fenómenos morfológicos que encontramos nas outras línguas, nas diferentes classes de palavras, dos quais destacamos aqui a marcação de género e o número, no nome:

i. Na LGP a maior parte dos nomes que expressam seres animados ou não animados são, por defeito, não marcados, sendo marcado o género apenas quando necessário. A marcação do feminino faz-se habitualmente por prefixação, introduzindo o gesto MULHER antes do nome (e.g. MULHER-PATO) – comportando-se assim como gestos compostos – enquanto o masculino é normalmente caracterizado pela ausência da marca de género. Outra forma de o marcar é através de gestos diferentes para o masculino e para o feminino (e.g. BOI e VACA) (cf. Figura 1, abaixo):



Figura 1 – BOI e VACA em LGP (imagens retiradas do dicionário online multilingue de línguas gestuais www.spreadthesign.com)

ii. Amaral *et al* (1994: 88 e ss) detetaram três formas de marcação do plural na LGP¹⁷: a **incorporação**, sendo o nome seguido do numeral em caso de quantidades contáveis (e.g. MAÇÃ-QUATRO) ou, em caso de quantidades difíceis de contar, através da incorporação de um advérbio de quantidade (e.g. MAÇÃ-MUITO); a **repetição do movimento**, num “movimento regular e contínuo em que não se verificam alterações na configuração, localização e orientação da mão” (p. 91) (e.g. ÁRVORES); e o **redobro**, que consiste na repetição do gesto realizado com a mão dominante pela mão não dominante (e.g. PESSOAS).

Perante estes e outros fenómenos descritos por eles, Amaral *et al* (1994) constata que a LGP “é uma língua polimorfémica uma vez que pode integrar numa única forma vários fonemas” (p. 109), lembrando também que “os processos não manuais são modificadores importantes e indispensáveis do gesto” (p. 109).

Sendo verdadeiro que há um reduzido número de gestos que podem ser facilmente compreendidos se forem produzidos individualmente (e. g. CARRO, BOLA), devido a alguma iconicidade, também é verdade que uma pessoa que não tenha tido uma aprendizagem formal da LGP¹⁸, como de qualquer outra língua estrangeira, não consegue identificar nem reproduzir uma cadeia de gestos organizados por uma gramática própria. Isto acontece porque os elementos gramaticais têm uma natureza arbitrária e ligam os elementos lexicais – os gestos – segundo regras próprias (cf. Amaral *et al.*, 1994:120 e ss).

Stokoe (1960, citado por Amaral *et al*, 1994) foi o primeiro linguista a reconhecer uma organização sintática nas línguas gestuais, ou seja, a reconhecer que, mesmo beneficiando da simultaneidade (motivada pela modalidade e pelo uso do espaço), as línguas gestuais têm ordem. Deste modo, o autor definiu uma unidade discursiva numa língua gestual como “uma quantidade de actividade corporal com sentido linguístico, antecedida e seguida por uma actividade corporal não-linguística” (cf. Amaral *et al*, 1994: 121). É esta actividade que também foi objeto de estudo por Amaral *et al.* (1994), tendo os autores apresentado e definido uma série de conceitos importantes sobre a sintaxe da LGP, que abordamos em seguida.

¹⁷ De 1994 até ao presente, a LGP tem evoluído muito e atualmente existem mais formas de marcação do plural, cujo estudo seria interessante, mas não é objeto deste trabalho.

¹⁸ Os autores consideram aqui aqueles que não fizeram uma aquisição natural da LGP como primeira língua.

Os autores começam por definir o espaço sintático como aquele que fica em frente ao gestuante e que é o “espaço de referência onde se organizam as relações morfológicas e sintáticas” (p. 122), portanto, é a base da construção da sintaxe de qualquer língua gestual. Tomando como exemplo o verbo PERGUNTAR, se o interlocutor estiver presente e o movimento partir do gestuante e terminar apontando para ele, significará que é o primeiro que pergunta ao segundo; se o movimento for o inverso, significará que é o segundo quem pergunta ao primeiro. Permite igualmente a introdução do *locus*, uma noção avançada por Liddel & Johnson (1986, citados por Amaral *et al.*, 1994), que consiste na possibilidade de se fixar um índice no espaço. Por exemplo, se o gestuante fixar o gesto CÃO no espaço à sua frente, na ausência do animal, esse espaço passará a representá-lo; se produzir o gesto GATO no espaço à sua esquerda, esse ponto passará a representá-lo; a partir daí, o gestuante poderá organizar as frases e estabelecer as relações sintáticas entre ambos, simplesmente apontando para o *locus* de cada um deles. O gestuante assume-se, então, como a primeira pessoa e cria índices espaciais no espaço à sua frente que representam as outras pessoas gramaticais. Se o referente estiver presente, o gesto será dirigido na sua direção; se entretanto se ausentar, o *locus* passará a ser o espaço antes ocupado por ele (cf. Amaral *et al.*, 1994: 122-123).

A LGP, tal como as outras línguas gestuais, permite a organização tanto de frases simples como de frases complexas, que se organizam no espaço sintático de acordo com regras próprias. Nas frases complexas, é possível reconhecer subespaços de organização que correspondem a frases subordinadas, como a que exemplificamos em (3):

(3) CAPUCHINHO (...) LEMBRAR CAMINHO MÃE DIZER PERIGO SAIR APANHAR FLOR
FLORESTA PERIGO

‘o capuchinho lembra-se que a mãe disse que havia perigo em sair do caminho (e disse que) havia perigo em apanhar flores na floresta’

(adaptado de Amaral *et al.*, 1994:142)

Os autores encontraram também diversos processos gramaticais na LGP para a construção de diferentes tipos de frases. Nas frases interrogativas, à semelhança do que acontece com as línguas orais, recorre-se ao uso de advérbio ou pronome interrogativo (cuja posição mais frequente é o final da frase), sendo a realização da frase

acompanhada de expressão facial interrogativa¹⁹, como se exemplifica em (4.a), embora, no caso das interrogativas parciais, baste o uso da expressão correspondente durante a produção da frase, como a apresentada em (4.b), ou, no caso das interrogativas totais, a frase neutra acompanhada de expressão interrogativa própria, como a apresentada em (5) (cf. Amaral *et al*, 1994: 127):

(4) a. TU OLHO GRANDE PORQUÊ

‘porque é que tens os olhos tão grandes?’

b. BOCA GRANDE MOLHADA SUJA

‘porque é que tens uma boca tão grande, molhada e suja?’

(5) EU TU COMER EU

‘a mim, tu comeres-me?!’

(adaptados de Amaral *et al*, 1994:143)

A marcação não manual (que os autores designam como expressão facial e corporal) própria é igualmente o mecanismo que torna possível a construção de frases exclamativas na LGP (cf. Amaral *et al*, 1994: 128).

Amaral *et al* (1994) detetaram também três mecanismos de construção de frases negativas: (i) acrescentando NÃO após a frase neutra; (ii) oscilando a cabeça para a esquerda e para a direita ao mesmo tempo que produz a frase neutra; e (iii) “pelo gesto DESOBEDECER” (p. 128)²⁰.

Outro tipo de estrutura sintática detetada pelos autores foi a construção de frases com tópico (como a apresentada acima, em (5)), em que há uma “deslocação do tronco e da cabeça para a frente durante o tempo de realização do elemento topicalizado e

¹⁹ Amaral *et al* (1994) não explicam quais são os marcadores não manuais que correspondem a que chamam de “expressão facial interrogativa”. Em várias línguas gestuais – e, do que conhecemos, na LGP também – esta costuma ser diferente consoante se trate de uma interrogativa parcial (de que apresentamos dois exemplos dos autores, em (4a,b)) ou de uma interrogativa total (de que apresentamos um exemplo dos autores, em (5)). No primeiro caso, a marcação não manual corresponde normalmente a uma inclinação rápida da cabeça para trás e para a frente (levantando e baixando o queixo rapidamente) e franzir das sobrancelhas ao mesmo tempo, no segundo costuma corresponder ao abaixar do queixo em direção ao peito e levantamento simultâneo das sobrancelhas. É por os autores não terem feito essa diferenciação (nem dado informação sobre quais os constituintes da frase que são acompanhados dessa marcação não manual) que, apesar de termos adaptado (4-5) de exemplos dados por eles, optámos por não inserir a linha correspondente aos marcadores não manuais (que eles não usam na glosa deles).

²⁰ Não sabemos em que contexto foi produzido DESOBEDECER, mas não o conhecemos como forma de construção de frase negativa (pode ter havido má interpretação ou ser uma forma de construção de frases negativas que desapareceu com a evolução da LGP). Contudo, para além dos dois primeiros mecanismos descritos pelos autores, a LGP possui outros, entre os quais destacamos os gestos com significado negativo (e.g. NÃO-PODER, NÃO-SABER), que são diferentes dos gestos afirmativos que se lhes opõem (PODER, SABER).

retorno à posição neutra durante o resto da frase” (p. 128), como tinha sido apontado por Sandler & Lillo-Martin (2006), para a ASL, bem como a realização de frases com sujeito nulo, como a apresentada em (6):

(6) MÃE FAZER (...) DAR (...) MANDAR CAPUCHINHO LEVAR IR
‘a mãe faz (...) dá e (...) manda o Capuchinho levar (...) e ir

(adaptado de Amaral *et al.*, 1994:142).

Os autores encontraram ainda a utilização do discurso direto e indireto, sendo que o segundo é construído através do recurso a frases complexas, como a apresentada em (3), acima, e o primeiro através da “deslocação corporal do gestuante que assume em cada uma das posições papéis diferentes” (Amaral *et al.*, 1994: 128-129), isto é, o gestuante roda o tronco para a esquerda ou para a direita, encarnando alternadamente o papel do referente a que corresponde cada uma dessas posições.

Embora os próprios autores assumam que esta não foi uma investigação muito aprofundada da LGP, remetendo-a para futuros trabalhos, podemos verificar que eles detetaram muitos dos fenómenos descritos por outros linguistas sobre línguas gestuais de vários países. Deste modo, tal como pretendiam, Amaral *et al.* (1994) conseguiram demonstrar que a LGP também é uma língua natural, tal como as outras línguas gestuais e orais, a língua da comunidade Surda portuguesa. Esta descoberta foi muito importante para a liberalização do seu uso – sobretudo no ensino de crianças e jovens Surdos – e, consequentemente, para o seu desenvolvimento lexical e não só.

Na próxima subsecção damos conta de como foi a educação dos Surdos durante vários séculos e cujo desenvolvimento a partir dos anos 90 do séc. XX ficou a dever muito à investigação de Amaral *et al.* (1994), uma vez que veio a influenciar o reconhecimento da LGP na Constituição da República como língua de acesso à aprendizagem dos alunos surdos.

1.4.1. Enquadramento socio-histórico: da clandestinidade ao ensino da LGP como primeira língua

De acordo com Carvalho (2007: IV), a história da educação de Surdos em Portugal pode ser dividida em três períodos distintos: (1) de 1823 a 1905, em que eram utilizadas metodologias gestuais com suporte na escrita; (2) de 1906 a 1991, em que

eram usadas apenas metodologias oralistas; e (3) a partir de 1992, quando se começou a implementar e a desenvolver o modelo bilingue²¹.

Durante o segundo período, ainda de acordo com o mesmo autor, já o Instituto de “surdos-mudos” (fundado em 1823) tinha passado a chamar-se Instituto Jacob Rodrigues Pereira e a grande afluência de alunos surdos levou a que este passasse a albergar apenas rapazes, enquanto as raparigas foram transferidas para o Instituto Araújo Porto, entretanto aberto no Porto. Ao mesmo tempo, os rapazes que aqui se encontravam foram transferidos para Lisboa, para o Instituto Jacob Rodrigues Pereira. Estes alunos eram, então, segregados dos ouvintes e sujeitos a metodologias de ensino oralistas, que proibiam o uso da LGP.

Só a partir de 1992, Maria Augusta Amaral e Amândio Coutinho, perante os resultados de uma investigação que fizeram com um grupo de cem alunos do Instituto Jacob Rodrigues Pereira – que revelavam que os alunos surdos não estavam a desenvolver todas as suas potencialidades, ficando muito aquém dos resultados dos seus pares ouvintes – propuseram o uso do método bilingue, com base na LGP como primeira língua das crianças surdas. Este modelo preconiza que as crianças e jovens surdos devem fazer as suas aprendizagens através da LGP, sendo o Português aprendido como segunda língua, na sua vertente escrita e, eventualmente, oral (cf. Carvalho, 2007: IX-XIV).

Apesar da proibição do uso da LGP – conforme preconizado pelo Congresso de Milão de 1880 – os alunos continuavam a usá-la às escondidas, fora das aulas. Como a maioria vinha de longe, ficavam em regime de internato e era entre eles que a LGP se desenvolvia, eram eles que a iam transmitindo a outros. Havia ainda crianças oriundas de famílias Surdas, que chegavam a essas escolas já fluentes em LGP e a transmitiam aos outros. Deste modo, a língua preservava-se e desenvolvia-se (Carmo, Martins, Morgado & Estanqueiro, 2007: 9-10).

Só em 1997, aquando da quarta revisão constitucional, é que a LGP foi reconhecida “enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à igualdade de oportunidades” (Constituição da República Portuguesa, artigo 74º, nº 2, *h*). Na sequência deste reconhecimento, surgiu o Despacho Normativo 7520/98, de 6 de maio, onde se defendia que a educação de crianças e jovens surdos deveria ser feita, de

²¹ Onde a LGP é aceite como primeira língua e usada como língua de acesso às aprendizagens, inclusive do Português, que é ensinado como segunda língua.

preferência, em ambientes bilíngues que possibilitassem o domínio da LGP como primeira língua e do Português (escrito e eventualmente falado) como segunda língua. Foi este Despacho que definiu a criação de unidades de apoio à educação de alunos surdos, que integravam, entre outros técnicos e docentes especializados na área da surdez, formadores e intérpretes de LGP, e onde se procurava concentrar crianças e jovens surdos oriundos de diferentes concelhos. Contudo, apesar da recomendação, o Despacho não tornava obrigatória a aprendizagem da LGP como primeira língua e do Português como segunda (cf. Despacho Normativo 7520/98, de 6 de maio).

De acordo com algumas comunicações pessoais (de docentes e intérpretes de LGP, bem como de antigos alunos de unidades de apoio à educação de alunos surdos), no que diz respeito a algumas escolas da região Norte, os formadores de LGP normalmente acompanhavam os docentes responsáveis pelas disciplinas e apenas adaptavam para LGP o que era ensinado por estes, não se dedicando ao ensino da LGP em si. Ainda de acordo com estas comunicações pessoais, havia outras escolas onde estava previsto o ensino da LGP, mas onde nem sempre a sua frequência era obrigatória, pelo que os alunos surdos podiam optar por não o fazer. Como não havia plano curricular nem materiais, cabia aos formadores de LGP o planeamento destas aulas – que incidiam sobretudo no ensino de vocabulário, história dos Surdos e construção de histórias.

Dez anos depois do Despacho Normativo 7520/98 surgiu o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro, que procurava concentrar os alunos surdos em escolas de referência para a educação bilíngue de alunos surdos (em menor número do que as anteriores unidades de apoio a alunos surdos). Foi finalmente criada a área curricular de LGP e estipulado que esta seria ensinada como primeira língua, enquanto o Português seria ensinado como segunda língua aos alunos surdos. Pretendia-se, com este diploma, criar comunidades de referência linguística e cultural para as crianças e os jovens surdos e possibilitar-lhes o contacto com modelos de identidade linguística e cultural – adultos Surdos, docentes de LGP (e eventualmente de outras áreas curriculares). Não obstante, Gomes (2010) constata que, se teoricamente este diploma representou um grande progresso na educação dos surdos, ao aplicá-lo nestas escolas, “ocorreram os mesmos problemas apontados noutros países, nomeadamente, falta de formação dos professores de LGP, falta de formação pedagógica dos formadores surdos e continuação das mesmas representações sobre esta população” (p. 35). Embora fosse defendido o bilinguismo, a verdade é que a educação dos surdos continuou inserida na educação

especial e “os pais das crianças surdas que chegavam às escolas optavam cada vez mais por uma via oralista” (Gomes, 2010: 35).

A agravar a situação até aqui descrita, o espírito do Decreto-lei 3/2008 foi esquecido quando, uns meses mais tarde, surgiu a Lei 21/2008, de 12 de maio, onde se substituiu a designação “docentes Surdos de LGP” – constante daquele – por “docentes de LGP”. Esta mudança veio abrir a possibilidade a que qualquer pessoa – mesmo que gestuante não nativo de LGP (surdo ou ouvinte) e com apenas três anos de aprendizagem da língua²² – pudesse passar a lecionar a LGP como primeira língua, desde que tivesse habilitações académicas para o seu ensino.

Acresce que, apesar de a LGP ter passado a ser área curricular obrigatória para crianças e jovens surdos, os seus docentes continuam a deparar-se com a falta de materiais para o seu ensino. Assim, conforme denunciou o presidente da direção da Associação Portuguesa de Surdos²³, cada docente de LGP tem de fazer os seus próprios materiais e planear as suas aulas. Então, cada docente cria os materiais conforme a sua interpretação do programa curricular de LGP (cf. Carmo *et al*, 2007). A isto, junta-se também o pouco conhecimento teórico que ainda existe sobre a gramática da LGP.

Todos estes dados revelam-nos que os Surdos, mesmo aqueles que foram abrangidos pelo Decreto-Lei 3/2008 (ou a Lei 21/2008) desde o início do seu percurso escolar, não têm um ensino formal da LGP primeira língua equiparável ao que os ouvintes têm do Português primeira língua²⁴.

1.5. Síntese do capítulo

Neste capítulo pudemos ver que, ainda que com algumas diferenças entre si, até mais de metade do século XX os linguistas consideravam que um dos pilares essenciais da linguagem humana era o facto de ser de produção oral e receção auditiva – resultado da especialização do aparelho fonador humano. Por isso, apesar de terem atraído a atenção dos linguistas, durante séculos as línguas gestuais não foram reconhecidas por

²² As licenciaturas existentes para o ensino da LGP – atualmente, em duas escolas superiores de educação – não têm como pré-requisito o conhecimento da LGP, fazendo os estudantes a aprendizagem da língua no decorrer das mesmas (cf. www.si.ips.pt/ese_si/cursos_geral.FormView?P_CUR_SIGLA=LGP&id=52 e <http://www.esec.pt/pagina.php?id=52>).

²³ Jorge Rodrigues, no VI Congresso Nacional de Pessoas Surdas em Leiria, a 27 de setembro de 2014.

²⁴ Será necessário ter isto em conta ao fazer a leitura do Capítulo 3.

estes como línguas naturais. Mesmo aqueles que reconheceram a sua importância para a comunicação entre ou com pessoas surdas consideravam os sistemas de comunicação usados pelos Surdos artificiais, tendo, inclusive, surgido a crença de que eram sistemas criados por pessoas ouvintes para os ajudar a comunicar.

Só em meados do século XX, quando William Stokoe iniciou o primeiro estudo com estudantes Surdos da Universidade Gallaudet, concluindo que a American Sign Language (ASL) era uma verdadeira língua, é que a atenção de vários linguistas se voltou, finalmente, para esses sistemas de comunicação, vindo também eles a confirmar que eram línguas naturais de facto. Foi o que aconteceu em Portugal quando Maria Augusta Amaral, Amândio Coutinho e Maria Raquel Delgado Martins decidiram, no início dos anos 90, investigar o sistema de comunicação usado pelos alunos do Instituto Jacob Rodrigues Pereira, uma escola especializada na educação de Surdos, tendo também eles chegado à conclusão de que se tratava de uma língua natural – a Língua Gestual Portuguesa.

Esta descoberta e a publicação do livro “Para uma gramática da Língua Gestual Portuguesa” (Amaral *et al*, 1994) vieram a ter uma grande influência no reconhecimento na Constituição da República da LGP como língua de acesso das pessoas surdas à educação e à informação, bem como na implementação em várias escolas do sistema bilingue para a educação de alunos Surdos, em que a LGP é a língua de acesso a todas as aprendizagens, inclusive do Português como segunda língua.

Perante tão importante descoberta, a discussão passou a ser sobre se seria possível analisar as línguas gestuais à luz das teorias linguísticas existentes, pensadas exclusivamente para as línguas orais, e se, tendo em conta as possibilidades de utilização do espaço dadas pela sua modalidade, estas línguas possuíam uma estrutura interna equivalente à das línguas orais. É o que vamos abordar no próximo capítulo.

Capítulo 2 – A ordem de palavras

2.1. Introdução

Apesar de parecer consensual que todas as línguas orais têm um padrão de ordem básica, a partir da qual todas as outras ordens derivam, tem havido discussão sobre o que é e de que forma se determina qual é a ordem básica de uma língua. No caso das línguas gestuais, a discussão tem sido maior: há linguistas que defendem que (pelo menos algumas delas) não têm uma ordem básica, logo, não têm uma estrutura hierárquica subjacente da frase, idêntica à das línguas orais. Contudo, há outros linguistas que refutam esta ideia.

Neste capítulo revemos três autores que deram contributos importantes para o estudo da ordem básica de palavras²⁵ nas línguas (orais), nomeadamente, Greenberg (1963), Chomsky (1982) e Kayne (1994), bem como a visão de alguns autores mais recentes, como Duarte & Brito (1996), Costa (1998) e o que os leva a considerar que o Português é uma língua com um padrão SVO (Costa, 2001; Duarte, 2003). Seguidamente veremos algumas abordagens sobre a ordem de constituintes nas línguas gestuais em geral e na LGP em particular, bem como algumas questões decorrentes da modalidade visual-gestual destas línguas (Volterra, Corazza, Radutsky, & Natale, 1984; Neidle, Kegl, MacLaughlin, Bahan & Lee, 2000; Quadros & Karnopp, 2004; Sandler & Lillo-Martin, 2006; Perniss, Pfau & Steinbach, 2007; Cecchetto, Geraci & Zucchi, 2009; Leeson & Saeed, 2012b, para línguas gestuais Italiana, Brasileira, Americana e Irlandesa, e Amaral *et al*, 1994, para a LGP), passando por algumas das dificuldades encontradas nos estudos que têm sido publicados sobre a ordem dos constituintes em diversas línguas gestuais (Johnston, Vermeerbergen, Shembri, & Leeson, 2007).

2.2. Condições gerais

2.2.1. Greenberg e os universais linguísticos

A questão da ordem de palavras das línguas nem sempre tem sido consensual entre os linguistas. Perante a evidência de que há línguas que tendem a colocar

²⁵ Neste trabalho, usaremos indiferentemente ‘palavras’ ou ‘constituintes’, embora alguns autores prefiram a designação ‘ordem de constituintes’.

elementos modificadores ou limitadores antes dos elementos que modificam ou limitam e outras línguas que fazem o oposto, ou que há línguas que tendem a usar posposições para expressar conceitos que outras línguas expressam através do uso de preposições, entre outros fenômenos, Greenberg (1963: 76 e ss) percebe que alguns destes fatores estão relacionados uns com os outros, enquanto outros são relativamente independentes, e que isso pode ser analisado tendo em conta a ordem das palavras em cada língua – que ele denomina de ordem básica de palavras.

Greenberg (1963: 76-77) usa três critérios para definir a tipologia da ordem básica de uma língua: (i) existência de preposições ou de posposições; (ii) a ordem relativa do sujeito, do objeto e do verbo em frases declarativas com sujeito e objeto nominais; e (iii) as posições dos adjetivos qualificativos em relação ao nome.

No que diz respeito à ordem básica de palavras, o autor considera que, das seis combinações lógicas possíveis – SVO, SOV, VSO, VOS, OSV e OVS –, só três ocorrem normalmente como ordens dominantes – SVO, SOV e VSO – sendo as outras três inexistentes ou extremamente raras. É assim que chega ao seu primeiro universal linguístico:

- Em frases declarativas com sujeito e objeto nominais, a ordem dominante é quase sempre uma em que o sujeito precede o objeto (cf. Greenberg, 1963: 77).

Fazendo uma análise comparativa de trinta línguas diferentes, Greenberg (1963) procura chegar a uma série de universais linguísticos, com especial atenção para os que estão mais ligados à tipologia de cada ordem básica e à construção genitiva associada a cada uma delas. Para isso, recorre a duas noções básicas: a do predomínio de uma ordem sobre a sua alternativa e a das relações harmoniosas ou desarmoniosas entre as diferentes regras de ordem. De acordo com elas, estabelece uma regra segundo a qual uma ordem dominante pode ocorrer sempre, mas a sua oposta – que chama de recessiva – só pode ocorrer quando uma construção harmoniosa está igualmente presente. É o que acontece, por exemplo, como consequência do universal 25 do autor (se o objeto pronominal sucede o verbo, também o objeto nominal o sucede): se o objeto nominal pode suceder o verbo quer o objeto pronominal o suceda ou preceda, mas só pode preceder o verbo se o objeto pronominal também o preceder, então pode-se afirmar que VO é a ordem dominante, uma vez que a ordem OV só pode ocorrer se se verificarem

determinadas condições – i.e., quando o objeto pronominal também precede o verbo – enquanto VO não está sujeita a esse tipo de limitações (cf. Greenberg, 1963: 96-97).

Vemos, então, que, nesta perspectiva, o caráter dominante da ordem das palavras obriga à comparação entre diferentes ordens – a dominante será aquela que impuser menos restrições de coocorrência.

2.2.2. Chomsky e a perspectiva generativo-transformacional

Enquanto o conceito de Greenberg (1963) é baseado em observações de enunciados efetivos de línguas, portanto do domínio empírico, na perspectiva generativo-transformacional de Chomsky (1982), a ordem básica de palavras é um conceito do domínio abstrato.

Chomsky (1982: 4) considera que a gramática pode ser estudada de acordo com dois pontos de vista: um baseado em sistemas de regras, outro baseado em sistemas de princípios. O sistema de regras está, ainda de acordo com o autor, dividido em três partes, conforme apresentado em (1):

(1)

(A) Léxico

(B) Sintaxe: (i) Componente de base

(ii) Componente transformacional

(C) Componentes interpretativas: (i) FF (forma fonológica)

(ii) FL (forma lógica)

(traduzido de Chomsky, 1982: 4)

Sobre a Sintaxe, Chomsky (1982: 5) defende que as regras da componente de base (i) geram estruturas profundas (*D-structures*), cujos constituintes podem desempenhar funções gramaticais (sujeito, objeto, etc.), associadas aos papéis temáticos (*θ-roles*) – e apenas os argumentos que estejam associados a *θ-roles* estão lexicalmente preenchidos na estrutura profunda, incluindo argumentos foneticamente nulos. Em relação às regras da componente transformacional (ii), considera que existe uma estrutura de superfície (*S-structure*) associada a cada *D-structure* na qual as funções gramaticais são novamente definidas configuracionalmente. Deste modo, a *S-structure* é formada a partir da *D-structure* que lhe corresponde, através da aplicação da regra Mover- α ,

podendo um argumento ser movido para uma posição sem θ -role se deixar um vestígio numa posição que o tenha (cf. Chomsky, 1982: 5).

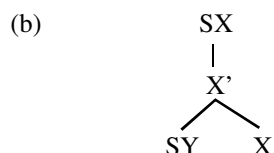
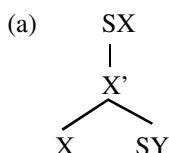
Quanto ao segundo ponto de vista – um sistema de princípios que sustentam diferentes tipos de regras e representações –, Chomsky defende que este sistema de princípios se inter-relaciona de diferentes formas. Considera ainda que também há relações entre as diversas subteorias enquadradas no sistema de princípios e os subsistemas do sistema de regras que vimos em (1), sendo que, quando alguém está a adquirir uma língua, tem acesso a estes princípios, associados a alguns parâmetros. A gramática de uma língua poderá, então, ser considerada um conjunto de valores para esses parâmetros, enquanto os sistemas de princípios e parâmetros são a Gramática Universal, ou seja, a parte biológica dos humanos, que denomina ‘faculdade da linguagem’ (cf. Chomsky, 1982: 6-7).

Novamente a respeito da Sintaxe, e baseando-se apenas no Inglês²⁶, o autor defende que as regras de base devem ser suficientes para determinar qual a estrutura profunda subjacente. Assim, propõe o Princípio de Projeção, segundo o qual as propriedades de marcação- θ de cada item lexical devem ser representadas categorialmente em cada nível sintático, ou seja, na *S-structure* e na *D-structure*. Chomsky acredita que o Princípio de Projeção aplicado à *D-structure* é a representação ‘pura’ das funções gramaticais tematicamente relevantes. E é a ordem dos elementos na *D-structure* que considera significativa, concluindo que uma propriedade geral do Inglês é ser uma língua de núcleo inicial, de acordo com a Teoria X-barras²⁷ (cf. Chomsky, 1982: 8-9).

Chomsky (1982: 13-14) assume, então, que existe uma variedade muito limitada de gramáticas de base e que cada uma delas consiste apenas na especificação de valores para os seus parâmetros, junto com uma variedade restrita de fenómenos periféricos que têm de ser aprendidos. Para ele, o que vai determinar a classe das *D-structures* é a

²⁶ Ao contrário de Greenberg (1963), Chomsky (1982) considera que estudar intensivamente algumas línguas em particular pode dar uma melhor perceção da Gramática Universal do que estudar superficialmente uma grande variedade de línguas (cf. Chomsky, 1982: 92, nota 7).

²⁷ Outras línguas serão, de acordo com esta teoria, de núcleo final. De acordo com a teoria X-barras, uma língua de núcleo inicial pode ser representada como em (a) e uma língua de núcleo final como em (b):



Teoria X-barra, o Princípio de Projeção Alargada e outros princípios, considerando o Léxico e a especificação desses princípios. Assim, há uma estrutura de base – uma gramática livre de contexto – que gera *D-structures*, não precisando de ser especificada ou aprendida, antes deriva de princípios mais profundos e da especificação dos parâmetros que constituem a gramática efetiva (cf. Chomsky, 1982: 13-14).

2.2.3. Kayne e a antissimetria da Sintaxe

A ideia de que há um parâmetro relacionado com a posição de núcleos é contestada por vários autores. Em 1994, contrariando o que foi defendido por Chomsky (1982), Kayne propõe a ideia de que todas as categorias podem ser descritas de acordo com uma configuração de Especificador-Núcleo-Complemento (S-H-C), com base na observação de algumas categorias onde a ordem especificador-complemento predomina fortemente. É o caso de CP, cujo especificador é o *landing site* típico dos constituintes-Q após movimento, e de especificador de IP, a posição do sujeito que, tal como o especificador de CP, tem uma posição inicial na esmagadora maioria das línguas, independentemente do facto de serem do tipo SVO, SOV ou, muito provavelmente, VSO – assumindo, tal como Greenberg (1963), que línguas do tipo OVS, OSV e VOS são extremamente raras. Por isso, conclui que S-H-C é a única configuração disponível (cf. Kayne, 1994: 35-36).

Na defesa de uma Gramática Universal, tal como Chomsky, Kayne (1994: 47) refuta que a diferença entre as línguas conhecidas como ‘de núcleo inicial’ e as conhecidas como ‘de núcleo final’ se deva a um ajuste paramétrico em que a posição do complemento das segundas precede o seu núcleo. Assim, propõe que a variação de ordem resulta de diferentes combinações de movimentos – sempre para a esquerda –, uma vez que qualquer movimento terá de ser ascendente, para uma posição de c-comando que só poderá ser à esquerda, dado que o c-comando antissimétrico implica precedência. O autor defende ainda que se a teoria sintática permitisse movimentos descendentes para uma posição de c-comando sobre a posição inicial esse movimento teria de ser para a direita. Contudo, aceita a hipótese de Chomsky (1993, citado por Kayne, 1994: 47) de que os movimentos descendentes não estão disponíveis na gramática.

O que Kayne (1994: 48-49) propõe, então, é que há uma relação estreita entre a estrutura hierárquica da frase e a sua ordem linear e que é essa estrutura que fundamenta

todo o conjunto de representações sintáticas e, assim, que todas as representações sintáticas estão associadas automaticamente a uma ordem linear fixa dos seus símbolos finais. Deste modo, todas as outras ordens serão fruto de movimentos dos constituintes para posições mais altas na estrutura (cf. Kayne, 1994: 49 e ss).

2.2.4. A ordem de palavras – perspectivas mais recentes

Se tomarmos como exemplo o Português, vemos que frases declarativas, simples e não marcadas permitem-nos perceber que “obedecem a um padrão dominante de ordem de palavras e que a posição dos constituintes define, em grande parte, as relações gramaticais ou funções sintáticas que eles desempenham na oração” (Duarte & Brito, 1996: 261). Duarte & Brito (1996: 261) mostram através do seu exemplo (38), aqui renumerado como (2), que a alteração dessas posições altera as funções sintáticas:

- (2) a. O João ama a Maria.
- b. A Maria ama o João.

Como, no Português, a posição pré-verbal pertence tipicamente ao sujeito – “o João” em (2a) e “a Maria” em (2b) – e a posição pós-verbal é tipicamente destinada ao objeto direto, percebemos que o português é uma língua com padrão SVO, isto é, uma língua onde, à semelhança das línguas românicas em geral, bem como muitas outras, o sujeito precede o verbo e o verbo precede o objeto direto (cf. Duarte & Brito, 1996: 261).

Na linha do que anteriormente se disse, Duarte & Brito (1996: 261 e ss) consideram que nem todas as línguas obedecem ao mesmo padrão de ordem de palavras. As autoras destacam o padrão SVO como aquele que se encontra, por exemplo, nas línguas românicas em geral, no Inglês e nas línguas eslavas em geral, mas dão exemplos de outras línguas que obedecem a padrões de ordem diferentes. É o caso das línguas célticas, do Árabe clássico, do Hebreu bíblico ou do Tagalog, que apresentam um padrão VSO, como demonstram com um exemplo desta última em (39), aqui renumerado como (3):

- (3) Sumagot sija sa propesor.
 respondeu ele o professor
 ‘ele respondeu ao professor’

Como exemplo de línguas SOV, Duarte & Brito (1996: 261) enumeram o Japonês, o Turco, o Persa, o Georgiano e o Esquimó, mostrando um caso do Turco como típico de construção frásica numa língua SOV em (40), aqui renumerado como (4):

- (4) Romalibar barbarli yendiler.
 romanos bárbaros venceram
 ‘os romanos venceram os bárbaros’

Ainda de acordo com Duarte & Brito (1996: 261-261), há línguas, como o Latim, que aparentam ter uma ordem livre, embora na prática não seja assim: essa liberdade aparente deve-se ao facto de o Latim ser uma língua com uma flexão rica, onde a marcação causal pode substituir o papel que normalmente é desempenhado pelas posições das palavras consideradas como fixas, sendo, na verdade, SOV a ordem dominante.

Para as autoras, o que Greenberg (1963) percebeu foi que, “sob a aparente variabilidade de ordem de palavras nas línguas, existem na realidade certas propriedades universais que se podem apresentar sob a forma de «universais implicativos»” (p. 262), sublinhando que padrões de ordem de palavras são os padrões característicos da chamada ordem básica, o que significa que existem outros padrões de ordem derivados dos básicos (cf. Duarte & Brito, 1996: 263)

Apesar das propostas de Greenberg (1963), da Gramática Generativa (Chomsky, 1982) e da antissimetria de Kayne (1994), mencionadas anteriormente, a definição da ordem de palavras e a sua variação entre as diferentes línguas continuam a levantar dúvidas. Ambar (1992: 46) acha que estes problemas não são totalmente solucionáveis com “a estipulação de que ordem básica se identifica com ordem não marcada” (p. 46), considerando-a apenas o ponto de partida para a análise das ordens derivadas e que só poderemos aferir se uma ordem é ou não básica se conseguirmos explicar coerentemente as ordens que consideramos derivadas dentro de uma determinada língua, o que vai ao encontro da questão das restrições de coocorrência afirmada por Greenberg (1963).

Na sua tese de doutoramento, publicada em 1998, Costa – que assinala a existência de línguas com quatro ordens básicas diferentes: SVO, VSO, SOV e VOS, acrescentando que há ainda a OVS mas que é muito rara – sente necessidade de abordar este assunto, levantando três questões:

- O que é que significa (formalmente) que uma ordem específica é não marcada?
- Porque é que há variação na base?
- A ordem não marcada é verdadeiramente a ordem básica ou será ela própria derivada de uma estrutura mais básica? (pp. 308-309)²⁸

Estas questões revelam claramente que ainda não se conseguiu definir de forma indiscutível a questão da ordem básica de palavras nem o que é a ordem não marcada. O próprio autor (Costa, 1998: 309) clarifica em que termos irá usar essas definições no seu trabalho e é nesse sentido que responde às questões que levantou.

Vale a pena olhar com algum detalhe para o que diz Costa (1998: 309) sobre a segunda questão e que está ligado à teoria defendida por Kayne (1994): se todas as ordens conhecidas são básicas nas respectivas línguas, porque é que há diferentes estruturas básicas? Perante isto, o autor assume a posição de que a ordem que considerar pode não corresponder de facto a uma representação não derivada, ou seja, que a ordem que assumimos como básica pode, ela própria, ser derivada de um *input* que é comum a todas as línguas. O autor considera que, a provarem-se verdadeiros os argumentos de Kayne (1994), não haverá necessidade de tomar a variação na base como argumento para diferentes ordens básicas de palavras. Contudo, não é essa a posição que adota, considerando que a ordem da frase observada em contextos de resposta à pergunta *o que aconteceu?* deverá ser tomada como a ordem básica nas línguas, mantendo a assunção, acima mencionada, de que essa pode não corresponder de facto a uma representação não derivada (cf. Costa, 1998: 310 e ss).

2.3. O Português como língua SVO

Segundo Duarte (2003), o Português é uma língua de proeminência de sujeito, pelo que “a estrutura temática da frase está gramaticalizada através da distinção sujeito-predicado” (p. 316). Deste modo, nas frases declarativas não marcadas com sujeitos pré-verbais, na estrutura sujeito-predicado, a que corresponde a estrutura temática tópico-comentário, o sujeito é aquilo acerca do qual se afirma, nega ou questiona uma propriedade expressa pelo predicado (cf. Duarte 2003: 316).

²⁸ Tradução nossa.

Duarte (2003: 318) considera que podem ser encontrados vários padrões de ordem de palavras em frases declarativas do Português, “considerando os parâmetros de predicação vs. apresentação, construção de tópico não marcado vs. marcado, informação dada vs. informação nova e constituinte com o estatuto de foco informacional” (p. 318). Contudo, dos vários padrões de ordem de palavras apresentados pela autora, apenas SVO é independente de qualquer marcação (cf. Duarte, 2003: 318-320).

Vemos, então, que no que diz respeito ao Português os autores concordam que a sua ordem básica é SVO. No entanto, também de acordo com o que vimos até agora, a ordem de palavras em línguas como o português é variável (cf. Costa 2001: 86). Costa (2001: 86) considera que, “tomando como ponto de partida uma frase SVO, como (1) [aqui renumerado como (5)] todas as ordenações possíveis dos três elementos que constituem esta frase são pelo menos marginalmente gramaticais em português”, conforme demonstra em (2), aqui renumerado como (6):

- (5) O Paulo comeu a sopa.
- (6) a. ?O Paulo, a sopa, comeu.
b. A sopa, o Paulo comeu.
c. A sopa, comeu o Paulo.
d. Comeu o Paulo a sopa.
e. Comeu a sopa o Paulo.

Todavia, esta variação da ordem de palavras não é livre, a posição dos constituintes de cada uma delas é dependente da função discursiva, isto é, sujeitos com funções discursivas distintas ocupam posições distintas na frase (cf. Costa, 2001: 86).

O autor parte do princípio de que pares de pergunta-resposta servem como teste para identificar funções discursivas: se parte da resposta repetir informação da pergunta será informação dada, ou tópico, e se corresponder a informação nova será foco. Deste modo, pode observar-se que os sujeitos ficam em posição pré-verbal quando são tópico e em posição pós-verbal quando são foco ou parte do foco da frase. A exceção é quando toda a frase está em foco – como no caso de resposta à pergunta *o que é que aconteceu?* –, onde o sujeito ocorre em posição pré-verbal, apesar de constituir informação nova (cf. Costa, 2001: 86-87).

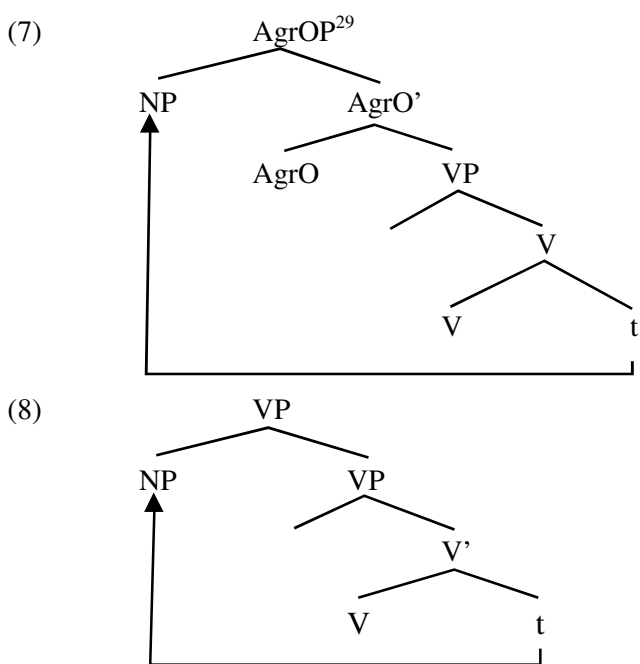
Assumindo, em sintonia com Ambar (1992) e Duarte (1987, citada por Costa, 2001: 87), que, em Português, sujeitos pré-verbais ocupam a posição de Spec, IP e sujeitos pós-verbais ocupam a posição de Spec, VP, Costa (2001: 87-88) considera que

se pode estabelecer uma relação como a que vemos a seguir entre posição sintática e função discursiva:

- “Sujeitos que introduzem informação nova ocupam a posição de Spec, VP;
- Sujeitos que introduzem informação já referida no discurso ocupam a posição de Spec, IP” (Costa, 2001: 87-88).

A influência da dependência da função discursiva na posição dos sujeitos na estrutura da frase leva Costa (2001: 88) a afirmar que o Português é uma língua orientada para o discurso, ao contrário de outras línguas como, por exemplo, o Inglês.

No que toca ao comportamento dos objetos, Costa (2001: 90 e ss) refere dois tipos de movimentos possíveis, de acordo com Chomsky (1993): movimento para especificador da categoria funcional AgrO para receber Caso, como demonstra em (14), aqui renumerado como (7); ou movimento por *scrambling* para uma posição de adjunção a VP, como demonstra em (15), aqui renumerado como (8):



Enquanto algumas línguas revelam movimento do objeto para Spec, AgrO, Costa (2001) defende que no Português isso não acontece, assumindo que, apesar de o movimento por *scrambling* não ser consensual, por criar uma posição de adjunção a VP (o que contradiz o proposto por Kayne, 1994), em Português é possível o movimento dos complementos – tanto NP como PP – para uma posição de adjunção a VP, sendo

²⁹ No modelo atual, AgrOP corresponde a vP.

que este movimento só se pode dar quando os complementos não são focalizados (cf. Costa, 2001: 97-100).

2.4. A ordem de palavras nas línguas gestuais

Em 1984, Volterra *et al* publicaram o resultado de um estudo sobre a Língua dei Segni Italiana (LIS), feito com base na elicitación de diferentes tipos de frases a partir de imagens que representavam diferentes situações: seis situações não reversíveis (onde apenas um dos referentes pode ser identificado como Agente, como em *O rapaz come o bolo*); seis situações reversíveis (onde ambos os referentes podem ser identificados como Agente, como em *O rapaz abraça a avó*) e seis situações locativas (onde se descreve a presença de um referente relativamente a outro, como em *O gato está sentado na cadeira*). A experiência foi feita com 24 indivíduos Surdos – 12 emissores e 12 recetores – tendo o grupo de emissores sido dividido em 6 filhos de pais Surdos e 6 filhos de pais ouvintes cuja exposição à LIS foi feita a partir dos quatro anos de idade (cf. Volterra *et al*, 1984: 19-48). Ao longo de vários anos, estes estudos foram replicados em vários países, com o objetivo de seguir o mesmo modelo na análise comparativa do padrão de ordem de constituintes nas diferentes línguas gestuais, usando o mesmo grupo de tarefas para obter estratégias idênticas na produção das mesmas frases ou histórias (cf. Leeson & Saeed, 2012b: 253).

Leeson & Saeed (2012b: 253-254) destacam a diferença de resultados em línguas gestuais distintas: em muitas delas, descobriu-se que a reversibilidade das frases podia influenciar a ordem dos constituintes, notando-se uma propensão nas frases reversíveis para a ordem SVO e nas frases não reversíveis para a ordem SOV; noutras, a reversibilidade não parecia influenciar a ordem de constituintes; muitos dos estudos demonstraram que as frases locativas favorecem ordens de constituintes diferentes, por serem muito influenciadas pela modalidade visual das línguas gestuais.

Como podemos desde já antever, do que é descrito por Leeson & Saeed (2012b), não é fácil perceber qual a ordem básica da maioria das línguas gestuais, dada a sua variabilidade e as restrições criadas por tipos diferentes de verbos. Pernis *et al* (2007: 15-16) lembram que o facto de muitas línguas gestuais permitirem uma ordem flexível de constituintes levou alguns autores a defenderem uma ordem relativamente livre de constituintes nas línguas gestuais e outros a argumentarem que as línguas gestuais não

possuem uma estrutura hierárquica subjacente da frase. Contudo, perante evidências da existência de material como tópico, sujeito pronominal deslocado para a direita e a possibilidade de existência de argumentos nulos, surgiram outros autores a defenderem que era possível identificar uma ordem básica não marcada, conforme Perniss *et al* (2007: 15) demonstram com exemplos de uma frase em ASL e outra em Língua Gestual Holandesa (Nederlandse Gebarentaal, NGT), em (1a, b), aqui adaptado e renumerado como (9a, b):

- (9)
- | | | | | | | |
|----|-------------------------|--------------------------|---------|---------------------|-------|-------|
| a. | $\overline{\text{top}}$ | JOHN _i , | MARY | LOVE | t_i | [ASL] |
| | | João (TÓPICO) | Maria | amar (vestígio) | | |
| | | ‘o João, a Maria ama’ | | | | |
| b. | <i>pro</i> | BOOK | BUY | INDEX _{3a} | | [NGT] |
| | <i>pro</i> | livro | comprar | index 3ª pessoa | | |
| | | ‘ele(a) compra um livro’ | | | | |

Como se pode ver em (9a), a ordem OSV deve-se à topicalização do objeto (como indicado pela informação de marcação não manual), enquanto em (9b) a ordem de superfície OVS é resultado da deslocação do sujeito pronominal para a direita.

Outros fatores que podem influenciar a ordem de constituintes nas línguas gestuais, referidos por Perniss *et al* (2007:15), são a reversibilidade semântica dos argumentos e as características morfossintáticas dos verbos, como a concordância espacial e aspetual. Identificada a influência destes fatores, os autores defendem que é possível aferir a ordem básica de constituintes nas línguas gestuais (cf. Perniss *et al*, 2007).

Quadros & Karnopp (2004: 137), analisaram a proposta de Padden segundo a qual algumas frases da ASL consideradas SOV são na realidade três frases separadas, considerando que o sujeito e o objeto são predicados introduzidos independentemente no discurso com o estabelecimento de referentes no espaço: primeiro, o gestuante assinala o sujeito e o objeto no espaço, cada um deles num ponto específico, depois usa esses pontos para estabelecer as relações entre um e outro utilizando um verbo, como exemplificado em (10):

- (10) JOÃO_a MARIA_b _aENTREGAR_b LIVRO
 ‘o João entrega o livro à Maria’

Adaptado de Quadros & Karnopp, 2004:137

Na análise da autora (citada por Quadros & Karnopp, 2004: 137), há pausas entre a introdução de cada referente e o verbo, portanto, a última parte seria uma frase independente das duas primeiras, o que é possível em línguas que marcam parâmetros nulos. Deste modo, a ordem que parecia SOV, pode afinal ser SVO (_aENTREGAR_b – o movimento é feito do ponto ‘a’, associado ao referente ‘João’, para o ponto ‘b’, associado ao referente ‘Maria’, indicando que o João entregou o livro à Maria). Contudo, Quadros & Karnopp (2004: 137) admitem que esta análise não pode ser considerada em todas as frases SOV da Língua de Sinais Brasileira (LSB), uma vez que nem todas as frases deste gênero têm as pausas mencionadas por Padden, e propõem que na LSB será um tipo de construção com foco final a licenciar a ordem SOV, sendo a LSB uma língua SVO (cf. Quadros & Karnopp, 2004).

Outro exemplo de língua gestual SVO é a ASL, língua gestual sobre a qual se tem publicado grande número de estudos. Neidle *et al* (2000: 59) defendem que é a dificuldade em distinguir constituintes internos de CP de constituintes externos a CP que tem levado alguns autores a concluir erradamente que existe uma ordem livre da frase, mas que, quando os constituintes internos de CP são considerados individualmente, rapidamente se torna claro que a ordem não marcada subjacente é SVO, como demonstram com o exemplo usado por Perniss *et al* (2007), acima apresentado como (9). Assim, os autores defendem que ordens diferentes se devem a processos como tópico, *tag*, constituintes deslocados para a direita, entre outros, que consideram serem facilmente identificáveis através de pistas não manuais e da prosódia (cf. Neidle *et al*, 2000: 59).

Do mesmo modo, Sandler & Lillo Martin (2006) afirmam que tem sido geralmente aceite pela comunidade que a ordem básica da ASL é SVO, ressaltando, também elas, que há várias situações em que esta ordem pode ser alterada, incluindo topicalização, uso de concordância verbal, aspeto e o que chamam de “mimetic devices” (Sandler & Lillo Martin, 2006: 297), ou seja, mimetização de uma ação. Contudo, as autoras lembram que, apesar de as línguas gestuais de vários países terem igualmente sido consideradas línguas SVO, há investigadores que enfatizam a variabilidade de ordens de palavras presente nas línguas gestuais que estão a estudar, defendendo que devia ser usada uma descrição do tipo ‘tópico-comentário’ para definir a ordem de palavras nestas línguas, tendo alguns desses investigadores lançado o desafio de que as línguas gestuais fossem consideradas como não tendo ordem básica ou estrutura básica (cf. Sandler & Lillo-Martin, 2006: 297-298).

Diferentemente do que é dito sobre a ASL ou a BSL, Cecchetto *et al* (2009), afirmam – com base em informantes Surdos, gestuantes nativos de LIS – que, apesar de nesta, como em outras línguas gestuais, a ordem de palavras não ser rígida, os seus informantes estavam de acordo em relação ao facto de que a ordem de palavras não marcada em frases simples declarativas da LIS é a SOV (cf. Cecchetto *et al*, 2009: 281-282), ou seja, em frases como a que apresentam em (1), aqui adaptado e renumerado como (11):

- (11) GIANNI MARIA LOVE
João Maria amar
'o João ama a Maria'

Todavia, num artigo de 2006, fundamentando-se igualmente em informantes surdos gestuantes nativos de LIS, os mesmos autores referem que a ordem SVO é por vezes usada quando os gestuantes nativos comunicam com gestuantes não nativos, que são influenciados pela ordem dominante do Italiano – SVO (cf. Cecchetto *et al*, 2006: 948).

Sobre a LGP, no único estudo publicado até hoje, Amaral *et al* (1994:123-124) consideram que, em frases do tipo de (1) e (2), aqui renumeradas como (12) e (13), a ordem é obrigatória em LGP por regras de concordância entre o sujeito e o objeto (embora não mostrem qual é a ordem nem quais são as regras de concordância). Em frases do tipo de (3) e (4), aqui renumeradas como (14) e (15), os autores afirmam que pode “ocorrer uma ordem aleatória do gesto na frase” (Amaral *et al*, 1994:124):

- (12) O João ama a Maria.
(13) A Maria ama o João.
(14) O João comeu o bolo.
(15) *O bolo comeu o João.

Deste modo, Amaral *et al* (1994:124) apresentam (5-7), aqui adaptadas e renumeradas como (16-18), como gramaticais na LGP:

- (16) BOLO COMER JOÃO [OVS]
(17) COMER JOÃO BOLO [VSO]
(18) BOLO JOÃO COMER [OSV]

Os mesmos autores consideram, no entanto, que “em frases deste tipo, a ordem que parece mais frequente é O-S-V” (Amaral *et al*, 1994:124), uma vez que, tratando-se de um verbo não reversível, não há risco de confusão entre sujeito e predicado. Não obstante, afirmam que “quando se criam índices substitutivos de pessoas ou locais no espaço sintático, a ordem das palavras passa a obedecer a regras mais restritivas” (Amaral *et al*, 1994:125). Nestes casos, os autores afirmam que verbos como COMPRAR, DIZER, DAR, VENDER ou OFERECER, bem como verbos espaciais, como DESLOCAR, LEVAR ou TRAZER, obrigam a uma ordem SVO (cf. Amaral *et al*, 1994:125).

Apesar dos esforços que têm sido feitos no sentido de se chegar a um consenso no que respeita à ordem de constituintes nas línguas gestuais, o facto é que continuam a existir algumas divergências. Johnston *et al* (2007: 163 e ss) compararam os estudos efetuados em diferentes países, por diferentes investigadores, e detetaram alguns problemas metodológicos que podem comprometer a comparação interlinguística, no que diz respeito à ordem de constituintes nas línguas gestuais. O primeiro é a forma como cada um fez a recolha dos dados: tradução de frases em Inglês; juízos gramaticais sobre construções possíveis; elicitación a partir de desenhos; dados espontâneos filmados em ambientes informais (cf. Johnston *et al*, 2007: 163 e ss).

Analisando seis estudos feitos com base no método de Volterra *et al* (1984), incluindo este, Johnston *et al* (2007: 164-168) detetam quatro obstáculos ao estudo interlinguístico: (i) diferentes métodos de análise; (ii) falta de informação sobre fatores sociolinguísticos em alguns deles, nomeadamente a comparação entre as produções de gestuantes nativos e gestuantes não nativos (com aquisição tardia da língua gestual); (iii) interpretações diferentes de dados idênticos; finalmente, (iv) o facto de se assumir previamente que os informantes irão produzir apenas uma frase em resposta ao estímulo, o que não costuma ser o padrão mais comum. Assim, os autores resolveram fazer um estudo comparativo entre três línguas gestuais – Auslan, Língua Gestual Flamengo (Vlaamse Gebarentaal, VGT) e ISL – usando eles também o método de Volterra *et al* (1984), com o objetivo de darem resposta a estes problemas (cf. Johnston *et al*, 2007: 168-186).

Ao longo do estudo que fizeram, os autores depararam-se com várias dificuldades que os levaram a levantar a possibilidade de alguns dos estudos publicados terem de ser reexaminados, caso os seus autores se tenham deparado com o mesmo tipo de problemas – ao nível da recolha de dados, da sua análise e da própria teoria (cf. Johnston *et al*, 2007: 186).

Em relação aos primeiros, os autores destacam: (i) o facto de os informantes estarem a olhar para as imagens ao mesmo tempo que produzem as frases, o que tornou difícil a deteção de pausas e marcações não manuais; além disso, o facto de estarem a ser filmados, pode tê-los levado a alguma autoconsciência e automonitorização do uso da língua; (ii) o facto de lhes serem apresentadas imagens que só diferiam num aspeto pode tê-los levado a produzir estruturas mais marcadas do que se não estivessem presentes as duas imagens; por outro lado, o facto de saberem que o recetor tinha as mesmas imagens pode tê-los levado a ser menos explícitos em relação a alguns elementos; (iii) os dados recolhidos através desta metodologia são provavelmente diferentes dos que seriam obtidos num discurso natural, facto que será menos crítico se o objetivo da investigação se limitar à recolha de informação sobre as ordens possíveis de constituintes da frase; e (iv) o tamanho da amostra (cf. Johnston *et al*, 2007: 187-188).

No que diz respeito aos problemas com a análise de dados, destacamos a que pode interferir com a nossa própria investigação: a dificuldade em identificar fronteiras de frase em algumas construções, que pode levar diferentes investigadores a interpretá-las de forma díspar, uma vez que aplicar a noção tradicional de que uma frase tem um verbo como núcleo pode ser problemático nas línguas gestuais. É o caso de alguns verbos que podem ser entendidos como modificadores do nome em vez de núcleo de frase e algumas construções que podem parecer frases independentes mas coordenadas, porém ser mais adequado analisá-las como subordinadas ou encaixadas (cf. Johnston *et al*, 2007: 189-193).

Finalmente, nas questões com a teoria, destaca-se a questão do contacto com a língua oral dominante e da sua potencial influência na língua gestual. Os autores consideram que esta questão pode ter um forte impacto na forma como o investigador pode interpretar alguns paralelismos com a língua oral dominante: serão coincidentes, derivados, contudo estranhos à língua gestual, ou derivados, mas já plenamente integrados na língua? (cf. Johnston *et al*, 2007:196).

Para os autores, estas questões são tão importantes que, caso não sejam tidas em conta, podem comprometer tanto as assunções sobre a ordem de constituintes nas línguas estudadas como obrigar à reanálise tanto das próprias línguas como dos estudos interlinguísticos das línguas gestuais (cf. Johnston *et al*, 2007:199).

2.5. Questões decorrentes da modalidade visual-espacial

Já mencionámos anteriormente que, se nos primórdios da investigação das línguas gestuais os investigadores se centravam nas semelhanças entre estas e as línguas orais, a tendência atual é estudar as diferenças decorrentes da modalidade visual-espacial, que podem dificultar, ou, por vezes, impossibilitar a compreensão da ordem de palavras em construções típicas das línguas gestuais. Destas, destacam-se a simultaneidade, a iconicidade e o uso de classificadores (cf. Leeson & Saeed, 2012b).

2.5.1. Simultaneidade, iconicidade e uso de classificadores

Ao contrário das línguas orais, que obrigam a uma linearidade na articulação dos sons, uma vez que o aparelho fonador não permite a articulação de mais do que um som ao mesmo tempo, as línguas gestuais, para além da linearidade, caracterizam-se pela simultaneidade, isto é, tanto podem ser articuladas manualmente como não manualmente ao mesmo tempo. São as componentes não manuais³⁰ que marcam a interrogação, a negação, construções com tópico, condicionais, etc. No que diz respeito à articulação manual, o facto de os gestuantes disporem de dois articuladores – as duas mãos – permite-lhes gestualizar simultaneamente dois componentes de uma frase. Deste modo, sendo a questão da ordem de palavras assumida a partir de um conceito de cronologia linear, é natural que surjam tantas controvérsias a respeito da ordem de palavras nas línguas gestuais (cf. Leeson & Saeed, 2012b: 246-247).

De facto, como explicam Leeson & Saeed (2012b: 248), ao fazerem uso de um espaço tridimensional, que permite aos gestuantes usarem os principais articuladores – mãos e braços – para a produção simultânea de diferentes gestos, as línguas gestuais tornam a tarefa de identificação da ordem básica de constituintes bastante complexa. Os autores ilustram duas situações dessas em (2a, b), aqui adaptado e renumerado como (19a, b), com um exemplo da NGT e outro da Língua Gestual Jordana (Lughat il-Ishaarah il-Urduniyyah, LIU)³¹:

³⁰ As componentes não manuais podem ser levantar ou franzir as sobrancelhas, inclinar a cabeça para trás ou para a frente, semicerrar ou arregalar os olhos, etc.

³¹ Os autores usam L para designar a mão esquerda e R para designar a mão direita. Ao adaptar, optámos por usar D para mão dominante e N/D para mão não dominante. A mão dominante é a mão direita para gestuantes destros, mas para os gestuantes esquerdinos é a mão esquerda. Optámos por esta

- (19) a. D: MULHER CORTAR_{3b} [NGT]
 N/D: CL(fio)_{3b}
 ‘A mulher corta o fio’
- b. N/D: CL: CARRO avança imobiliza recua-avança imobiliza [LIU]
 D: CL: PONTE SABES CL: PONTE FICAR O-QUÊ
 N/D: imobilizado
 D: CL: CARRO avança repetidamente INDEX CL: CARRO
 ‘O carro passou debaixo da ponte, estás a ver? Passou debaixo da ponte e ficou lá. O quê (podia ele fazer)? Outros carros passaram aquele carro estacionado’

Em (19a) o verbo e o objeto são expressos em simultâneo (o objeto, através do classificador), o que leva Leeson & Saeed (2012b, 249) a considerarem difícil, senão impossível, determinar se a ordem é SVO ou SOV. A situação demonstrada em (19b) é ainda mais complexa: o sujeito (o carro) é introduzido ao mesmo tempo que o objeto locativo (a ponte), ambos através de classificadores; em seguida, o classificador que representa o carro para ou move-se em relação ao objeto, assumindo diferentes papéis gramaticais em diferentes frases, o que torna também, para os autores, impossível determinar a ordem de palavras (cf. Leeson & Saeed, 2012b: 248-249). Contudo, Kimmelman (2011: 13), embora reconheça que este tipo de construções torna a noção de ‘ordem de palavras’ inaplicável, considera que na maioria dos casos um dos gestos é articulado em primeiro lugar, sendo depois mantido no local enquanto o outro gesto é articulado. Nestas situações, o autor defende que continua a ser possível determinar a ordem. Outra situação complexa, também referida por Leeson & Saeed (2012b: 249), é quando – em construções com classificadores, por exemplo – o verbo e um dos seus argumentos são expressos simultaneamente através de um único gesto, ou seja, um dos argumentos é incorporado no verbo.

A questão da iconicidade e da sua influência na ordem de palavras foi levantada por Liddell (1980: 88-91), que reconheceu que frases icónicas podem admitir a ordem SOV na ASL. No entanto, o autor ressalva que há condições obrigatórias para que estas sequências SOV sejam aceitáveis. Por exemplo, numa frase como MULHER TARTE PÔRNO-FORNO, é obrigatório que a mão onde foi feito o gesto TARTE (que depois fica com a

designação para facilitar a compreensão, uma vez que um dos exemplos dos autores era uma produção de um gestuante destro e o outro uma produção de um gestuante esquerdino.

palma para cima, como se estivesse a segurar a tarte) seja a mesma que faz o movimento de PÔR-NO-FORNO; se esse movimento for feito com a outra mão então a sequência não será aceitável. Liddell (1980: 89) deduz, assim, que a iconicidade da sequência é importante para esta construção SOV. Outro exemplo dado pelo autor é a frase EU BICICLETA COMPRAR: para que seja aceitável, o gestuante deve olhar para um ponto, por exemplo, à sua esquerda – estabelecendo, desta forma, que para fins gramaticais a bicicleta se encontra à sua esquerda – e ao produzir COMPRAR deve direcionar o gesto para esse ponto à sua esquerda, indicando que foi o objeto que se encontra à sua esquerda que foi comprado. O autor frisa que a falta do olhar para um ponto para o qual depois se dirige o movimento do verbo torna a construção inaceitável. Portanto, ambos os exemplos demonstram que há necessidade de estabelecer de algum modo a relação entre o verbo e os seus argumentos, caso contrário a ordem SOV não é aceitável na ASL. Isto leva-o a concluir que, na ASL, a ordem SOV não dá, por si só, qualquer informação sobre as relações gramaticais, ao contrário do que acontece com a ordem SVO (cf. Liddell, 1980: 89-91). Mas Kimmelman (2011: 13) contrapõe que, por um lado, afirmar que a ordem SOV é aceitável em frases icônicas é bastante vago, tendo em conta que a iconicidade está de algum modo presente em quase todas as línguas gestuais; por outro lado, considera que este fator pode ser incluído nas propriedades das construções com classificadores, elas também largamente icônicas e igualmente com grande tendência a favorecer a ordem SOV.

Os classificadores nas línguas gestuais são definidos por Nascimento & Correia (2011:107 e ss) como “estruturas morfêmicas que se comportam como gestos” (p. 107), que têm a propriedade de substituir, descrever, especificar e qualificar pessoas, animais e coisas, além de incorporarem ações a esses referentes.

Morfologicamente, um classificador realiza-se de forma idêntica a um gesto simples. Contudo, possui uma estrutura semântico-sintática complexa; é constituído dos mesmos componentes de um gesto (CM, OP, PA, Mov e ENM³²) e submete-se às mesmas regras de construção de um gesto. Por outras palavras, é um tipo de morfema livre com grande informação semântica e que, por isso, representa ora um sintagma nominal, ora um sintagma verbal, com alto poder de ajuste pragmático. (p. 108)

³² Configuração da Mão, Orientação da Palma (da mão), Ponto de Articulação, Movimento e Expressões Não Manuais.

Portanto, embora reconheçam que há controvérsias quanto à sua classificação, Nascimento & Correia (2011) defendem que os classificadores são unidades com função gramatical, onde a Configuração Manual determina o referente a ser classificado, mas não constitui por si só o classificador, sendo que o “componente semântico completo só é interpretado a partir do momento em que a CM se articula com os outros parâmetros para constituir o gesto” (p. 108). Sintaticamente, ainda de acordo com as autoras, um classificador pode ser uma frase ou apenas parte de uma frase e pode manifestar-se como ‘classificador nominal’ ou como ‘classificador verbal’ (Nascimento & Correia, 2011: 107-108).

Já Quadros & Karnopp (2004) consideram os gestos que usam classificadores um componente do léxico das línguas gestuais, tendo propriedades morfológicas distintas. Para elas, os classificadores são formas complexas em que a configuração da mão, o movimento e a localização da mão podem especificar qualidades de um referente, sendo “geralmente usados para especificar o movimento e a posição de objetos e pessoas ou para descrever o tamanho e a forma dos objetos” (p. 93). Essas configurações da mão ocorrem em predicados que especificam a localização ou a forma de um objeto (Quadros & Karnopp, 2004: 92-93).

Emmorey (2002: 73-74), seguindo Supalla (1982, 1986), define ‘construções com classificadores’ como predicados complexos que expressam movimento (como em *O carro vagueou pelo monte acima*), posição (como em *A bicicleta está junto à árvore*), informação estativa-descritiva (como em *É comprido e delgado*) e informação de manuseamento (como em *Eu peguei num objeto esférico*). A autora distingue os ‘predicados classificadores’ dos tipos de verbos (que discutiremos na próxima subsecção), uma vez que a configuração da mão funciona como um morfema e como um ‘classificador’. Quanto às configurações manuais que funcionam como classificadores, estas combinam com diferentes tipos de morfemas de movimento, combinações essas que estão sujeitas a restrições morfossintáticas (cf. Emmorey, 2002: 74).

As configurações manuais que funcionam como classificadores são divididas por Emmorey (2002: 76) em quatro tipos, para a ASL: (i) classificadores que representam toda uma entidade (e. g., um carro, uma pessoa, um lápis ou uma folha de papel); (ii) classificadores de instrumento ou de manipulação, usados em verbos que denotam um agente animado, usando a(s) mão(s) para manipular uma entidade ou um instrumento (e. g., uma faca, uma arma); (iii) classificadores de membros de seres humanos ou de seres

animais (e. g., pernas, pés, patas); (iv) classificadores de extensão e de superfície, em que as configurações das mãos representam a profundidade ou o comprimento de um objeto (e. g. um fio, o topo de uma placa ou o teto de um carro). Os morfemas de movimento são igualmente divididos em quatro, pela autora: (i) morfemas de posição; (ii) morfemas de movimento (e. g. movimento a direito, movimento em arco); (iii) morfemas de modo (que indicam o modo como a entidade se move); e (iv) morfemas de extensão (e. g., livros alinhados numa prateleira).

Amaral *et al* (1994:126-127), numa abordagem muito breve aos classificadores – que denominam como ‘categorizadores’ –, referem que este é um processo muito frequente na LGP. Porém, limitam-se a dar o verbo ABRIR como exemplo de um verbo que, em vez de ter um gesto autónomo, varia conforme o seu complemento: ABRIR-PORTA; ABRIR-LIVRO; ABRIR-ARMÁRIO.

Apesar de se ter generalizado bastante, o termo ‘classificador’ não tem sido consensual entre os investigadores de línguas gestuais (cf. Emmorey, 2002; Liddell, 2003b; Shembri, 2003; Supalla, 2003, e.o.). Shembri (2003: 3), por exemplo, reportando-se à Auslan, refere-se a eles como uma categoria de verbos ‘policomponenciais’ de movimento, localização, manuseamento e descrição visual-geométrica. Mas tanto Liddell (1980, 2003b) como Supalla (2003) referem-se a eles como ‘predicados classificadores’. Para Emmorey (2002: 87-91), só se chegará a um consenso se todos fizerem a mesma leitura sobre o que é um classificador. A autora lembra que, enquanto Supalla (1978, 1982, 1986) adotou uma análise segundo a qual os classificadores contêm um morfema de raiz que expressa movimento ou localização e a configuração manual é um morfema (ou conjunto de morfemas) afixo à raiz verbal (morfema este que se refere a propriedades inerentes ao objeto, portanto, considerado ele próprio um classificador, por alguns linguistas), McDonald (1982) e Engberg-Pedersen (1993) questionaram se o morfema de movimento e localização não seria na verdade a raiz dos verbos classificadores (Emmorey, 2002: 88-89). Porém, Shembri (2003: 28) considera que, se o uso das configurações manuais parecem representar um tipo de subsistema morfossintático motivado por propriedades semânticas semelhantes às dos morfemas classificadores encontrados em línguas orais, parece também haver evidências de que as unidades de configuração manual têm várias características únicas das línguas gestuais. É por isso que Emmorey (2002: 90) conclui que, quando se fala em classificadores nas línguas gestuais, se está a falar de um tipo de predicados que são exclusivos delas. Assim, em vez de adotar a análise segundo a qual as configurações

manuais são afixos que se ligam ao movimento, ou vice-versa, Emmorey (2002: 91) prefere considerar que a configuração manual e o movimento são unidades morfológicas que se combinam para criar predicados classificadores, esperando que futuros estudos consigam clarificar esta questão.

2.5.2. Tipos de verbos e mecanismos de concordância

Nas línguas orais, os verbos plenos diferem entre si quanto ao número de argumentos que selecionam bem como à sua função e classe sintagmática: (i) verbos que não selecionam nenhum argumento; (ii) verbos que selecionam um argumento (que pode ser um sintagma nominal (normalmente sujeito) ou uma frase pequena); (iii) verbos que selecionam dois argumentos (sujeito e complemento direto, indireto ou oblíquo); (iv) verbos que selecionam três argumentos (sintagma nominal sujeito e complementos, cuja classe estrutural depende das propriedades de seleção funcional e de subcategorização do verbo); e (v) verbos que selecionam quatro argumentos (em número reduzido, denotam movimento espacial ou de transação). Focando-nos apenas nos verbos que selecionam argumentos, temos, então, os que selecionam complemento direto e os que não o selecionam – verbos transitivos e intransitivos, respetivamente – sendo que os primeiros podem selecionar outros complementos ou não (Gonçalves & Raposo, 2013: 1188 e ss). Não existem, tanto quanto é do nosso conhecimento, estudos com vista a este tipo de classificação dos verbos nas línguas gestuais, particularmente sobre a LGP.

Em 1988 foi proposta uma tipologia dos verbos nas línguas gestuais por Padden (citada por Padden, 1990: 119), que identificou três tipos de verbos na ASL, designando-os como: ‘verbos simples’, que não flexionam em pessoa ou número nem incorporam afixos locativos, embora alguns possam apresentar flexão de aspeto (e. g. AMAR, GOSTAR, PENSAR); ‘verbos flexionais’, que flexionam em pessoa, número e aspeto, mas não possuem afixos locativos (e. g., DAR, DIZER, PERGUNTAR, AVISAR); e ‘verbos espaciais’, que não flexionam em pessoa, número ou aspeto, mas incorporam afixos locativos (e. g., PÔR, LEVAR-PELA-MÃO). No seu artigo de 1990, a autora substituiu a designação ‘verbos flexionais’ por ‘verbos de concordância’, seguindo a sugestão de Johnson (1987), que considerou que a designação ‘verbos flexionais’ não seria a mais adequada, uma vez que os verbos simples também flexionam, ainda que apenas em aspeto. (cf. Padden, 1990: 119).

Os verbos espaciais são, então, de acordo com a tipologia proposta por Padden (1988, citada por Meir, Padden, Aronoff & Sandler, 2008: 82) uma classe verbal que indica movimento e localização no espaço, sendo que a direção do movimento codifica a posição dos argumentos locativos, bem como os seus pontos de partida e de destino; a forma como as mãos executam o movimento de trajetória normalmente significa a forma como o objeto a percorre no espaço. Padden (1990: 119) entende que os verbos espaciais incluem verbos que não têm morfemas classificadores de nomes tão detalhados como os dos verbos classificadores, mas que, tal como estes, incorporam morfemas locativos – para ela, os verbos classificadores são uma das subclasses em que é possível dividir os verbos espaciais.

Há, contudo, alguns autores que não concordam completamente com a classificação da autora (Quadros & Quer, 2008; Liddell, 2003a, e.o.). Quadros & Karnopp (2004) definem-nos apenas como “verbos que têm afixos locativos” (e. g., COLOCAR, IR, CHEGAR). Já Sandler & Lillo-Martin (2006: 102-103) descrevem-nos como verbos caracterizados pela mudança de direção (tal como os verbos de concordância, mas contrariamente aos verbos simples), mas cuja concordância no espaço não é determinada pelo *locus* associado ao sujeito ou ao objeto (como é o caso dos verbos de concordância). Liddell (2003a: 126) defende que, enquanto as línguas orais usam, por exemplo, preposições para identificar o local inicial e o local final do objeto que se move, as línguas gestuais podem fazer o mesmo, embora usando recursos diferentes, como é o caso de $MOVER^{L1 \rightarrow L2}$ (mover algo do *locus* 1 para o *locus* 2).

Ainda de acordo com a análise de Padden (1988, citada por Meir *et al*, 2008: 82), os verbos simples não codificam qualquer propriedade gramatical nos seus argumentos, ao contrário dos verbos de concordância, que “codificam o papel sintático dos argumentos, bem como as características de pessoa e número através da direção do movimento das mãos e posição das palmas” (p. 82). Isto significa que, para Padden (1988), as mãos são o articulador ativo na língua gestual e concentram a maior parte da carga informacional contida no gesto (cf. Meir *et al*, 2008: 82).

De entre as classes verbais até aqui apresentadas, interessa-nos observar com mais pormenor os verbos de concordância e analisar como é que esta é estabelecida entre o verbo e os seus argumentos. Meir (1998: 2) define-os como verbos que efetuam um movimento linear (trajetória) no plano horizontal, com marcadores de concordância para o sujeito e o objeto em cada ponta: o ponto de início do movimento do gesto

corresponde ao marcador de sujeito e o ponto final ao marcador de objeto, como ilustra nos exemplos (1)-(4), aqui adaptados e renumerados como (20)-(23):

- (20) $_1\text{DAR}_2$
'eu dou-te'
- (21) $_2\text{DAR}_1$
'tu dás-me'
- (22) $_1\text{DAR}_3$
'eu dou-lhe'
- (23) $_3\text{DAR}_2$
'ele/ela dá-te'

Nas quatro construções ((20)-(23)), a única parte que sofre alteração no verbo é a direção da trajetória, que muda em concordância com os argumentos do verbo, mas começando sempre no ponto de referência associado ao sujeito (*S-locus*) e terminando no ponto de referência associado ao objeto (*O-locus*). Assim, em (20) o sujeito é a primeira pessoa (1P) e o objeto a segunda pessoa (2P), portanto, a trajetória começa no *locus* de 1P (perto do peito do gestuante) e termina no *locus* de 2P (a localização do interlocutor); em (21) a direção da trajetória é a inversa; em (22) o movimento da trajetória começa no *locus* de 1P e termina num ponto de referência associado a uma terceira pessoa (3P) e em (23) a trajetória começa no *locus* de 3P e termina no *locus* de 2P. A Figura 1 de Meir (1998: 3), aqui renumerada como Figura 2, ilustra mais claramente (20)-(23):

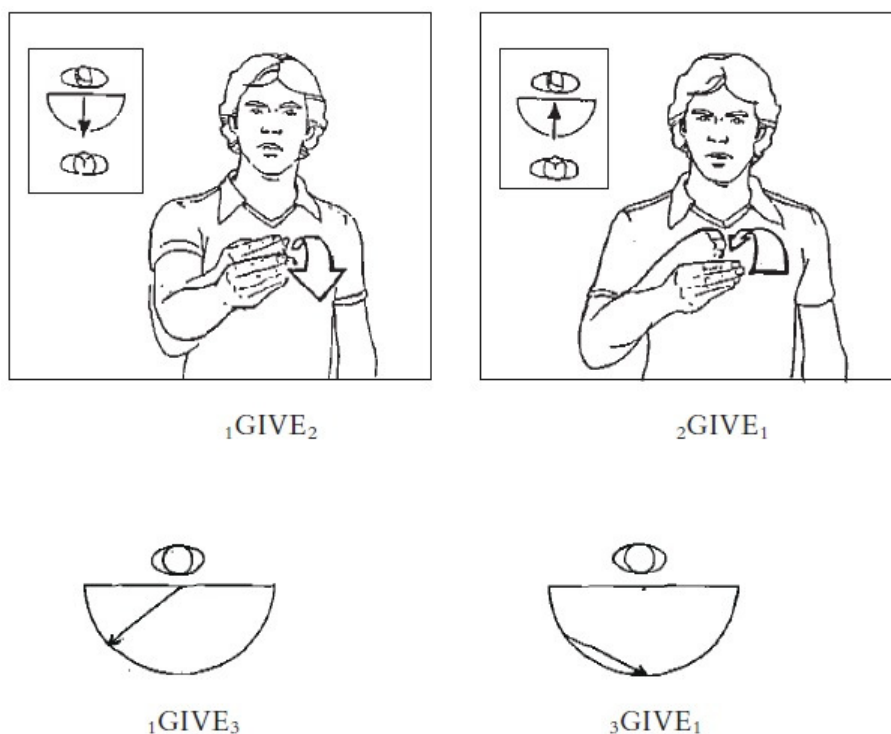


Figura 2 - Formas flexionadas de DAR (GIVE), em ASL: a concordância é expressa pela mudança de direção do movimento da trajetória do verbo

Vemos, então, que a concordância desta classe de verbos está associada a um morfema direcional que estabelece um movimento dentro de uma trajetória que parece ir do sujeito para o objeto, isto é, de locais sintáticos no espaço, chamados Locus Referenciais (*R-loci*), a eles associados. Essa associação é estabelecida apontando ou dirigindo o olhar para um ponto específico no espaço – se o referente estiver presente, será dirigido para ele, se não estiver presente, será um ponto específico no espaço que lhe ficará associado (cf. Meir, 2002: 419).

Contudo, foi detetado um subgrupo de verbos, dentro desta classe, cuja concordância apresenta uma trajetória inversa – do objeto para o sujeito – e que passaram a ser denominados como ‘verbos reversos’ (ou verbos de movimento reverso), como é demonstrado por Meir (1998: 7) em (8)-(9), aqui adaptados e renumerados como (24)-(25) e ilustrado pela autora na figura 5, aqui renumerada como Figura 3:

- (24) ${}_2$ TIRAR $_1$
‘eu tiro-te’
(25) ${}_1$ TIRAR $_2$
‘tu tiras-me’



Figura 3 - Formas flexionadas do verbo reverso TIRAR (TAKE), em ASL: o movimento é efetuado do locus do objeto para o locus do sujeito.

Verbos reversos são, então, “predicados de concordância em que a posição inicial do sinal [gesto] é a localização do objeto e a posição final é aquela do sujeito, diferentemente de outros verbos de concordância” (Quadros & Quer, 2008: 68). Meir (1998: 4 e ss) apercebeu-se de que, neste tipo de verbos, a concordância não era estabelecida pela orientação da palma da mão ou dos dedos, como alegavam alguns autores (e.g. Bos, 1993, citado por Meir, 1998: 4), mas pelo que denominou como *facing*³³ da mão, isto é, a direção para a qual se orientam os dedos ou as palmas das mãos nos verbos de concordância, conforme o que é determinado pelos R-loci associados aos argumentos do verbo. Para a autora, enquanto o *facing* tanto é determinado por restrições associadas aos loci atribuídos aos argumentos do verbo como sujeito a elas, a orientação (*orientation*) não tem o mesmo tipo de restrições (cf. Meir, 1998: 4 e ss).

Uma das consequências da constatação da existência de ‘verbos reversos’ foi a percepção de que, enquanto nos verbos de concordância ‘regulares’ o sujeito correspondia à noção semântica ‘Fonte’ e o objeto à de ‘Alvo’, nos verbos reversos a ‘Fonte’ correspondia ao objeto e o ‘Alvo’ ao sujeito. Assim, os ‘verbos reversos’ diferem morfológica e semanticamente dos verbos de concordância ‘regulares’, mas não sintaticamente (cf. Meir, 1998: 8 e ss).

³³ A autora distingue entre *orientation* (isto é, orientação da palma da mão, um dos elementos querológicos/fonológicos do gesto) e *facing*. Quadros & Quer (2008) optaram por traduzir ‘facing’ como orientação da mão, ressaltando que usavam a expressão, nos termos de Meir (1998), “como expressão de concordância morfológica sobre o verbo” (p. 66, nota 3). Porém, parece-nos que essa tradução pode trazer alguma confusão, pelo que optámos por usar a designação proposta por Meir, em inglês.

Verificamos, deste modo, que a concordância verbal não é estabelecida da mesma forma nas línguas orais e nas línguas gestuais: nas primeiras, é estabelecida através da flexão em número (singular ou plural), gênero (masculino ou feminino) e pessoa (1^a, 2^a ou 3^a), além da marcação de traços semânticos (tempo, modo e aspeto), havendo uma proeminência do sujeito nessas concordâncias; nas segundas, pode ser estabelecida através da configuração da mão (quando há uso de classificadores), do movimento e/ou do *facing* da mão ou mesmo da direção do olhar ou inclinação do tronco, havendo uma predominância do objeto nas concordâncias.

2.6. Síntese do capítulo

Neste capítulo começamos por abordar algumas perspectivas teóricas sobre o que é a ordem básica de constituintes na língua, destacando os universais linguísticos de Greenberg (1963), a perspectiva generativo-transformacional de Chomsky (1982) e a antissimetria de Kayne (1994), bem como a sua influência nos estudos mais recentes sobre a ordem de palavras nas línguas orais.

Apesar de não haver consenso sobre a forma como se determina a ordem básica de uma língua, ou a estrutura básica a partir da qual derivam outras ordens, é consensual entre os linguistas que o Português é uma língua com uma estrutura básica SVO. Mas quando colocamos a questão da ordem básica de constituintes nas línguas gestuais, a discussão torna-se mais complexa: enquanto alguns linguistas defendem que, devido à sua flexibilidade, as línguas gestuais (ou pelo menos algumas) não possuem uma estrutura hierárquica de base, outros defendem que não só as línguas gestuais têm uma estrutura hierárquica de base como é possível dar conta dos fenómenos que licenciam ordens de constituintes diferentes da ordem básica.

Vimos também que é necessário ter em conta que as línguas gestuais têm algumas questões, decorrentes da sua modalidade visual-gestual, que não podem ser descuradas pelos investigadores, ao estudarem a ordem de constituintes da frase numa língua gestual: a simultaneidade, a iconicidade e o uso de classificadores, para além dos mecanismos de concordância verbal, que não são os mesmos que encontramos nas línguas orais.

Capítulo 3 – Metodologia, análise e discussão dos dados

3.1. Introdução

Sendo o objetivo fundamental desta investigação perceber qual a ordem básica de constituintes na LGP e tendo em conta a inexistência de uma base de dados que pudéssemos utilizar, construímos um *corpus*. Neste capítulo começamos por descrever a metodologia usada para a recolha dos dados que constituíram o *corpus*, seguindo-se a apresentação dos mesmos.

Após a descrição da metodologia, fazemos uma primeira apresentação dos resultados, onde tivemos em conta os enunciados produzidos pelos informantes para cada um dos estímulos. Nesta secção usámos o seguinte critério para o registo dos padrões de ordem encontrados: frase com apenas um evento (e.g. SVO); frase com mais do que um evento (e.g. SVO (S)V(O)), enunciado com mais do que uma frase (e.g. SVO//SVO). Tanto a interpretação dos enunciados produzidos pelos informantes como as paráfrases apresentadas foram da autoria da investigadora (podendo, portanto, ser eventualmente sujeitos a interpretações diferentes por outros investigadores).

Seguidamente, fazemos a análise e discussão dos dados, tendo agora em conta o número de frases produzidas em cada enunciado, após a qual avançamos com uma proposta de análise sintática, considerando alguns dos fenómenos encontrados.

3.2. Recolha de dados

A escassa investigação que tem havido sobre a LGP leva à inexistência de um *corpus* linguístico que possa servir de base a um estudo aprofundado sobre a sua sintaxe. Isto obrigou-nos a constituir um *corpus* de acordo com uma dada metodologia para a recolha de dados e a seleccionar os instrumentos e procedimentos a adotar, bem como a forma de fazer a leitura dos dados obtidos.

Apesar de, como afirmam Carmo *et al* (2007), os gestuantes Surdos vindos de famílias Surdas, mesmo quando se limitam a uma geração, representarem, “de forma geral, uma espécie de elite na comunidade Surda” (p. 10) e de muitos investigadores terem procurado centrar-se o mais possível na investigação da língua gestual produzida

por estes – por ser considerada mais ‘pura’ –, a verdade é que, além de serem apenas uma pequena percentagem da população Surda portuguesa³⁴, parece-nos que a LGP produzida por Surdos que não a adquiriram desde o nascimento (por terem nascido em famílias ouvintes) deve ser igualmente considerada. Acresce que autores como, por exemplo, Volterra *et al* (1984) encontraram diferenças no padrão de ordem dos constituintes entre gestuantes nativos e gestuantes não nativos. Também Cecchetto *et al* (2006, 2009) registam que os seus informantes – gestuantes nativos da LIS – reconhecem que variam a forma como produzem as frases consoante estejam a interagir com gestuantes nativos ou com gestuantes não nativos, uma vez que estes últimos são mais influenciados pela ordem básica da língua oral dominante.

Assim, sem esquecer que este é apenas um breve estudo sobre a ordem de constituintes na LGP, em frases simples declarativas, e portanto, sem grande possibilidade de fazer generalizações, optámos por recolher dados de informantes com diferentes percursos linguísticos, usando dois tipos de estímulos para a eliciação de produções verbais em LGP: (i) imagens com situações diversas, reversíveis e não reversíveis; (ii) e enunciados escritos em Português. Especificamos nas Subsecções seguintes as características da amostra, os instrumentos utilizados para a recolha e os procedimentos adotados durante a aplicação do experimento.

3.2.1. Participantes

Participaram neste estudo seis informantes Surdos – dois jovens filhos de pais Surdos (A.1 e A.2), dois jovens filhos de pais ouvintes (B.1 e B.2) e dois adultos filhos de pais ouvintes e docentes de LGP (C.1 e C.2) –, todos do sexo masculino, exceto um. A aquisição da LGP por parte dos informantes filhos de pais ouvintes deu-se entre os quatro e os sete anos, através do contacto com os pares na escola e/ou em centros de acolhimento com regime de internato, portanto, em contexto informal. Todos usam a LGP como primeira língua (L1) e o Português como segunda língua (L2).

Para efeitos de comparação, participaram também duas informantes ouvintes, intérpretes de LGP (D.1 e D.2), com aprendizagem da LGP como L2, tendo-a iniciado uma aos 17 e a outra aos 18 anos, e experiência profissional de 9 e 10 anos,

³⁴ Conforme é referido por diversos autores (Emmorey, 2002; Liddell, 1980, entre outros), estima-se que os Surdos nascidos em famílias Surdas sejam apenas 5 a 10%, sendo 90 a 95% filhos de ouvintes.

respetivamente, no mesmo tipo de contextos (escolas básicas e secundárias, ensino superior e conferências). Nenhuma delas tem familiares Surdos; porém, ambas têm contacto com a comunidade Surda fora do contexto de trabalho.

Para minimizar possíveis constrangimentos sociodemográficos e linguísticos, procurámos controlar alguns fatores, tanto quanto possível, ao selecionar os informantes: o nível etário, o grau de escolaridade, a região onde a LGP foi adquirida e os contextos em que é usada. Assim, todos os informantes adquiriram a LGP na região Norte (grande Porto), onde vivem e estudam ou trabalham, tendo-se formado pares, cada um deles constituído por informantes com idades próximas, idade aproximada de aquisição da LGP, contextos em que a usam e grau de escolaridade, conforme se sintetiza na Tabela 1:

Informante	Idade	Género	Escolaridade	Aquisição da LGP	Familiares Surdos ³⁵	Uso da LGP (família)	Uso da LGP (amigos)
A.1	21	M	Secundário (a frequentar)	Nascença	Sim (vários)	Sim	Sim
A.2	19	M	Secundário (a frequentar)	Nascença	Sim (2)	Sim	Sim
B.1	24	M	A frequentar licenciatura	7 anos	Não	Não	Sim
B.2	24	M	Suspendeu licenciatura	7 anos	Não	Com os pais	Sim
C.1	42	F	Licenciatura	6/7 anos	Sim (1)	Com o cônjuge e os filhos	Sim
C.2	36	M	Licenciatura	4 anos	Sim (1)	Não	Sim

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica e linguística dos informantes

Ambos os informantes filhos de pais Surdos (par A) afirmaram ter começado a frequentar o ensino formal de LGP no 1º ciclo; os informantes que formaram o par B (jovens filhos de pais ouvintes) afirmaram só o ter tido no secundário; e os informantes que formaram o par C (adultos filhos de pais ouvintes) só o tiveram depois de adultos, primeiro no curso de formação de formadores e, posteriormente, durante a licenciatura.

Apesar de termos procurado formar pares o mais semelhantes possível, encontrámos algumas diferenças entre eles: para além das que se destacam na Tabela 1,

³⁵ Excluindo os pais, no caso do par A.

em relação aos filhos de pais Surdos (par A), o informante A.1 pertence a uma família maioritariamente de Surdos, com pelo menos quatro gerações, portanto, todos muito fluentes em LGP, enquanto o informante A.2 pertence à segunda geração (junto com o irmão), tendo os pais pouca fluência em LGP. No que diz respeito aos jovens filhos de pais ouvintes (par B), enquanto o informante B.1 frequentou o ensino básico em escolas onde a LGP não era muito estimulada, dando-se primazia ao oralismo, e não tem qualquer familiar que comunique com ele em LGP, o informante B.2 frequentou sempre escolas onde não havia tanta pressão do oralismo e a LGP era mais aceite, o que, aliado ao facto de os pais dele terem aprendido LGP para comunicarem com ele, poderá ter contribuído para que tenha tido uma menor influência do Português no seu desenvolvimento linguístico da LGP do que o seu par (informante B.1).

Dos informantes Surdos, ambos os jovens filhos de pais Surdos afirmaram ter surdez severa; contudo, quando questionados pela investigadora, o informante A.1 disse que, apesar de usar aparelhos auditivos, não consegue distinguir os sons da fala e o informante A.2 disse que não os usa, pelo que não tem, sequer, acesso aos sons da fala. Não fica claro se têm de facto uma surdez severa, se terão percebido mal a informação sobre o diagnóstico ou sido mal diagnosticados ou acompanhados, mas a informação que interessa para a nossa investigação é a de que não conseguem distinguir os sons da fala, logo, não têm acesso à língua portuguesa na sua forma oral. Todos os informantes filhos de pais ouvintes (pares B e C) afirmaram ter surdez profunda, portanto, não têm acesso aos sons da fala; nenhum destes quatro informantes usa aparelhos auditivos ou tem implante coclear.

Apesar de nenhum dos informantes Surdos ter alguma vez tido acesso aos sons da língua oral maioritária, são todos escolarizados, portanto, todos fizeram a aprendizagem do Português escrito (embora uns com maior sucesso do que outros), desde que entraram para a escola; porém, não temos forma de controlar o impacto que a gramática desta língua possa eventualmente ter tido na gramática da LGP de cada um deles.

3.2.2. Instrumentos

O *corpus* sobre o qual trabalhámos, composto por dados de produção e de compreensão em LGP (frases simples declarativas de tipo predicativo, com V transitivos (cf. Duarte, 2003)), foi constituído a partir de dois experimentos: o Experimento 1 foi composto por duas tarefas – uma de produção provocada e

compreensão e outra apenas de produção, ambas através da visualização de imagens – e o Experimento 2 foi de produção provocada através da visualização de frases escritas em Português. O primeiro foi adaptado do estudo realizado por Volterra *et al* (1984) e replicado, com pequenas adaptações, por autores como Kimmelman (2011) e Sze (2003); o segundo foi inspirado no estudo realizado por Cecchetto *et al* (2006).

Para a primeira tarefa do Experimento 1 – produção provocada e compreensão de enunciados em LGP – os informantes foram associados aos pares (A.1 com A.2; B.1 com B.2; C.1 com C.2; e D.1 com D.2). Foi utilizado um conjunto de três pares de imagens em situação reversa com o objetivo de eliciar a produção e a compreensão de frases simples declarativas com os verbos reversíveis (i. e., verbos cujos argumentos tanto podem ser sujeito como objeto) ABRAÇAR, REBOCAR e PERSEGUIR. Foram apresentadas apenas três imagens ao primeiro elemento de cada par. A dois pares foram apresentadas as imagens correspondentes a três situações e aos outros dois pares foram apresentadas as imagens com as situações reversas das primeiras, conforme apresentamos na Tabela 2, abaixo, onde também discriminamos as propriedades dos verbos esperados:

Estímulo	Situações apresentadas	Infor- mantes	Verbo esperado	Tipo semântico ³⁶	Tipo de V esperado (Padden, 1990)
1.1.a 1.1.b	O menino/neto abraça a avó A avó abraça o menino/neto	A.1/C.1 B.1/D.1	ABRAÇAR	V de afeto	V simples
1.2.a 1.2.b	O carro reboca o caminhão O caminhão reboca o carro	A.1/C.1 B.1/D.1	REBOCAR	V de movimento e execução	V de concordância
1.3.a 1.3.b	O gato persegue o coelho O coelho persegue o gato	A.1/C.1 B.1/D.1	PERSEGUIR	V de movimento e execução	V de concordância

Tabela 2 – Experimento 1: produção e compreensão a partir de imagens com situações reversíveis

O primeiro e o segundo pares de imagens-estímulo (evento ABRAÇAR (1.1.a, 1.1.b); evento REBOCAR (1.2.a, 1.2.b)), apresentados abaixo como Figura 4 e Figura 5, respectivamente, foram retirados de Volterra *et al* (1984):

³⁶ Tipos semânticos de verbos inspirados em Choupina (2013), por sua vez inspirada em Höche (2009).

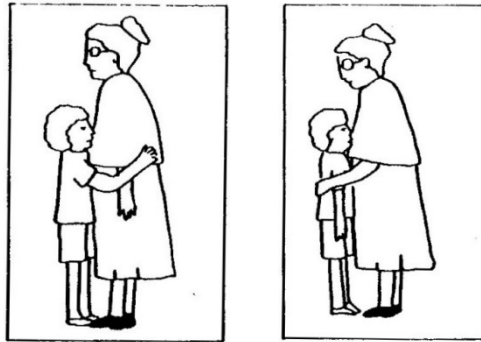


Figura 4 – Imagens-estímulo para o evento ABRAÇAR (retiradas de Volterra *et al*, 1984)



Figura 5 – Imagens-estímulo para o evento REBOCAR (retiradas de Volterra *et al*, 1984)

O terceiro par de imagens-estímulo (evento PERSEGUIR (1.3.a, 1.3.b)), apresentado abaixo como Figura 6, foi retirado de Sze (2003):

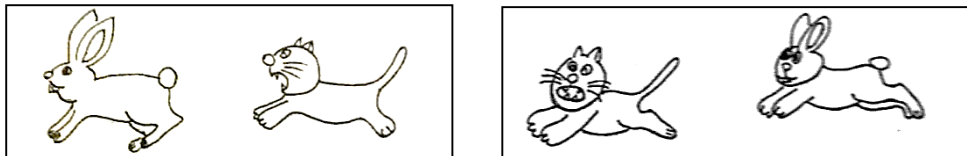


Figura 6 – Imagens-estímulo para o evento PERSEGUIR (retiradas de Sze, 2003)

Na segunda tarefa do Experimento 1 – produção provocada de enunciados em LGP – foi utilizado um conjunto de quatro imagens-estímulo com situações não reversíveis com o intuito de eliciar a produção de frases simples declarativas com os verbos COMER, LAVAR, VER e PINTAR (cf. Tabela 3).

Estímulo	Situação apresentada	Verbo esperado	Tipo semântico ³⁷	Tipo de V esperado (Padden, 1990)
2.1	O rapaz come o bolo	COMER	V de ingestão	V simples
2.2	O homem lava o cão	LAVAR	V de atividade resultativa	V concordância
2.3	A menina vê o quadro	VER	V de percepção	V concordância
2.4	O homem pinta a parede	PINTAR	V de atividade resultativa	V concordância

Tabela 3 – Experimento 1: produção a partir de imagens com situações não reversíveis

As imagens-estímulo utilizadas nesta tarefa foram todas retiradas de Volterra *et al* (1984) e são apresentadas abaixo como Figuras 7-10 (evento COMER (2.1); evento LAVAR (2.2); evento VER (2.3); evento PINTAR (2.4)):

³⁷ Tipos semânticos de verbos apresentados em Choupina (2013), por sua vez inspirada em Höche (2009).



Figura 7 – Imagem-estímulo para o evento COMER (retirada de Volterra *et al*, 1984)

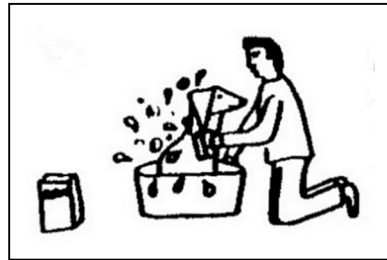


Figura 8 – Imagem-estímulo para o evento LAVAR (retirada de Volterra *et al*, 1984)

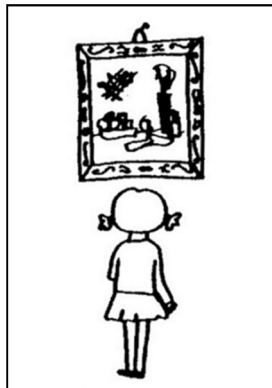


Figura 9 – Imagem-estímulo para o evento VER (retirada de Volterra *et al*, 1984)

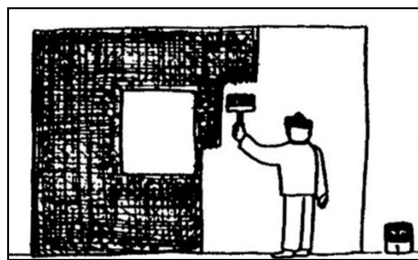


Figura 10 – Imagem-estímulo para o evento PINTAR (retirada de Volterra *et al*, 1984)

Apesar de tanto Volterra *et al* (1984) como Kimmelman (2011) e Sze (2003) terem incluído nas suas experiências imagens com vista à eliciação de verbos espaciais (locativos, com uso de classificadores), optámos por não as incluir, uma vez que o que se pretendia era obter frases simples não marcadas, o que parece não acontecer com este tipo de verbos, que leva à construção de frases consideradas complexas por vários autores (e.g. Liddell 1980; Johnston *et al*, 2007; e.o.).

Dado que se pretendeu perceber se havia, nas produções linguísticas dos informantes Surdos, interferência do Português e que não tínhamos dados suficientes sobre o seu conhecimento linguístico da LGP nem sobre a exposição que tiveram ao Português, na modalidade escrita e eventualmente oral, optámos por construir um segundo experimento (Experimento 2), sendo que o estímulo para a elicitación verbal em LGP foi igualmente visual, mas agora verbal, com frases escritas em Português, em vez de estímulos pictóricos. Neste experimento – também de produção provocada em LGP – , o estímulo foi um conjunto de quatro frases escritas em Português, igualmente com situações não reversíveis, com os verbos ‘comer’, ‘lavar’, ‘ver’ e ‘pintar’, os verbos do Português correspondentes aos que eram esperados em LGP, nas produções verbais a partir de estímulos visuais picturais, na segunda tarefa do Experimento 1. Com as frases em Português procurava-se perceber se esta língua teria influência nas produções em LGP, em particular na ordem dos constituintes. Na Tabela 4, apresentamos as frases que constituíram o estímulo:

Frases-estímulo	
3.1	A menina pinta o desenho
3.2	O homem vê televisão
3.3	A menina come a sopa
3.4	O pai lava o carro

Tabela 4 – Experimento 2: estímulos verbais em Português para elicitación de produções em LGP

Este terceiro instrumento de recolha de dados foi inspirado no estudo realizado por Cecchetto *et al* (2006).

3.2.3. Procedimentos

Para a primeira tarefa do Experimento 1 (produção provocada e compreensão de enunciados em LGP), os informantes foram associados aos pares, tendo quatro deles (o primeiro elemento de cada par) participado na fase de produção e os outro quatro (o segundo elemento de cada par) na fase de compreensão. Tanto a segunda tarefa do Experimento 1 como o Experimento 2 (ambos de produção provocada de enunciados em LGP) foram realizados individualmente por todos os informantes.

Quanto ao Experimento 1, na primeira tarefa – com situações reversíveis – foi pedido a um dos elementos de cada par que dissesse numa frase o que acontecia em cada uma das três situações representadas nas imagens, apresentadas uma de cada vez,

tendo as produções sido gravadas em vídeo; numa fase posterior, foi pedido ao outro elemento de cada par que observasse o vídeo de cada uma das produções do primeiro com atenção, também um de cada vez, sendo-lhe pedido de seguida que seleccionasse, entre duas imagens com situação reversa, a que correspondia à produção observada em vídeo (as imagens só lhes eram apresentadas após a visualização do vídeo).

As imagens em situação reversa foram apresentadas alternadamente ao primeiro elemento de cada par, a fim de que todas elas dessem origem quer à produção de enunciados em LGP, quer à sua compreensão: aos primeiros informantes dos pares A e C foram apresentadas as imagens 1.1.a, 1.2.a e 1.3.a; aos primeiros informantes dos pares B e D foram apresentadas as imagens 1.1.b, 1.2.b e 1.3.b (cf. Tabela 2 e Figuras 4 a 6). Na segunda tarefa – com situações não reversíveis – as imagens 2.1, 2.2, 2.3, e 2.4 foram mostradas individualmente a todos os informantes, novamente uma de cada vez, e cada um deles produziu os enunciados que considerou corresponder às situações apresentadas em cada uma delas (cf. Tabela 3 e Figuras 7 a 10). Estas produções foram igualmente registadas em vídeo.

No Experimento 2 – com verbos não reversíveis – foram apresentadas individualmente a cada um dos informantes quatro frases em Português (cf. Tabela 4), uma de cada vez, tendo-lhes sido pedido que produzissem em LGP as frases que considerassem corresponder-lhes. Tal como as anteriores, também estas produções foram registadas em vídeo.

A cada uma das tarefas do Experimento 1 foram adicionadas mais duas imagens e ao Experimento 2 foram adicionadas duas frases, todas elas apenas com função distratora. No Experimento 1, dois pares de informantes executaram a primeira tarefa em primeiro lugar e os outros dois executaram a segunda tarefa em primeiro lugar, de modo a prevenir a possibilidade de este ser um fator de influência nos resultados finais. O Experimento 2 foi o último a ser efetuado por todos os informantes, de modo a evitar que a presença do Português influenciasse os enunciados produzidos no Experimento 1. Toda a comunicação com os informantes Surdos decorreu em LGP, diretamente com a investigadora, portanto, sem a presença de qualquer intermediário.

As tarefas foram explicadas individualmente a cada um dos informantes pela investigadora, após a leitura (com tradução para LGP, quando necessário) e preenchimento do inquérito sociológico (alguns informantes Surdos preferiram que fosse a investigadora a fazê-lo, mas a maioria optou por preenchê-lo) (cf. Anexo 1). Nas tarefas de produção, foi dado a cada informante o tempo que considerou necessário para

a visualização de cada imagem e frase, tendo elas sido retiradas apenas quando se declarou pronto para a produção em LGP, uma vez que não era a memória dos informantes que se pretendia avaliar. Só depois de produzidas todas as tarefas e experimentos pelo primeiro elemento de cada par é que lhe foi pedida autorização para que as produções referentes à primeira tarefa do Experimento 1 fossem mostradas ao segundo elemento, para a tarefa de compreensão. Deste modo, procurou-se reduzir ao mínimo qualquer condicionamento por parte dos informantes e obter-se produções tão espontâneas quanto possível. Todos eles foram informados de quem constituía par com eles e todos o autorizaram. Os números das imagens selecionadas pelo segundo elemento de cada par na primeira tarefa foram registados numa grelha (cf. Anexo 3).

Do mesmo modo que não foi estabelecido tempo limite para a observação das imagens aos elementos que participaram na tarefa de produção, uma vez que não era a capacidade de memória dos informantes que estava a ser estudada, também foi permitido aos elementos que participaram na tarefa de compreensão a visualização do vídeo tantas vezes quantas necessitassem. Todavia, o facto de pedirem para os visualizar novamente foi interpretado como tendo alguma dificuldade (se o revissem uma vez) ou muita dificuldade de compreensão do enunciado produzido (se o revissem duas ou mais vezes) e registado como tal na tabela (Anexo 3), conforme a escala apresentada na Tabela 5.

Nr. de visualizações	Grau de dificuldade
1	Sem dificuldade
2	Com alguma dificuldade
3 ou mais	Com muita dificuldade

Tabela 5 – Escala de classificação do grau de dificuldade na tarefa de compreensão

As produções gravadas em vídeo foram posteriormente transcritas em glosa pela investigadora, com o auxílio de um docente de LGP que não fez parte do grupo de informantes, mas com o conhecimento e consentimento de todos eles. Apesar de haver uma informante esquerdina (todos os outros eram destros), tivemos sempre em conta o lado dominante e o lado não dominante, independentemente de ser o esquerdo ou o direito, para facilitar a leitura da glosa (cf. Protocolo de transcrição de língua gestual).

Com estes procedimentos procurámos eliminar ou reduzir o mais possível os constrangimentos apontados por Johnston *et al* (2007), ainda que, tal como os autores,

tenhamos consciência de que esses constrangimentos não podem ser totalmente eliminados, sobretudo quando as produções têm de ser registadas em vídeo.

3.3. Primeira apresentação dos resultados

Nesta secção apresentamos os resultados obtidos nos dois experimentos que descrevemos acima. Optámos por dividi-los em três partes (ou subsecções), para uma apresentação organizada e criteriosa dos mesmos: duas subsecções para o Experimento 1 – uma para a tarefa de produção provocada e de compreensão com estímulos visuais não verbais com situações reversíveis e outra para a tarefa de produção provocada com estímulos visuais pictóricos com situações não reversíveis – e uma terceira subsecção para o Experimento 2 – produção provocada através da apresentação de estímulos visuais verbais (frases escritas em Português), igualmente com situações não reversíveis.

3.3.1. Experimento 1 – tarefa de produção provocada e de compreensão com situações reversíveis

Para a tarefa 1, como explicado acima, foram constituídos pares de informantes, tendo sido pedido ao primeiro elemento de cada par que produzisse uma frase em LGP para cada uma das situações observadas nas três imagens que lhe foram apresentadas (fase de produção); o segundo elemento de cada par visionava posteriormente os registos em vídeo das produções do primeiro, um de cada vez, seguindo-se a escolha de uma de duas imagens, agora disponibilizadas, que representava a produção observada (fase de compreensão). Deste modo, para cada par de imagens, que exibiam o mesmo evento mas em situação reversa, obtivemos apenas três dados de produção e três dados de compreensão de informantes Surdos e um dado de produção e outro de compreensão de informantes ouvintes (do par de comparação), num total de doze produções. Dado ser uma amostra bastante reduzida, era esperada alguma homogeneidade nos dados; no entanto, verificou-se alguma variação no tipo de produções, particularmente na ordem de constituintes.

Assim, para o evento ABRAÇAR (*O menino/neto abraça a avó* para os informantes A.1 e C.1; *A avó abraça o menino/neto*, para os informantes B.1 e D.1), os resultados obtidos foram os que apresentamos na Tabela 6:

Informante	Estímulo	Produção (em glosa)	Ordem
A.1	1.1.a	HOMEM ABRAÇAR AVÓ	SVO
B.1	1.1.b	DAR _a CARINHO _a NETO _b AVÓ _a	VODOIS
C.1	1.1.a	MENINO AVÓ ABRAÇAR	SOV
D.1	1.1.b	AVÓ ABRAÇAR NETO POSS ₃	SVO

Tabela 6 – Dados de produção e ordem de constituintes para o evento ABRAÇAR

Verificamos que para as imagens-estímulo 1.1.a/b (ABRAÇAR) os informantes A.1 e D.1 produziram frases SVO, tendo a informante D.1 acrescentado um pronome possessivo de terceira pessoa (POSS₃) em final de frase, e a informante C.1 produziu uma frase SOV, sendo que nenhum dos três fez qualquer marcação de *R-loci* dos argumentos do verbo no espaço sintático. Em todas estas frases, o S encontra-se em posição pré-verbal. Por seu lado, o informante B.1 produziu uma frase diferente das dos outros informantes, incluindo a ordem dos seus constituintes, que parece ser V leve OD OI S. Não temos a certeza de que os verbos leves estejam disponíveis na gramática da LGP ou se esta terá sido uma transposição do Português para a LGP (uma das questões referidas por Johnston *et al* (2007) e um tema que poderá ser objeto de estudo no futuro, mas que não se enquadra neste trabalho), mas pudemos verificar que no fim da sua produção o informante mostrou dúvida a respeito dela. Do mesmo modo, o seu par demonstrou estranheza quando viu o respetivo vídeo, para além de ter pedido duas vezes para o rever. Isto leva-nos a considerar a possibilidade de esta não ser uma frase bem formada na LGP. Nesta produção, tanto o S como o O estão em posição pós-verbal; é também a única produção em que o gestuante estabeleceu os *R-loci* de ambos os argumentos, gestualizando o S (bem como o V) do lado dominante (lado normalmente atribuído ao S) e O do lado não dominante (lado normalmente atribuído ao O), conforme assinalado na glosa (cf. Protocolo de transcrição de língua gestual).

Quando observamos os resultados da tarefa de compreensão, abaixo registados na Tabela 7, vemos que o informante B.2, embora tenha tido muita dificuldade (cf. Tabela 5), acabou por escolher a imagem correspondente à produção do seu par (B.1, 1.1.b); pelo contrário, o informante C.2, em relação à produção SOV do seu par (C.1, 1.1.a), depois de também ter visualizado o vídeo num total de três vezes, apontou a imagem

errada; já os informantes A.2 e D.2 não tiveram qualquer dificuldade na compreensão das frases produzidas pelos seus pares (A.1, 1.1.a e D.1, 1.1.b).

Informante	Estímulo	Ordem (produção)	Nr. total de visualizações	Compreensão da produção
A.2	1.1.a	SVO	1	Sim, sem dificuldade
B.2	1.1.b	VODOIS	3	Sim, com muita dificuldade
C.2	1.1.a	SOV	3	Não
D.2	1.1.b	SVO	1	Sim, sem dificuldade

Tabela 7 - Dados de compreensão para o evento ABRAÇAR

Estes resultados obrigam-nos a uma análise mais detalhada das produções registadas, para tentar perceber se a sua compreensão estará dependente apenas da ordem dos constituintes ou se há mais algum fator que a influencia e que pode ou não ter motivado a estrutura sintática das produções. Neste sentido, fomos observar novamente as produções, a fim de registar as marcações não manuais (MNM), além de toda a gestão do espaço sintático que foi feita pelos gestuantes. Na Tabela 8, apresentamos as mesmas produções, mas agora também com o registo das MNM (cf. Protocolo de transcrição de língua gestual):

Informante	Estímulo	Produção (em glosa)	Ordem
A.1	1.1.a	HOMEM ABRAÇAR AVÓ	SVO
B.1	1.1.b	DAR _a CARINHO _a NETO _b AVÓ _a ^{ao+ic} _{ls}	VODOIS
C.1	1.1.a	_{ls} ^{ao+ic} MENINO AVÓ ABRAÇAR	SOV
D.1	1.1.b	AVÓ ABRAÇAR NETO POSS ₃	SVO

Tabela 8 – Ordem dos constituintes e MNM nas produções para o evento ABRAÇAR

Destes dados, percebemos que há apenas duas frases produzidas sem o uso de quaisquer MNM – as dos informantes A.1 e D.1, que são igualmente as únicas frases SVO – e que os informantes B.1 e C.1, cujas frases levaram a dificuldades de compreensão, as produziram. Enquanto na produção do informante B.1 se observa a MNM (arregalar dos olhos e inclinação da cabeça para a frente) descrita por vários autores (Neidle *et al*, 2000; Leeson & Saeed, 2012a; Amaral *et al*, 1994, e.o.) como típica de tópicos marcados, enquanto produz o O, o facto de ter gestualizado o V no mesmo *locus* do S acabou por indicar que era esse o Agente, o que parece explicar que, apesar de ter tido muita dificuldade, o seu par tenha acabado por seleccionar a imagem correspondente à frase. A frase produzida pela informante C.1 apresenta a mesma MNM típica dos tópicos marcados durante a gestualização do O, mas, ao contrário da frase

produzida pelo informante B.1, não tem os *R-loci* dos argumentos estabelecidos, o que pode explicar a não compreensão da frase pelo seu par (informante C.2), que parece ter interpretado a ênfase dada ao segundo constituinte como a indicação de que era aquele o Agente.

Ao contrário do que acontecia com a situação apresentada nas imagens 1.1.a/b (ABRAÇAR), das situações seguintes (1.2.a/b e 1.3.a/b) esperava-se que fossem produzidas frases com dois verbos cuja concordância, à partida, se estabelece através de movimento (REBOCAR e PERSEGUIR). Começamos pelas produções com o verbo REBOCAR (*O carro reboca o camião* para os informantes A.1 e C.1 e *O camião reboca o carro* para os informantes B.1 e D.1), que apresentamos abaixo na Tabela 9. Confirmada a importância das MNM e da gestão do espaço sintático feita pelos gestuantes para a compreensão das frases produzidas, passamos a incluí-las na glosa.

Informante	Estímulo	Produção (em glosa)	Ordem
A.1	1.2.a	CARRO _b REBOCAR _a CAMIÃO	SVO
B.1	1.2.b	<u> </u> _{ls} <u> </u> _{ao+ic} <u> </u> _{ls} TER UM CARRO _b REBOCAR _a	(S)VO (S)V(O)
C.1	1.2.a	<u> </u> _q CARRO REBOCAR / CAMIÃO	SV+O/(V)O
D.1	1.2.b	CAMIÃO _b REBOCAR _a CARRO	SVO

Tabela 9 – Ordem dos constituintes e MNM nos dados de produção para o evento REBOCAR

Verificamos novamente que os informantes A.1 e D.1 produziram frases SVO, sem qualquer tipo de marcação, ao contrário dos outros dois informantes: enquanto o informante B.1 omitiu o S e produziu uma frase que parece ser (S)VO (S)V(O) – ou seja, parece ter uma leitura idêntica a *(a imagem) tem um carro e (esse carro) é rebocado (pelo camião)* –, sendo que o primeiro V é diferente do segundo, a informante C.1 produziu um enunciado de pergunta-resposta, com o uso de MNM típica das interrogativas-Q ao mesmo tempo que gestualiza o V – SV+O//O(V)³⁸ – e sem uso do movimento do V para estabelecer concordância entre os argumentos S e O. Destes dados, destaca-se também que todos os outros gestuantes, exceto a informante C.1, executaram o movimento de concordância do V do lado não dominante (b) para o lado dominante (a).

³⁸ Sendo uma produção de pergunta-resposta, é possível recuperar o V na segunda frase pelo contexto discursivo. Tendo em conta que esta informante tem tendência para colocar o V em posição final de frase, no conjunto das suas produções, assumimos que o mesmo se passa na segunda frase desta produção. Em relação à primeira frase, V+O significa tão-somente que o O foi incorporado no V, pelo que não nos é possível determinar qual deles vem em primeiro lugar e qual vem em segundo.

À semelhança do que aconteceu depois da produção para o evento ABRAÇAR, tanto o informante B.1 manifestou alguma insegurança quanto à frase que tinha acabado de produzir como o seu par, o informante B.2, mostrou estranheza quando a visualizou, o que nos levanta novamente a dúvida quanto à sua gramaticalidade ou pelo menos grau de aceitabilidade na LGP. Contudo, mais uma vez, apesar de o informante B.2 ter pedido novamente para rever o vídeo duas vezes (como se pode ver na tabela abaixo), indicou a imagem que lhe correspondia. Observando a frase produzida pelo informante B.1, vemos que usou novamente a MNM típica da marcação de tópico durante a gestualização do O, mas, ao contrário do que fez na primeira frase, não estabeleceu os R-loci dos argumentos do V, gestualizando tanto o primeiro V como o O em espaço neutro.

Quanto à produção da informante C.1, apesar de não ter levado a qualquer dificuldade de compreensão pelo seu par (informante C.2), não se trata uma frase simples não marcada, conforme se pode ver pela MNM seguida de uma breve pausa, mas de duas frases (pergunta e resposta); ainda assim, vemos que o S aparece novamente em posição pré-verbal. Deste modo, apesar de a informante ter omitido o movimento de concordância do V, ao introduzir a MNM característica das interrogativas-Q (inclinação da cabeça para trás, com levantamento do queixo, e franzir das sobrancelhas) ao mesmo tempo que gestualizava o V e produzir depois o O a seguir a uma breve pausa, acabou por produzir um enunciado compreensível.

As produções dos informantes A.1 e D.1, mais uma vez, não levaram a qualquer dificuldade de compreensão pelos seus pares.

Na Tabela 10, abaixo, apresentamos os dados de compreensão para este evento.

Informante	Estímulo	Ordem	Nr. total de visualizações	Compreensão da produção
A.2	1.2.a	SVO	1	Sim, sem dificuldade
B.2	1.2.b	(S)VO (S)V(O)	3	Sim, com muita dificuldade
C.2	1.2.a	SV+O//O(V)	1	Sim, sem dificuldade
D.2	1.2.b	SVO	1	Sim, sem dificuldade

Tabela 10 - Dados de compreensão para o evento REBOCAR

Para as imagens 1.3.a/b, produções com o verbo PERSEGUIR (*O gato persegue o coelho*, para os informantes A.1 e C.1; *O coelho persegue o gato*, para os informantes B.1 e D.1) os resultados obtidos foram os que apresentamos na Tabela 11:

Informante	Estímulo	Produção (em glosa)	Ordem
A.1	1.3.a	GATO _a PERSEGUIR _b COELHO	SVO
B.1	1.3.b	GATO _b COELHO _a PERSEGUIR _b ^{ls}	OSV
C.1	1.3.a	COELHO FUGIR^CORRER / GATO CORRER^ _a PERSEGUIR _b	SV//SV(O)
D.1	1.3.b	COELHO _a PERSEGUIR _b GATO RÁPIDO	SVO

Tabela 11 - Ordem dos constituintes e MNM nos dados de produção para o evento PERSEGUIR

Também neste evento se observou o mesmo padrão de ordem dos constituintes nas produções dos informantes A.1 e D.1 (SVO) (embora a informante D.1 tenha acrescentado o advérbio RÁPIDO em posição final de frase), e duas produções diferentes efetuadas pelos informantes B.1 (OSV) e C.1 (SV//SV(O)), sendo que, desta vez, nenhuma delas levou a qualquer dificuldade de compreensão pelos seus pares. O informante B.1 foi novamente o único a estabelecer os *R-loci* dos argumentos do V no espaço sintático – o O do lado não dominante (b) e o S do lado dominante (a) – iniciando depois o movimento de concordância do V no lado correspondente ao S (a) e terminando-o no lado correspondente ao O (b), ou seja, do lado dominante para o não dominante, sem efetuar qualquer pausa.

A produção da informante C.1, apesar de não ter levado a qualquer dificuldade de compreensão, tem nitidamente uma breve pausa a meio, pelo que mais uma vez não produziu uma frase simples não marcada, mas, desta vez, uma mininarrativa. Deste modo, há uma primeira frase em que COELHO é S, passando depois para a posição de O (nulo) na segunda frase. Nesta produção, deparamo-nos com uma situação parecida com a descrita por Johnston *et al* (2007)³⁹, em que há a produção de dois V numa mesma frase, sendo que um deles não parece comportar-se como núcleo de frase. Por isso, tendo em conta que CORRER, na nossa interpretação, tem apenas a função de dar informação sobre o modo como o S ‘foge’ (na primeira frase) e o modo como o S ‘persegue’ o O, na segunda frase, optámos por transcrever os verbos na glosa como gestos compostos. Apesar de ter produzido um enunciado diferente dos enunciados dos outros informantes, observa-se que na produção do verbo que esperávamos – PERSEGUIR

³⁹ Os autores referem-se a verbos que parecem comportar-se como modificadores do nome, como em MENINA SENTAR COMER BOLO, tendo eles optado por considerar o primeiro V como parte do SNSU (parafraseando-a como *a menina sentada come o bolo*) (cf. Johnston *et al*, 2007: 189-193) Nesta situação, não há um nome que está a ser modificado, mas há um verbo que é claramente núcleo de frase e outro que, na nossa interpretação, não o é. É por isso que acreditamos que CORRER dá apenas informação sobre o modo como um foge e o outro persegue (é a correr que o fazem, não sorratamente, por exemplo), ou seja, informação aspetual.

– a informante inicia o movimento de concordância no lado dominante (a) e termina-o no lado não dominante (b), tal como fizeram todos os outros informantes.

Resumidamente, nesta tarefa com situações reversíveis, houve uma predominância clara de produções SVO: seis com ambos os argumentos do V expressos linguisticamente (sendo que estas não foram acompanhadas de qualquer MNM e também não levaram a qualquer dificuldade de compreensão) e duas com alguns dos argumentos do V não expressos – (S)VO (S)V(O) e SV//SV(O) – sendo a última produção composta por duas frases, ambas com MNM e/ou marcas de concordância, mas tendo uma delas levado a dificuldades de compreensão; houve ainda quatro produções que apresentam ordens diferentes – VODOIS, OSV, SOV e SV+O//O(V) –, a última constituída também por duas frases, também elas com MNM e/ou marcas de concordância, sendo que um destes enunciados levou a dificuldades de compreensão e outro não foi compreendido.

3.3.2. Experimento 1 – tarefa de produção provocada com situações não reversíveis

Para a tarefa 2 do Experimento 1, tendo em conta que consistia apenas na produção de frases a partir de quatro imagens com situações não reversíveis (cf. Subsecção 3.2.2., deste Capítulo, Figuras 7 a 10), obtivemos 8 produções para cada uma (6 de informantes Surdos e duas de informantes ouvintes, do par de comparação), uma vez que foi executada por todos os informantes, num total de 32 produções. Na Tabela 12 apresentamos os tipos de ordens de constituintes encontrados nas produções para cada um dos eventos, bem como a sua distribuição.

Estí- mulo	Evento	SVO					Outras				SOV	
		SVO	SVO _D O _I	SVOV	SVO (S)V(O)	SVO// (V)O	SV+O	SV	SO _I VO _D	(V)O (V)O// SV+O	SOV (S)(O)V	SOV
2.1	COMER	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4
2.2	LAVAR	0	1	2	0	1	0	0	1	0	0	3
2.3	VER	3	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3
2.4	PINTAR	1	0	0	0	0	2	0	0	1	0	4
Total		7	1	2	1	1	2	1	1	1	1	14

Tabela 12 – Distribuição das ocorrências dos tipos de ordem das produções por evento

Nas frases produzidas a partir da imagem-estímulo 2.1 (COMER), apesar de encontrarmos algumas variações, estas foram menores do que as encontradas na tarefa 1 (mesmo tendo obtido mais do que o dobro das produções); contudo, vemos que os

outros três eventos deram origem a uma maior variação na ordem dos constituintes das frases produzidas. Comparando com a primeira tarefa deste experimento, destaca-se um aumento do número de frases SOV relativamente ao de frases SVO, embora essa diferença se atenuasse se tivermos em conta outras frases que incluem esses dois tipos de ordem de constituintes. Verifica-se também que encontramos o mesmo número de tipos de ordem que não incluem a SVO nem a SOV (que denominámos como “Outras”) que na tarefa de produção desta experiência.

Tendo em conta o maior número de produções em relação à primeira tarefa, é interessante verificar como se distribuíram os tipos de ordem por informante e por evento, aqui apresentados na tabela 13:

V/Inf.	A.1	A.2	B.1	B.2	C.1	C.2	D.1	D.2
COMER	SVO	SVO	SOV	SVO	SV	SOV	SOV	SOV
LAVAR	SVO _{DO} I	SVOV	SOIV _{OD}	SVO//(V)O	SOV	SVOV	SOV	SOV
VER	SVO	SVO	SVO (S)V(O)	SVO	SOV	SOV	SOV	SOV (S)(O)V
PINTAR	SV+O	SV+O	(V)O (V)O// SV+O	SVO	SOV	SOV	SOV	SOV

Tabela 13 – Distribuição dos tipos de ordem realizados por cada informante e por evento

Observando os dados desta perspectiva, apercebemo-nos de que os informantes filhos de pais Surdos (informantes A.1 e A.2) mantiveram a tendência para a produção de frases SVO (embora tenham ambos incorporado o O no V, na frase com o verbo PINTAR e o informante A.2 tenha repetido o verbo no fim da frase com o verbo LAVAR) e que o informante B.2 (jovem filho de pais ouvintes), que não tinha participado na tarefa de produção com situações reversíveis, teve a mesma tendência, (exceto no evento LAVAR, em que produziu uma frase de pergunta-resposta, idêntica à que a informante C.1 produziu para o evento REBOCAR, na tarefa anterior).

Podemos também observar que as informantes do par de comparação – intérpretes de LGP – produziram apenas frases SOV e que, dos outros três informantes Surdos filhos de pais ouvintes, C.1 e C.2 mantiveram a tendência para a produção de frases SOV, com exceção da frase para o evento COMER, no caso da informante C.1 (que não produziu o O), e da frase para o evento LAVAR, no caso de C.2 (que também repetiu o V no fim da frase, como o informante A.2). Já o informante B.1 foi o que mais variação apresentou nas suas produções, ainda que com tendência para colocar S antes do V. A frase produzida por este informante para o evento VER (cf. (1)) tem dois verbos diferentes, pelo que a interpretámos como sendo uma frase com dois eventos (como

tínhamos feito para a frase B.1, 1.2.b), sendo mais um tipo de construção que não sabemos se será derivada do Português mas estranha à LGP ou se será derivada do Português mas já integrada na LGP (cf. Johnston *et al*, 2007: 196):

(1) MENINA TER QUADRO_b OBSERVAR_b [B.1, 2.3]

É de salientar que para o evento VER todos os informantes, exceto o informante B.1 (que marcou o *locus* do O do lado não dominante e depois dirigiu tanto o movimento do V como o olhar nessa direção), dirigiram o olhar ligeiramente para cima, em concordância com a posição do quadro na imagem-estímulo, ao mesmo tempo que gestualizavam o V (nos casos em que usaram o verbo VER dirigiram igualmente o movimento do V na mesma direção do olhar, mas alguns usaram outros verbos, tais como OBSERVAR ou ASSISTIR, que não têm movimento direcional como VER). Nas frases produzidas pelos informantes C.1 e C.2 para este evento, ambos produziram dois verbos que nos levantam uma questão idêntica à da produção da informante C.1 para o evento PERSEGUIR, isto é, parece-nos que o segundo V (OBSERVAR) é acrescentado ao primeiro V para dar uma informação do modo como ‘a menina vê o quadro’, portanto, uma informação aspetual. É novamente uma dúvida que nos remete para a questão levantada por Johnston *et al* (2007: 199), por isso, mais uma vez optámos pelo mesmo tipo de interpretação que fizemos para a produção da informante C.1 com o verbo PERSEGUIR, considerando a produção de apenas um V, em vez de dois eventos.

Examinando a presença ou ausência de MNM, vemos que mais uma vez ela não existiu nas produções dos informantes filhos de pais Surdos. Quanto aos outros informantes, quando produziram MNM (o que nem sempre aconteceu), limitaram-se ao levantamento das sobrelhas; mas, enquanto os informantes B.1 e C.2 a produziram durante a gestualização dos dois argumentos do V, as informantes C.1, D.1 e D.2 umas vezes fizeram-no apenas durante a gestualização do S, outras do S e do O e outras vezes não produziram MNM, como se pode ver em (2) a (4):

(2) ______{ls}
MENINO BOLO COMER [C.2, 2.1]

(3) ______{ls}
MULHER QUADRO OBSERVAR [D.1, 2.3]

(4) _____
HOMEM PAREDE PINTAR CL: COM PINCEL [C.1, 2.4]

No caso do informante B.2, apesar de ter produzido frases predominantemente SVO, como os informantes filhos de pais Surdos, verifica-se que, ao contrário destes, produziu MNM (levantamento das sobrancelhas) durante a gestualização do S, conforme se exemplifica em (5):

(5) ______{ls}
 MENINA VER QUADRO [B.2, 2.3]

Dos quatro verbos esperados para as imagens-estímulo 2.1 a 2.4, o que parece ter influenciado mais a ordem dos constituintes nas produções foi LAVAR (cf. Figura 7): uma vez que na imagem o cão se encontra em frente ao homem, foi nessa localização (que identificámos na glosa como *locus* de 3P) que a maioria dos informantes gestualizou o V, conforme se pode ver em (6) a (8)⁴⁰:

(6)
 HOMEM DUCHE^LAVAR₃ CÃO LAVAR₃ [A.2, 2.2]

(7) ______{ls}
 HOMEM CÃO LAVAR₃ [C.1, 2.2]

(8) ______{ls} ______{ls}
 HOMEM LAVAR₃ CÃO LAVAR₃ [C2, 2.2]

Contudo, dois dos informantes produziram frases com a estrutura DAR BANHO⁴¹, no que nos remete, mais uma vez, para a questão levantada por Johnston *et al* (2007) sobre a transposição da língua oral dominante (Português) para a língua gestual (LGP), ficando novamente a dúvida sobre se serão estruturas derivadas do Português mas estranhas à LGP ou derivadas mas já integradas na LGP (cf. (9) e (10)):

(9)
 HOMEM DAR₃ BANHO CÃO INDEX₃ [A.1, 2.2]

(10) ______{ls}
 HOMEM CÃO DAR BANHO [B.1, 2.2]

⁴⁰ Tendo em conta que os informantes gestualizaram o verbo no espaço à frente deles, que corresponde na imagem-estímulo à localização do O (CÃO), optámos por transcrever a localização como a de 3P, uma vez que associámos as localizações (a) e (b) aos lados dominante e não dominante, respetivamente.

⁴¹ Neste caso, os gestuantes direcionaram o gesto para o próprio corpo, não para o *locus* de 3P.

Tendo em conta que esta não foi a única frase produzida pelo informante B.1 que nos levantou dúvidas em relação à sua boa formação na LGP, parece-nos que ele pode não ter um conhecimento estável da gramática da LGP, no que se refere a aspetos sintáticos, como tipos de verbos e formas de concordância. Todavia, a frase produzida pelo informante A.1, sendo completamente diferente de todas as outras frases produzidas por ele ou pelo outro informante filho de pais Surdos (informante A.2) e pelo informante B.2 (cujas produções se aproximaram mais das destes), leva-nos a levantar a hipótese de que tenha sido influenciada pelo facto de ele estar a interagir com uma pessoa ouvinte (a investigadora), conforme o que foi referido por Cecchetto *et al* (2006), o que é uma variável não controlada por nós.

Resumidamente, houve uma grande variação nos tipos de ordens de frases produzidas, mas, apesar de representarem situações não reversíveis, o número de frases predominantemente SVO não é muito inferior ao número de frases predominantemente SOV. Além disso, sobressai o facto de as frases SVO serem não marcadas, ao contrário do que acontece com as frases com outras ordens.

3.3.3. Experimento 2 – produção provocada com estímulo visual verbal

Conforme explicámos acima, com o Experimento 2 pretendíamos perceber até que ponto a ordem de constituintes e os mecanismos de concordância em LGP seriam influenciados pelo Português. Também neste experimento todos os informantes participaram na tarefa de produção, pelo que obtivemos novamente 32 enunciados em LGP – 24 de informantes Surdos e 8 de informantes ouvintes (do par de comparação). Apresentamos na Tabela 14 o tipo de ordem das produções obtidas, tendo como estímulo frases em Português, e a forma como se distribuíram:

Estí- mulo	Verbo	SVO			Outras			SOV
		SVO	SV(O)	(V)O/ (V)O// (S)V(O)	SV+O	O,SV	SVV+OO	SOV
3.1	pintar	1	3	0	0	0	0	4
3.2	ver	3	0	1	0	1	0	3
3.3	comer	1	0	0	3	0	1	3
3.4	lavar	2	0	0	0	1	0	5
Total		7	3	1	3	2	1	15

Tabela 14 – Distribuição das ocorrências dos tipos de ordem das produções em LGP por verbo

Comparando os resultados desta experiência com os da segunda tarefa do Experimento 1 (produção provocada com estímulos pictóricos), o que nos chama a atenção em primeiro lugar é que houve uma variação bastante menor nos tipos de ordem de constituintes; em segundo lugar, que o número de produções SOV se manteve e que o número de produções SVO teve uma redução de apenas uma (se considerarmos todas as variações que incluem esta ordem); finalmente, que algumas das frases que se desviaram destes dois padrões de ordem – classificadas como “Outras” na tabela – apresentaram ordens diferentes das verificadas nas produções a partir de imagens.

Há que ressaltar que surgiram duas situações que não tínhamos previsto: a primeira foi a tendência de alguns informantes para incorporarem o O no V na produção elicitada pela frase com o verbo ‘comer’ (*A menina come a sopa*), surgindo COMER-SOPA⁴² (em que o movimento de SOPA se dá entre a mão não dominante e a boca, em vez de subir apenas até abaixo do queixo), quando o que era esperado era COMER ou COMER_{CL: COM-COLHER} – na Figura 11 apresentamos os gestos para COMER (verbo neutro) e SOPA:



Figura 11 – COMER e SOPA em LGP (imagens retiradas do dicionário online multilíngue de línguas gestuais www.spreadthesign.com)

A existência de um V que incorpora o O nesta situação deu origem a três ocorrências SV+O e uma SVV+OO – neste último caso, o informante (A.1) começa por produzir COMER, repetindo depois o V com o O incorporado (COMER-SOPA) e por último apenas o O (SOPA), sem qualquer tipo de pausa ou demonstração de hesitação entre cada um dos gestos.

A segunda situação resultou da frase com o verbo ‘pintar’ (*A menina pinta o desenho*), possivelmente porque, em LGP, DESENHAR⁴³ e PINTAR são parecidos,

⁴² Este é um gesto recente, que parece ainda não estar completamente estabilizado no vocabulário da LGP e que não esperávamos. Na verdade, o que pretendíamos verificar era se os informantes usavam classificador para COMER-COM-COLHER ou se usavam o verbo neutro, como em COMER BOLO, e se o uso do classificador tinha interferência na ordem dos constituintes.

⁴³ O que diferencia o nome do verbo é o movimento, mais duradouro no verbo.

diferenciando-se sobretudo pela configuração da mão, conforme se pode ver nas imagens apresentadas na Figura 12 (embora na primeira imagem o gestuante use a mão não dominante como mão de apoio e na segunda a gestuante não o faça):



Figura 12 – DESENHAR e PINTAR em LGP (imagens retiradas do dicionário online multilíngue de línguas gestuais www.spreadthesign.com)

É possível que esta semelhança tenha influenciado a ocorrência de três frases SV(O), sendo que em duas delas os informantes (A.1 e B.2) converteram o nome (DESENHO) no verbo (DESENHAR), enquanto na outra o informante (A.2) omitiu o objeto, conforme podemos ver em (11) e (12), respectivamente:

(11) ______{ks}
 MENINA DESENHAR_(EXAUSTIVO) [B.2, 3.1]

(12)
 MENINA PINTAR_(EXAUSTIVO) [A.2, 3.1]

Note-se que estas ocorrências surgiram apenas nas produções dos informantes A.1, A.2 e B.2 (que foram os informantes que produziram as frases menos marcadas e com menos variações nos tipos de ordem, nos dois Experimentos) e numa das intérpretes do par de comparação (na produção a partir da frase com o verbo ‘comer’). Na Tabela 15, abaixo, podemos observar a distribuição dos tipos de ordem por informante, neste Experimento.

Verbo	A.1	A.2	B.1	B.2	C.1	C.2	D.1	D.2
PINTAR	SV(O)	SV(O)	SVO	SV(O)	SOV	SOV	SOV	SOV
VER	SVO	SVO	SVO	(V)O//(V)O//(S)V+O	O,SV	SOV	SOV	SOV
COMER	SVV+OO	SV+O	SVO	SV+O	SOV	SOV	SV+O	SOV
LAVAR	SVO	SVO	SOV	O,SV	SOV	SOV	SOV	SOV

Tabela 15 – Distribuição dos tipos de ordem realizados na produções em LGP por informante e por situação

Através destes dados percebemos que, excetuando as ocorrências acima mencionadas, os informantes filhos de pais Surdos (par A) mantiveram a tendência para a produção de frases SVO; o informante B.1 (que foi o que mais variação apresentou

(15) $\frac{\text{HOMEM}}{\text{T-V}_b} / \frac{\text{VER}_b}{\text{a}}$ [B.2, 3.2]

Repare-se que, apesar de não marcar o *R-locus* do S, ao gestualizar o V, o gestuante assume esse papel, direcionando o movimento do V dele para o *R-locus* do O.

Quanto à marcação de *R-loci* no espaço sintático, para além das apresentadas em (14) e (15), verificaram-se duas ocorrências, ambas em produções do informante B.1 (jovem filho de pais ouvintes, tal como B.2): a primeira foi para o verbo LAVAR (cf. (16)), a outra foi na frase produzida com o verbo VER (cf. (17)), apesar de terem ordens distintas.

(16) $\frac{\text{HOMEM}_a \text{ CARRO}_b}{\text{a}} \text{LAVAR}_b$ [B.1, 3.4]

(17) $\frac{\text{HOMEM}_a \text{ VER}_b}{\text{a}} \text{TELEVISÃO}_b$ [B.1, 3.2]

Na primeira destas produções (cf. (16)) foram estabelecidos os *R-loci* do S e do O, enquanto na segunda (cf. (17)) apenas o do *R-locus* do O foi estabelecido; em ambas as produções, o informante dirigiu o movimento do V e o olhar na direção do *R-locus* do O.

Lembramos que o objetivo desta experiência era avaliar se as estruturas sintáticas do Português têm interferência nas da LGP e que as frases-estímulo continham as mesmas situações não reversíveis das imagens-estímulo usadas na segunda tarefa do Experimento 1. Assim, é interessante comparar a distribuição dos tipos de ordem realizados por cada informante (cf. Tabelas 13 e 15): verificamos que os informantes filhos de pais Surdos mantiveram a mesma tendência para produzir frases SVO; dos informantes jovens filhos de pais ouvintes, B.1 (que tinha apresentado maior variação no tipo de frases produzidas no Experimento 1) produziu três frases SVO e B.2 (cujas produções mais se tinham assemelhado às do par A) não produziu nenhuma frase SVO; quanto aos informantes Surdos adultos (docentes de LGP, portanto, professores dos informantes dos outros três pares) e às informantes ouvintes, quase todas as frases produzidas por eles foram SOV.

Parece-nos, então, que a haver uma influência da presença do Português, na maioria dos casos ela funcionou ao contrário, isto é, alguns informantes evitaram a produção de frases SVO – a ordem básica das frases do Português – procurando

distanciar-se dela nas suas produções. As exceções foram os informantes filhos de pais Surdos, que não alteraram o tipo de produções, e o informante B.1, que no Experimento 1 tinha produzido vários enunciados muito diferentes dos enunciados dos outros informantes (tendo alguns deles levado a dificuldades de compreensão) e neste experimento produziu três enunciados SVO e um SOV, o que parece confirmar que, efetivamente, a sua gramática da LGP tem influência da gramática do Português.

3.4. Análise e discussão dos resultados

Nesta Secção, analisamos e discutimos os resultados, comparando-os com o que foi defendido por alguns autores para diversas línguas gestuais e considerando algumas das suas propostas, abordadas no Capítulo 2. Enquanto na Secção anterior (Secção 3.3) tivemos em conta os enunciados produzidos pelos informantes, nesta analisaremos os resultados por expressão de eventos, uma vez que nem todos os enunciados constituíram uma única frase e nem todas as frases exprimiram um único evento. Deste modo, pretendemos analisar algumas das produções dos informantes, no sentido de perceber qual (ou quais) dos padrões de ordem de constituintes – SVO, SOV ou outras – poderá ser considerado como a ordem básica da LGP, bem como identificar restrições que possam existir à ocorrência desse padrão e o que é que poderá motivar ou licenciar outros padrões de ordem encontrados. Deste modo, procuraremos dar resposta às hipóteses levantadas no início deste trabalho, a saber:

Hipótese 1: a ordem dos constituintes da frase varia consoante o tipo de verbos;

Hipótese 2: a compreensão e a produção são marcadas pela ordem dos constituintes;

Hipótese 3: a concordância do verbo com o objeto influencia a ordem dos constituintes.

Assim, começaremos a nossa análise por tipo de situação (reversa e não reversa), seguindo-se uma abordagem por tipo de verbos, segundo a tipologia de Padden (1988, 1990), após as quais faremos uma breve análise tendo em conta os tipos semânticos dos verbos. Finalmente, procuraremos descrever morfossintaticamente alguns dos fenómenos que licenciam certos padrões de ordem encontrados nas produções do nosso *corpus* e propomos uma análise sintática da LGP, com base nos fenómenos encontrados.

3.4.1. Posição dos argumentos em relação ao verbo por tipo de situação – reversa e não reversa

Segundo Amaral *et al* (1994), a ordem de constituintes da LGP é obrigatoriamente SVO quando a situação descrita pelo evento apresenta um sujeito e um objeto animados, portanto, ambos os argumentos com traços semânticos animados e com possibilidade de desempenhar a função de Agente; é preferencialmente OSV nos casos em que o sujeito é animado e o objeto inanimado; e, finalmente, parece aleatória noutras situações (cf. Secção 2.4., Capítulo 2.). Estes autores consideram, assim, que as restrições semânticas do verbo quanto ao sujeito (animado/não animado) condicionam a ordem de palavras em LGP, não havendo uma só ordem básica.

Também para outras línguas gestuais as propriedades semânticas dos referentes e as situações que o verbo permite criar – reversível ou não reversível – têm sido notadas como altamente influenciadoras da ordem de constituintes, como foi apresentado no Capítulo 2 (cf. Volterra *et al*, 1984; Leeson & Saeed, 2012b).

No sentido de perceber a influência que o tipo de situação expressa pelos eventos pode ter na ordem de constituintes em frases simples declarativas em LGP, organizámos a experiência em torno da elicitacão de produções com situações reversíveis e situações não reversíveis, tendo obtido os resultados apresentados na Tabela 16.

Situação	Número de produções	Posição do S		Posição do O	
		SV...	...OV	...VO	
Reversível	15	11	2	8	
Não reversível	36	32	15	13	
Total	51	43	17	21	

Tabela 16 – Ocorrências dos argumentos S e O segundo o tipo de situação

Começando pela **posição do argumento S**, verificamos que, em situações reversíveis, das 15 frases encontradas, 11 têm S pré-verbal (das outras 4, apenas uma tem S pós-verbal, não sendo expresso linguisticamente nas outras 3); em situações não reversíveis, das 36 frases encontradas, 32 têm S pré-verbal (das outras 4, nenhuma tem S expresso linguisticamente). Pelos resultados obtidos, parece-nos lícito afirmar que **a posição do sujeito em LGP é pré-verbal, independentemente de a situação ser reversível ou não reversível.**

No que diz respeito à **posição do argumento O** em frases com situações reversíveis, das 10 frases em que ele é realizado linguisticamente, verificamos que se encontra em posição pré-verbal em 2 frases e em posição pós-verbal em 8 frases; nas 28

frases com situações não reversíveis em que é visível, encontramos 15 com o O em posição pré-verbal e 13 em posição pós-verbal.

Apesar de o número de frases com O pré-verbal ter aumentado nas frases com situações não reversíveis, observa-se que há apenas mais duas frases com O pré-verbal do que com O pós-verbal, o que **parece indicar alguma flexibilidade na sua posição em relação ao V, mas não temos dados que nos permitam afirmar que a posição pré-verbal do O é preferencial**. Com efeito, os resultados apresentados na Secção 3.3 deste Capítulo revelam que, **quer em situações reversíveis quer em situações não reversíveis, a única ordem que não foi acompanhada de qualquer MNM foi a SVO**. Também não podemos deixar de ter presente que, com situações reversíveis, das duas frases que apresentavam o O em posição pré-verbal, uma não foi compreendida (cf. Tabelas 6 a 8) e a outra apresentava a marcação de *R-loci* no espaço, que parece ter sido determinante para a sua compreensão (cf. Tabela 11).

Considerando estes resultados parece-nos que temos dados para afirmar que se **confirma a Hipótese 2 – a compreensão e a produção são marcadas pela ordem dos constituintes**.

Estes resultados demonstram que:

- a. **a posição básica do S na LGP é pré-verbal;**
- b. **em situações reversíveis, há uma preferência para a colocação do O em posição pós-verbal**, o que vai ao encontro do afirmado em Amaral *et al* (1994: 123, 124);
- c. **em situações não reversíveis existe uma maior flexibilidade quanto à posição do O**, situação também encontrada em outras línguas gestuais, conforme apontaram Leeson & Saeed (2012b).

3.4.2. Posição dos argumentos em relação ao verbo por tipo de verbo, segundo a tipologia de Padden (1988, 1990)

Como vimos anteriormente, Padden (1988, 1990) propôs que os verbos das línguas gestuais fossem agrupados em três tipos: verbos simples, verbos de concordância e verbos espaciais. Esclarecemos também que a nossa metodologia de recolha de dados se baseou na utilizada em Volterra *et al* (1984), replicada e adaptada

por Sze (2003) e Kimmelman (2011). No entanto, tendo em conta que vários autores (Liddell, 1980; Johnston *et al*, 2007, Leeson & Saeed, 2012b, e.o.) consideram que os verbos com classificadores (uma subclasse dos verbos espaciais, elicitados pelos autores acima mencionados para situações locativas) dão origem a frases complexas, muito influenciadas pela modalidade visual-espacial⁴⁴, já referimos antes que nos centrámos apenas na eliciação de frases com verbos simples e de concordância, uma vez que pretendíamos obter, tanto quanto possível, a produção de frases simples não marcadas, declarativas e afirmativas em LGP, de tipo predicativo, com verbos que acreditamos ser transitivos.

Apesar de não termos conhecimento de estudos sobre a transitividade ou intransitividade dos verbos na LGP e de não dispormos de uma metodologia capaz de determinar aquelas propriedades, a existência de frases no *corpus* em que tanto o S como o O são expressos linguisticamente parece-nos provar a transitividade dos V utilizados. Já nos casos em que apenas o S está realizado linguisticamente, podemos estar perante três situações: (i) construção com O nulo; (ii) construção em que o V é intransitivo e não existe O na sua estrutura argumental; ou (iii) construção em que é usado como intransitivo mas o O foi incorporado no V, isto é, um único gesto significa o V e o seu argumento O (V+O).

Tendo estes fatores em mente, para o Experimento 1, procurámos elicitare na tarefa de produção e compreensão – usando como estímulo imagens com situações reversíveis – um verbo simples (ABRAÇAR) e dois verbos de concordância (REBOCAR e PERSEGUIR), e na tarefa de compreensão – usando como estímulo imagens com situações não reversíveis – um verbo simples (COMER) e três verbos de concordância (LAVAR, VER e PINTAR), de acordo com a tipologia proposta por Padden (1988, 1990).

Do total de 12 enunciados produzidos na primeira tarefa (produção e compreensão) obtivemos 15 frases, tendo em conta que duas das produções eram constituídas por duas frases e uma produção continha dois eventos (cf. Tabelas 8 a 10); na segunda tarefa (apenas produção) em 32 produções encontramos 36 frases, mais uma vez porque algumas das produções (três) continham mais do que um evento ou mais do que uma frase (uma produção), sendo que algumas delas não tinham o S e/ou o O

⁴⁴ Dada a sua especificidade e especial complexidade, influenciada pela modalidade visual-espacial das línguas gestuais, acreditamos que os verbos espaciais merecem ser objeto de um estudo próprio.

realizados linguisticamente (cf. Tabela 12). Dasquelas em que um ou ambos os argumentos do V estão realizados, o número de frases com S e O pré-verbais e com O pós-verbal, por verbo, foi o que apresentamos na Tabela 17:

Verbo	Tipo de verbo (Padden, 1990)	Pré-verbais		Pós-verbal
		SV...	...OV	...VO
ABRAÇAR	Simple	3	1	3
REBOCAR	Concordância	3	0	3
PERSEGUIR	Concordância	5	1	2
COMER	Simple	8	4	3
LAVAR	Concordância	8	3	5
VER	Concordância	8	4	4
PINTAR	Concordância	8	4	1

Tabela 17 - Ocorrências dos argumentos S e O segundo a posição em relação ao V por tipo sintático de verbo

Comparando os dados sobre os dois tipos de verbos (simple e de concordância), partindo dos verbos simple para os verbos de concordância (na tipologia de Padden (1988, 1990)), percebemos que:

- ABRAÇAR teve variação no que se refere à posição do O em relação ao V (das produções com O realizado, 1 ocorrência de O pré-verbal e 3 pós-verbal). Comparando esta variação na posição do argumento O com a ocorrida com os verbos de concordância na mesma tarefa (Experimento 1, tarefa de produção e compreensão com situações reversíveis), não nos parece que seja a natureza morfossintática do V quanto à concordância que motiva a colocação do O nas diferentes posições.

- COMER teve igualmente variação no que diz respeito à posição do O em relação ao V, mas esta foi menor do que a que encontramos em ABRAÇAR (das 7 produções com O realizado, 4 ocorrências de O pré-verbal e 3 pós-verbal). Comparando novamente esta variação na posição do argumento O com a ocorrida nos verbos de concordância na mesma tarefa (Experimento 1, tarefa de produção com situações não reversíveis), também não nos parece que a natureza morfossintática do V quanto à concordância seja o que motiva a colocação do O em posição pré ou pós-verbal.

Os verbos de concordância, como vimos anteriormente, foram definidos por Padden (1988, citada por Meir *et al.*, 1998: 82) como verbos que “codificam o papel sintático dos argumentos, bem como as características de pessoa e número através da direção do movimento das mãos e posição das palmas”. Por seu lado, Meir (1998: 2) definiu-os como verbos que efetuam um movimento linear no plano horizontal, com

marcadores de concordância para o S e o O em cada ponta, isto é, o ponto de início do movimento do gesto corresponde ao marcador de S e o ponto final ao marcador de O.

Assim, a concordância desta classe de verbos está associada a um morfema direcional que estabelece um movimento dentro de uma trajetória que vai do S para o O (ou do O para o S, no caso de verbos de movimento reverso), isto é, de locais sintáticos no espaço a eles associados (*R-loci*). Essa concordância pode também ser estabelecida apontando ou dirigindo o olhar para um ponto específico no espaço – se o referente estiver presente, será dirigido para ele, se não estiver presente, será um ponto específico no espaço que lhe ficará associado (Meir, 2002: 419).

Dos resultados que obtivemos, não encontramos evidências de que o movimento de concordância tenha tido alguma influência na ordem dos constituintes das frases produzidas. No entanto, seria necessário outro tipo de estudo para podermos ter mais dados sobre este parâmetro.

Assim, a distribuição apresentada na Tabela 17 não nos permite afirmar que o tipo de verbo (considerando apenas os verbos simples ou de concordância, uma vez que os verbos espaciais foram deliberadamente excluídos desta investigação) tem influência na posição do argumento O em relação ao V. No entanto, indica-nos que **a posição preferencial do S é pré-verbal, tanto com verbos simples como com verbos de concordância.**

No que diz respeito à Hipótese 3 – a concordância do verbo com o objeto influencia a ordem dos constituintes –, também **não encontramos evidência de que a concordância do V com o O pode influenciar a ordem dos constituintes.** Contudo foi possível verificar que, **quando a ordem básica – SVO – não é a ordem dos constituintes de uma frase, é necessário usar corretamente mecanismos de concordância (MNM, marcação de *R-loci*, movimento de concordância, etc.) de modo a não comprometer a inteligibilidade da frase** (cf. Tabelas 7 a 10, produções B.1, 1.1.b; C.1, 1.1.a; B.1, 1.2.b).

Estes resultados demonstram que:

- a. se confirma que a posição básica do S na LGP é pré-verbal;
- b. não se confirma que o tipo de verbo (simples ou de concordância) tem influência na ordem dos constituintes da frase;

- c. quando não é usada a ordem básica (SVO), é necessário usar corretamente os mecanismos de concordância, caso contrário a inteligibilidade da frase pode ficar comprometida.

3.4.2.1. Verbos de movimento de concordância regular e verbos de movimento reverso

Dentro das frases com verbos de concordância em situações reversíveis, destacou-se a realização e funcionamento morfossintático de dois verbos, nomeadamente, REBOCAR (cf. Figura 13⁴⁵) e PERSEGUIR (cf. Figura 14):

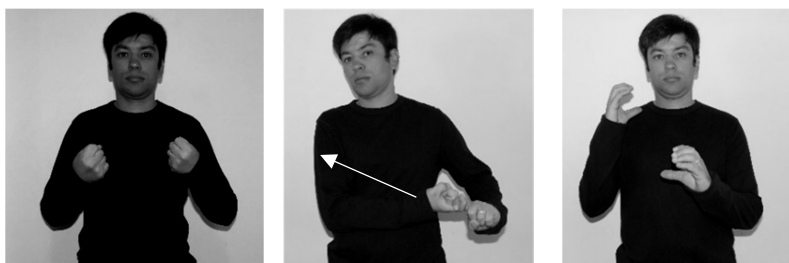


Figura 13 – CARRO_bREBOCAR_a CAMIÃO [A.1, 1.2.a]

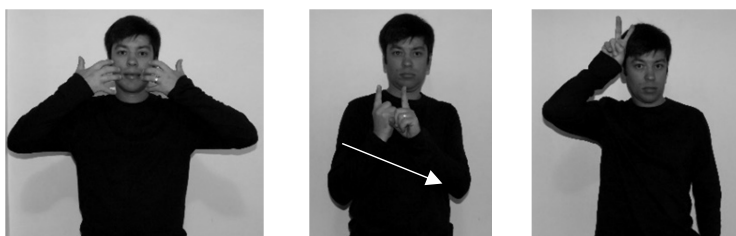


Figura 14 – GATO_aPERSEGUIR_b COELHO [A.1, 1.3.a]

Podemos observar que na produção com o verbo REBOCAR (Figura 13), o gestuante inicia o movimento no lado não dominante (que, segundo as regras de gestão do espaço sintático, costuma estar associado ao O) e termina-o no lado dominante (normalmente associado ao S) o que, como vimos anteriormente na Subsecção 2.5.2 (cf. Capítulo 2), é descrito por Meir (1998) como movimento de concordância reverso, enquanto o segundo verbo, PERSEGUIR (Figura 14), inicia o seu movimento no lado dominante e termina-o no lado não dominante, o que é descrito também por Meir (1998) como movimento de concordância regular.

⁴⁵ Para preservação da identidade dos informantes, as imagens apresentadas nesta secção são de um modelo, que repetiu as produções aqui mostradas como exemplo, de acordo com as originais.

Relativamente ao subgrupo de verbos de movimento reverso, Meir (1998, 2002) levanta a possibilidade de a concordância na Língua Gestual Israelita, e possivelmente noutras línguas gestuais, ser determinada tematicamente, em vez de sintaticamente, defendendo que o verbo concorda com os argumentos Fonte e Alvo e não com S e O (cf. Meir, 1998: 9), como acontece sistematicamente com os verbos de concordância sintática (cf. Subsecção 2.5.2 do Capítulo 2).

Tendo em conta esta distinção entre concordância sintática e concordância temática já descrita para outras línguas gestuais, consideramos que os verbos aqui analisados a ilustram claramente: com o verbo REBOCAR, o movimento parte da Fonte (que é o O, CAMIÃO) em direção ao Alvo (que é o S sintático, CARRO) e com o verbo PERSEGUIR o movimento parte igualmente da Fonte (que é o S sintático, GATO) em direção ao Alvo (que é o O, COELHO).

Esta propriedade do verbo reverso REBOCAR não afetou o padrão de ordem que tem vindo a ser considerado preferencial pelos informantes da amostra – ordem SVO – que nos parece ser a ordem básica da LGP em frases simples não marcadas. Do mesmo modo, não causou qualquer dificuldade na compreensão do enunciado.

Dada a modalidade visual das línguas gestuais, um verbo concorda com os argumentos se as localizações inicial e final coincidirem com os *R-loci* estabelecidos para os argumentos (cf. Meir, 2002:419-420). A problemática de a concordância ser estabelecida ao nível das funções sintáticas (concordância sintática/regular) ou segundo os papéis temáticos (concordância temática/reversa) deve-se à existência do grupo de verbos considerados de movimento reverso, cuja concordância parece atípica: o percurso do movimento dá-se do *locus* da Fonte para o *locus* do Alvo (cf. Meir, 1998:7), independentemente das funções sintáticas que aqueles argumentos desempenham nas frases.

Em síntese, não encontramos qualquer evidência de que o tipo de movimento de concordância de ambos tenha influenciado a ordem dos constituintes das frases produzidas, o que **confirma que os verbos de movimento reverso diferem morfológica e semanticamente dos verbos de concordância regular, mas não sintaticamente**, tal como foi previsto por Meir (1998).

3.4.3. Posição dos argumentos em relação ao verbo por tipos semânticos de verbos

Pudemos observar na Secção 3.3 deste Capítulo que alguns verbos levaram a uma maior variação nos tipos de produções dos informantes, nomeadamente as produções a partir das imagens com situações não reversíveis para os eventos LAVAR e PINTAR (cf. Tabela 12). Apesar de serem ambos verbos de concordância, segundo a tipologia de Padden (1988, 1990) – porque codificam o papel sintático dos argumentos através da direção do movimento das mãos e da posição das palmas das mãos – parece haver outra causa a influenciar os padrões de ordem dos constituintes das frases produzidas com estes verbos, sobretudo na situação com LAVAR. Retomamos, por conseguinte, a Tabela 17, mas desta vez com a informação sobre a classificação semântica dos verbos que procurámos elicitare (cf. Tabela 18):

Verbo	Tipo semântico	Pré-verbais		Pós-verbal
		SV...	...OV	...VO
ABRAÇAR	Afeto	3	1	3
REBOCAR	Movimento e execução	3	0	3
PERSEGUIR	Movimento e execução	5	1	2
COMER	Ingestão	8	4	3
LAVAR	Atividade resultativa	8	3	5
VER	Perceção	8	4	4
PINTAR	Atividade resultativa	8	4	1

Tabela 18 – Ocorrências dos argumentos S e O segundo a posição em relação ao V por tipo semântico de verbo

Se compararmos os dados da Tabela 18 com os da Tabela 13, observamos que também os informantes filhos de pais Surdos (par A) – que produziram sobretudo frases SVO em todas as tarefas, sem qualquer MNM –, bem como o informante B.2 – cujas produções com situações não reversíveis se aproximaram mais das do par A –, na situação com LAVAR, na Experiência 1, parecem ter sentido necessidade de usar estratégias para tornar mais claro o tipo de ação que o Agente exerce sobre o Alvo/Tema/Paciente. Essas estratégias foram: uso do apontar para o *locus* do O no final da frase (num enunciado que parece muito influenciado pelo Português) pelo informante A.1 (cf. (9)); repetição do V em final de frase pelo Informante A.2 (cf. (6)) e enunciado de pergunta-resposta pelo informante B.2. Também o informante C.2, que apresentou uma tendência para a produção de frases SOV com situações não reversas, para este evento produziu uma frase SVOV (com repetição do V em final de frase). Este facto

parece explicar em parte o aumento de frases com O pós-verbal em relação ao número de frases com O pré-verbal (3 ocorrências com ...OV e 5 ocorrências com ...VO).

Já na situação com PINTAR, a situação encontrada foi diferente: houve um número considerável de frases em que o O foi incorporado no V, o que se traduziu numa redução do número de frases com O linguisticamente realizado (cf. Tabela 18). É interessante observar que o OD não foi incorporado no V através do uso de um classificador – como descrito por Leeson & Saeed (2012b) (cf. Subsecção 2.5.1, Capítulo 2) – mas do movimento, isto é, o movimento de PINTAR nesta situação é o mesmo que fazemos quando pintamos uma parede (para baixo e para cima), o que parece ter levado alguns dos gestuantes a considerarem redundante a gestualização do O. Note-se que também no Experimento 2, a frase-estímulo em Português *A menina pinta o desenho*, deu igualmente origem a 3 frases em que o O foi incorporado no V (pelos mesmos informantes), embora, nestes três casos, a mão não dominante tenha sido usada como mão de apoio.

Vendo o tipo semântico destes dois verbos, verificamos que tanto LAVAR como PINTAR são verbos de atividade resultativa, pois em ambos pré-existe um objeto final, que ‘fica lavado’ e ‘fica pintado’. Contudo, em PINTAR, existe um maior grau de afetação do objeto – muda de cor – do que em LAVAR – pode voltar a estar sujo em breve. Esta diferença pode ter tido alguma influência nas ordens de constituintes das frases produzidas. Todavia, apesar de o admitirmos, comparando as imagens usadas para os elicitar (cf. Figura 8 e Figura 10) e as frases produzidas (cf. Tabelas 12 e 13), parece-nos que, mais do que o tipo semântico, foi a iconicidade das situações apresentadas que influenciou os padrões de ordem usados pelos informantes, o que contraria o que é defendido por Kimmelman (2011). Contudo, parece-nos que **a Hipótese 1 se confirma em parte: a ordem dos constituintes da frase varia consoante o tipo semântico de verbos.**

3.4.4. Ordem básica de constituintes na LGP

Do mesmo modo que parece ser aceite na Literatura para as línguas orais que a ordem básica de uma língua é a que encontramos numa frase de resposta à pergunta *O que é que aconteceu?*, sendo essa resposta uma frase declarativa, afirmativa, simples e não marcada (cf. Costa, 1998; Duarte, 2003), foi também aceite por vários linguistas, investigadores de línguas gestuais, que a ordem básica das línguas gestuais seria

S da última frase é argumento O da primeira, possível de recuperar pelo contexto discursivo.

Outra situação interessante é a que apresentamos ilustrada na Figura 15, em que há a construção de uma mininarrativa pela informante C.1, na qual consideramos que COELHO é argumento S na primeira frase e, simultaneamente, é o argumento O nulo na segunda, possível de recuperar pelo contexto discursivo:



Figura 15 – COELHO FUGIR[^]CORRER//GATO CORRER[^]_aPERSEGUIR_b [C.1, 1.3.a]

Note-se que em cada uma das frases da mininarrativa vemos dois verbos; contudo, tendo em conta que CORRER, quer esteja na segunda posição do composto (FUGIR[^]CORRER), quer esteja na primeira (CORRER[^]_aPERSEGUIR_b), acrescenta aos eventos uma informação de modo de movimento ou deslocação (informação aspetual), optámos por transcrevê-los para glosa como gestos compostos⁴⁶. Deste modo, mais uma vez a informante usou uma estratégia discursiva que, apesar de não colocar obstáculos à compreensão, não correspondeu ao que esperávamos: uma frase simples declarativa. Contudo, permite-nos observar que nesta produção – SV//SV(O) – está igualmente subjacente uma ordem SVO.

A existência de frases com tópicos marcados nas línguas gestuais tem sido assinalada por diferentes investigadores (Neidle *et al*, 2000; Sandler & Lillo-Martin, 2006; Leeson & Saeed, 2012a; Amaral *et al*, 1994, e.o.), tendo a MNM característica da marcação de tópico sido descrita por alguns deles como um ligeiro inclinar da cabeça para a frente acompanhado de um arregalar de olhos, ao mesmo tempo que é

⁴⁶ Os verbos auxiliares (neste caso, auxiliares aspetuais) na LGP podem também ser um tema interessante para se aprofundar, mas não nos parece que se enquadrem no presente estudo.

gestualizado o O topicalizado. No Experimento 1 não houve qualquer produção com estas características, mas no Experimento 2 pudemos observar duas frases onde era evidente o tipo de MNM que descrevemos. Retomamos aqui (14), agora renumerada como (22), para uma análise mais precisa:

- (22) ______{ao+ic}
 TELEVISÃO_b HOMEM_a VER_b [C.1, 3.2]
 televisão (do lado não dominante) homem ver (olhando para o lado não dominante)
 ‘televisão o homem vê(-a)’

Repare-se que não há pausa entre o O e o S, mas há a utilização da MNM característica dos tópicos marcados, marcação essa que justificará a ordem OSV da frase, que na verdade é O,SV.

Tendo em conta que optámos por não usar nas nossas experiências imagens com situações locativas, não dispomos no nosso *corpus* de exemplos de uso de classificadores que dessem origem a construções simultâneas. Encontrámos, contudo, várias construções em que houve incorporação do O no V (que, como explicámos anteriormente, optámos por anotar como V+O). É o caso de (23):

- (23) .
 HOMEM PINTAR_{CL: COM-ROLO (PARA CIMA E PARA BAIXO)} [A.1, 2.4]
 homem pintar (mão segura um rolo de pintar e movimenta-o para cima e para baixo)
 ‘o homem pinta a parede (com um rolo)’

Como vemos, ao incorporar o OD no V – como notámos anteriormente, através do movimento, não através do uso de um classificador – torna impossível determinar a ordem desses dois constituintes (cf. Leeson & Saeed, 2012b: 249).

Apesar de este ser um *corpus* bastante pequeno, portanto sem possibilidade de fazer grandes generalizações, parece-nos que temos dados para afirmar que a ordem básica da LGP é SVO e que os outros padrões de ordem encontrados derivam dela. Portanto, os dados que obtivemos não confirmam as conclusões de Amaral *et al* (1994) – de que, com exceção de alguns verbos, a ordem seria aleatória, sendo que a que lhes parecia mais frequente era a OSV; tão-pouco se confirma que o V vem sempre em posição final de frase. Parece-nos também verdadeiro que as MNM apresentam regras

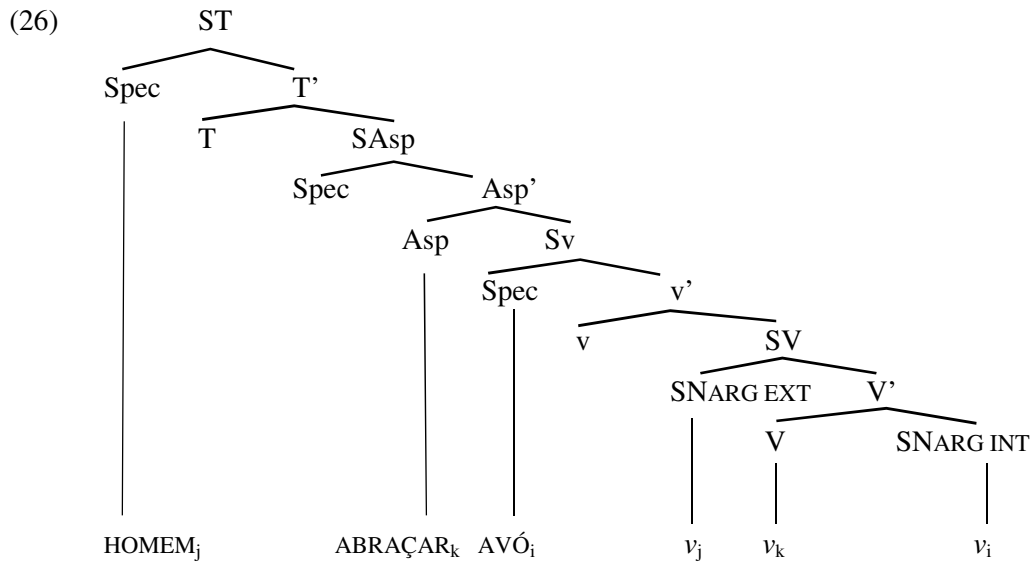
de uso no espaço sintático e funcionamento morfossintático em simultâneo com a produção manual e com o movimento que, se não forem respeitadas, podem interferir não só com o tipo de produção, a ordem de constituintes nas frases, mas também, e acima de tudo, dificultar ou comprometer a compreensão das mesmas.

3.4.5. Uma proposta de análise sintática

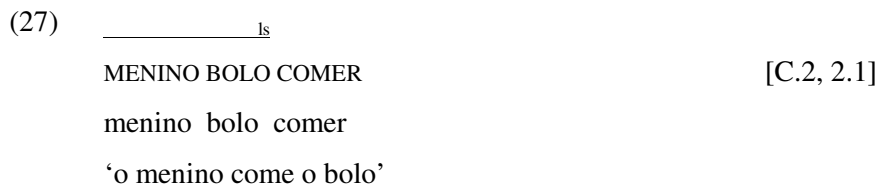
Tem sido aceite por muitos dos linguistas que se têm dedicado à investigação das línguas gestuais que, apesar de estas serem mais flexíveis do que as línguas orais e serem marcadas por especificidades funcionais e articulatórias decorrentes da modalidade visual-espacial, as construções frásicas em línguas gestuais obedecem a estrutura. Neste sentido, vários critérios têm sido considerados, em geral, em diversas línguas do mundo, para a identificação da ordem básica: (i) ser a ordem mais frequente; (ii) ser a ordem de palavras em frases simples declarativas ativas, sem uso de sintagmas ou palavras complexos; (iii) ser a ordem que requer uma descrição sintática simples; (iv) ser a ordem que é acompanhada por menos marcas morfológicas; (v) ser a ordem mais neutra, ou seja, a que é acompanhada por menos marcas pragmáticas (cf. e.o. Leeson & Saeed, 2012b).

Vimos que no nosso *corpus* existe um padrão de ordem mais frequente e não marcado que, na tarefa de compreensão, não revelou qualquer problema de inteligibilidade – o padrão de ordem SVO –, o que indica que é esta a ordem que dá em geral a informação sobre as relações gramaticais entre o verbo e os seus argumentos, conforme apontado por Liddell (1980). Não só as outras ordens revelaram a obrigatoriedade do uso de mecanismos de concordância e de gestão do espaço sintático como ficou demonstrado que estes têm regras que, não sendo respeitadas, tornam as frases difíceis de compreender ou levam mesmo à sua não compreensão. Esta proposta é reforçada pelo facto de as frases com ordens diferentes da pressuposta ordem básica serem acompanhadas de MNM e/ou pausas, ou ainda resultarem do uso de estratégias discursivas alternativas.

Vamos partir da proposta de que uma frase em qualquer língua, mesmo numa língua gestual é ST (Sintagma Tempo) (cf. Chomsky, 1995), ainda que seja verdade que em LGP e noutras línguas gestuais o tempo não é dado por morfemas de flexão associados ao verbo, mas por auxiliares ou por advérbios, como aliás nalguns tipos de línguas orais.

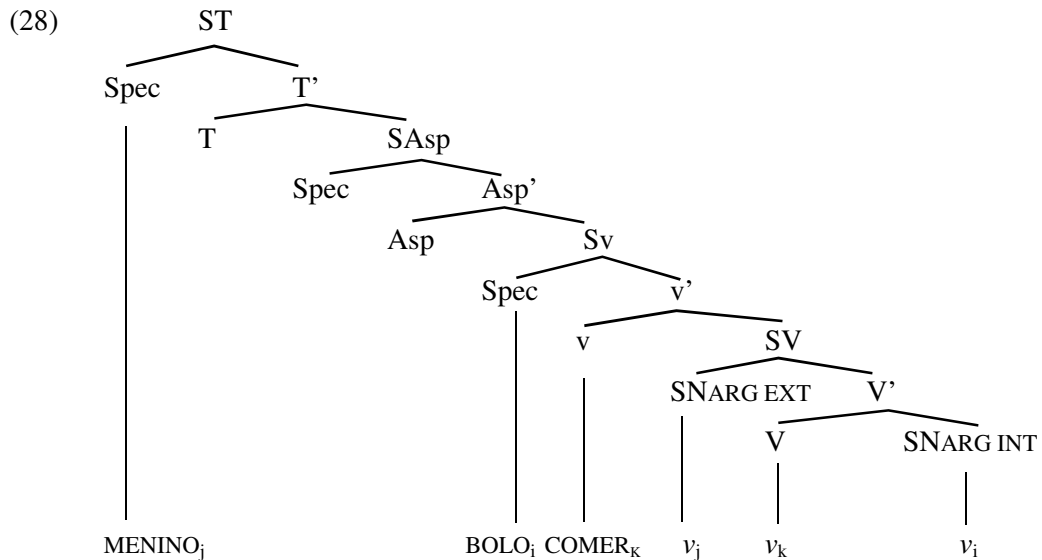


Não podemos deixar de considerar que frases com um padrão de ordem SOV são também muito frequentes na LGP, ainda que com mais frequência em frases com situações não reversíveis. Retomemos aqui o exemplo (2), agora renumerado como (27):



Nesta frase encontrámos uma MNM – levantamento das sobrancelhas – durante a produção do SNSU e do SNOD, o que pode indicar que houve um movimento dos mesmos para uma posição diferente da posição de base ou que houve uma interrupção dos mecanismos durante a derivação da estrutura. As MNM são traços do domínio pragmático-discursivo, e em alguns casos gramatical, que se realizam em simultâneo com o material lexical manual, podendo atuar em simultâneo, nas mesmas projeções ou em projeções funcionais extra ST, do tipo das adotadas por vários autores na análise de deslocamentos à esquerda e tópico, o que justificaria ordens do tipo SOV, OSV, OSVO, entre outras.

Nesta proposta, consideraremos apenas que as MNM atuam sobre os dois SN em simultâneo e impedem a subida do verbo para Asp, ficando retido em v, o que justifica a ordem SOV (cf. (28)):



Como vemos, o SNARG INTERNO move-se para a esquerda do V, subindo para Especificador de Sv, e o SNARG EXTERNO move-se para uma posição mais à esquerda, subindo para Especificador de ST. O verbo fica retido em núcleo de Sv, sendo que a sua subida é intersetada pelas MNM, que atuam em simultâneo com os SN MENINO e BOLO.

A ser assim, poderíamos aplicar à LGP princípios sintáticos comuns aos das línguas orais, sabendo, de qualquer modo, que a linearidade não é a propriedade dominante das línguas gestuais. Havendo simultaneidade de mecanismos e processos diversos, lexicais, gramaticais e discursivos, pode justificar-se que a proposta de estruturas altamente hierarquizadas não faça tanto sentido como nas línguas orais.

3.5. Síntese do capítulo

Neste capítulo começámos por descrever a metodologia que usámos para a recolha de dados para construirmos um *corpus*, uma vez que não existe uma base de dados que nos forneça o material de que precisávamos para o nosso estudo. Para essa recolha, procurámos evitar alguns constrangimentos que pudessem afetar a fiabilidade dos dados, ainda que isso não seja possível de controlar totalmente, dada a obrigatoriedade do registo em vídeo das produções dos informantes, o que pode interferir com a sua espontaneidade.

Uma primeira análise dos dados recolhidos parece indicar que a estrutura gramatical da LGP dos nossos informantes – com exceção de um – não é influenciada

pela estrutura gramatical do Português, embora tudo aponte para que a ordem básica da LGP seja a mesma do Português – SVO.

Durante a análise e discussão dos dados, foi possível confirmar que a ordem SVO é a ordem básica da LGP, não se confirmando o que foi descrito por Amaral *et al* (1994) nem a informação que é dada aos aprendentes de LGP, de que o V vem sempre em posição final de frase. Contudo, confirmou-se que há uma maior incidência de produções SVO em frases com situações reversíveis, mas que em frases com situações não reversíveis há uma maior flexibilidade, tal como acontece com outras línguas gestuais. É importante ressaltar, porém, que, quando a ordem não é SVO, é necessário utilizar os mecanismos de concordância, caso contrário a compreensão das frases poderá ficar comprometida.

Em relação às três hipóteses levantadas no início, verificou-se que (hipótese 1) o tipo semântico de verbos pode influenciar a ordem dos constituintes, mas não foram encontradas evidências de que o tipo sintático (simples ou de concordância) o faça; que (hipótese 2) a compreensão e a produção são marcadas pela ordem dos constituintes; por isso, frases SVO não precisam de qualquer marcação para ser compreendidas enquanto frases com outras ordens podem não ser compreendidas se a MNM não for a adequada; e que (hipótese 3) não foram encontradas evidências de que a concordância do verbo com o objeto influencie a ordem dos constituintes.

Finalmente, foi feita uma proposta de análise sintática de frases com dois padrões de ordem – SVO e SOV – sugerindo que, apesar de terem algumas especificidades decorrentes da modalidade visual-espacial, é possível aplicar à LGP princípios sintáticos comuns às línguas orais.

Conclusões

Considerando que o primeiro objetivo deste trabalho era perceber qual a ordem básica dos constituintes da frase na LGP, bem como alguns dos fatores que podiam influenciar ou licenciar outros tipos de ordem, podemos concluir que:

- O único padrão de ordem que encontramos sem qualquer marcação e que não provocou problemas de compreensão foi o SVO. Assim, parece-nos que os dados obtidos permitem-nos afirmar que **a ordem básica dos constituintes na LGP é a SVO, embora outras ordens sejam também possíveis, desde que devidamente licenciadas;**
- Considerando a Hipótese 1 – a ordem dos constituintes da frase varia consoante o tipo de verbos – apesar de não termos encontrado evidência de que o tipo sintático – simples ou de concordância – influencie a ordem dos constituintes, foi possível verificar que **há alguns tipos semânticos de verbos que a influenciam**. Ao contrário do que defende Kimmelman (2011), **a iconicidade de alguns verbos parece ter igualmente alguma influência;**
- Em relação à Hipótese 2 – a compreensão e a produção são marcadas pela ordem dos constituintes – podemos considerar que ficou **confirmada**. Contudo, foi também possível **concluir que existe uma maior flexibilidade na ordem dos constituintes quando se trata de situações não reversíveis;**
- Finalmente, sobre a Hipótese 3 – a concordância do verbo com o objeto influencia a ordem dos constituintes – **não encontramos evidência de que a concordância do V com o O possa influenciar a ordem dos constituintes**. Contudo, foi possível verificar que, **quando a ordem básica – SVO – não é a ordem dos constituintes de uma frase, é necessário usar corretamente mecanismos de concordância (MNM, marcação de R-loci, movimento de concordância, etc.) de modo a não comprometer a inteligibilidade da frase.**

Apesar de ser um *corpus* pequeno e de representar apenas a variante da LGP do Norte – que, tanto quanto sabemos, difere das outras variantes mais ao nível lexical do que ao nível da gramática – houve outras características que pudemos detetar e que coincidem com o que tem sido escrito sobre outras línguas gestuais:

- Parece ser uma língua sem preposições, embora, ao não incluir no nosso trabalho os verbos espaciais, não tenhamos podido testar de que forma o movimento pode ou não substituir o uso de preposições, conforme defendido por Liddell (2003);

- Tal como foi descrito para outras línguas gestuais, na LGP também é possível usar mecanismos discursivos como: topicalização; construções de pergunta-resposta; construções de mininarrativa; uso do espaço sintático para descrever as relações gramaticais entre os argumentos da frase; ou incorporação do O no V, tanto através do uso de classificadores como do movimento. Estes mecanismos justificam outros padrões de ordem dos constituintes;

- Apesar de a linearidade não ser a propriedade dominante das línguas gestuais, podemos aplicar à LGP, tal como tem sido aplicado em outras línguas gestuais, princípios sintáticos comuns às línguas orais. Contudo, devido à simultaneidade de mecanismos e processos diversos, lexicais, gramaticais e discursivos, pode justificar-se que a proposta de estruturas altamente hierarquizadas não faça tanto sentido como nas línguas orais.

Embora seja um *corpus* pequeno e com limitações, este revelou-se extremamente rico, dada a diversidade de fenómenos que pudemos identificar. Contudo, isso não exclui a necessidade de um estudo com uma maior diversidade de estímulos, bem como uma amostra que represente as diferentes variantes da LGP e não apenas a da região Norte (Grande Porto). Parece-nos que seria igualmente interessante incluir em futuros estudos gerações diferentes de Surdos (mais velhos), para verificar a variação entre idades, bem como o impacto da presença da LGP no ensino das gerações mais novas.

Parece-nos que, tão importante como confirmar os resultados do nosso estudo e verificar outros que não conseguimos confirmar, é igualmente necessária uma investigação que se centre nas marcações não manuais e suas regras, tendo em conta que, tal como pudemos verificar, são de extrema importância para a compreensão dos enunciados em LGP. Apesar de as adquirirem, como parte integrante da gramática da LGP, os próprios gestuantes nativos parecem não ter consciência de como funcionam essas regras, logo, estas não são ensinadas aos aprendentes – surdos ou ouvintes – o que parece explicar algumas dificuldades de compreensão e de expressão por parte destes.

Por último, lembramos que, como este estudo é sobre verbos transitivos não locativos, as generalizações aqui propostas não são extrapoláveis para frases com verbos espaciais.

Referências bibliográficas

- Amaral, M. A.; Coutinho, A. & Martins, M. R. D. 1994. *Para uma gramática da Língua Gestual Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Ambar, M. 1992. *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- Battison, R. 1974. Phonological deletion in American Sign Language. *Sign Language Studies*, v. 5, pp 1-19. Citado por Quadros & Karnopp (2004).
- Battison, R. 1978. *Lexical borrowing in American Sign Language*. Silver Spring, Maryland: Ed. Linstock. Citado por Amaral *et al* (1994) e Quadros & Karnopp (2004).
- Bolinger, D. & Sears, D. A. 1981 [1968]. *Aspects of Language*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc. 3ª Edição.
- Bos, H. 1993. Agreement and Pro-drop in Sign Language of the Netherlands. In Drijkoningen, F. & K. Hengeveld (eds): *Linguistics in the Netherlands*. Amsterdam: John Benjamins. Citado por Meir (1998).
- Carmo, H.; Martins, M.; Morgado, M. & Estanqueiro, P. 2007. *Programa Curricular de Língua Gestual Portuguesa: Educação pré-escolar e ensino básico*. Lisboa: Ministério da Educação / Direção Geral da Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Coordenação de F. Cavaca.
- Carvalho, P. V. 2007. *Breve história dos Surdos – no mundo e em Portugal*. Lisboa: Surd'Universo.
- Cecchetto, C.; Geraci, C. & Zucchi, S. 2006. Strategies of relativization in Italian Sign Language. *Natural Language and Linguistic Theory*, 24, pp. 945-975.
- Cecchetto, C.; Geraci, C. & Zucchi, S. 2009. Another way to mark syntactic dependencies: The case for right-peripheral specifiers in sign languages. *Language*, vol. 85, N. 2, June 2009, pp. 278-320.
- Chomsky, N. 1982. *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Chomsky, N. 1986. *O conhecimento da Língua: Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Caminho. Tradução de A. Gonçalves & A. T. Alves, 1994.

- Chomsky, N. 1993. A Minimalist Program for Linguistic Theory. In K. Hale e J. Keyser (eds) *The view from building 20: Essays in Linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, 1-52. Cambridge: The MIT Press. Citado por Kayne, 1994 e Costa, 2001.
- Chomsky, N. 1995, *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Choupina, C. 2013. *Regência, transitividade e intransitividade: noções e critérios: Uma abordagem sintática dos verbos com objetos cognatos em PE*. Dissertação de Doutorado não publicada, Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Corina, D. 1993. To branch or not to branch: Underspecification in ASL handshape contours. In G. Coulter (Ed) *Current Issues in ASL phonology*, 63-95. New York: Academic Press. Citado por Sandler & Lillo-Martin (2006).
- Costa, J. 1998. *Word order variation: A constraint-based approach*. The Hage: Holland Academic Graphics.
- Costa, J. 2001. *Gramática, conflitos e violações*. Lisboa: Caminho.
- Duarte, I. & Brito, A. M. 1996. Sintaxe. In I. H. Faria, E. R. Pedro, I. Duarte; C. A. M. Gouveia (orgs). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: Caminho, pp. 247-302.
- Duarte, I. 1987. *A construção de topicalização na gramática do português*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa. Citada por Costa, 2001.
- Duarte, I. 2000. *Língua Portuguesa: Instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Duarte, I. 2003. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. 7ª edição. Lisboa: Caminho, pp. 275-321.
- Emmorey, K. 2002. *Language, cognition, and the brain: Insights from sign language research*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. Edição eletrónica publicada por Taylor & Francis e-Library, 2008.
- Engberg-Pedersen, E. 1993. *Space in Danish Sign Language: The semantics and morphosyntax of the use of space in a visual language*. Hamburgo: Signum-Verlag. Citada por Emmorey (2002).
- Gomes, M. C. 2010. *Lugares e representações do outro: a surdez como diferença*. Porto: CIEE/Livpsic.
- Gonçalves, A. & Raposo, E. B. P. (2013) Sintaxe e Semântica – Classes lexicais e sintagmáticas. In Raposo, E. B. P., Nascimento, M. F. B., Mota, M. A. C.,

- Segura, L. & Mendes, A. (Org.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Greenberg, J. H. 1963 [1966]. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: J. H. Greenberg. *Universal of Language*. Massachusetts: MIT Press. Segunda edição.
- Hockett, C. F. 1960. The Origin of Speech, *Scientific American* 204, pp. 88-111. Reimpresso in: Wang, W. S-Y. 1982. *Human Communication: Language and Its Psychological Bases*, *Scientific American*, pp. 4-12.
- Johnston, T. & Schembri, A. 2007. *Australian Sign Language: An introduction to sign language linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. 6ª edição, 2012.
- Johnston, T.; Vermeerbergen, M.; Shembri, A. & Leeson, L. 2007. ‘Real data are messy’: Considering cross-linguistic analysis of constituent ordering in Auslan, VGT, and ISL. In P. Perniss, R. Pfau & M. Steinbach (eds.) *Visible variation: Comparative studies on sign language structure*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 163-205.
- Kayne, R. 1994. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Kegl, J. & Iwata, G. 1989. Lenguaje de Signos Nicaragüense: A pidgin sheds light on the “creole?” ASL. *Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Pacific Linguistics Conference*. Eugene: University of Oregon. Citadas por Emmorey (2002).
- Kegl, J. 1994. The Nicaraguan sign language project: an overview. *Signpost* 7, 24–31. Citada por Emmorey (2002).
- Kegl, J.; Senghas, A. & Coppola, M. 1999. Creation through contact: Sign language emergence and sign language change in Nicaragua. In M. DeGraff (Ed.) *Language 7 Creation and Language Change: Creolization, Diachrony, and Development*, 179-237. Cambridge, MA: MIT Press. Citadas por Emmorey (2002).
- Kimmelman, V. 2011. Word order in Russian Sign Language: An extended report. *Linguistics in Amsterdam*, 5(1), 1-56.
- Leeson, L. & Saeed, J. 2012a. *Irish Sign Language*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Leeson, L. & Saeed, J. 2012b. Word order. In R. Pfau, M Steinbach e B. Woll (eds.), *Sign language: An international book*. Berlin: Mouton De Gruyter, pp. 245-265.

- Liddell, S. & Johnson, R. 1986. American Sign Language compound formation processes, lexicalization and phonological remnants. *Natural Language and Linguistic Theory*, 4, 445-513. Citados por Amaral et al (1994).
- Liddell, S. 1980. *American Sign Language syntax*. The Hague: Mouton Publishers.
- Liddell, S. 2003a. *Grammar, gesture, and meaning in American Sign Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Liddell, S. 2003b. Sources of meaning in ASL classifier predicates. In K. Emmorey (Ed.), *Perspectives on classifier constructions in signed languages*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers. Reimpressão de 2008, por Psychology Press, pp. 199-220.
- Lyons, J. 1981. *Language and Linguistics: An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press. Edição de 1985.
- Mateus et al. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. 7ª edição. Lisboa: Caminho.
- McDonald, B. H. 1982. *Aspects of the American Sign Language predicate system*. Dissertação de Doutorado não publicada, Universidade de Buffalo. Citado por Emmorey (2002).
- Meir, I. 1998. Syntactic-semantic interaction in Israeli Sign Language verbs. *Sign Language Linguistics*, vol. 1, 3-33.
- Meir, I. 2002. A cross-modality perspective on verb agreement. *Natural Language & Linguistic Theory*, 20, 413-450.
- Meir, I.; Padden, C.; Aronoff, M. & Sandler, W. 2008. Repensando classes verbais em línguas de sinais: o corpo como sujeito. In: R. M. Quadros & M. L. B. Vasconcellos (Orgs.). *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais – TISLR 9*. Petrópolis: Arara Azul, pp. 82-101. Edição de distribuição gratuita em versão para download, disponível em: www.editora-arara-azul.com.br.
- Nascimento, S. & Correia, M. 2011. *Um olhar sobre a morfologia dos gestos*. Lisboa: Universidade Católica.
- Neidle, C.; Kegl, J.; MacLaughlin, D.; Bahan, B. & Lee, R. 2000. *The Syntax of America Sign Language: Functional Categories and Hierarchical Structure*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Padden, C. 1990. The relation between space and grammar in ASL verb morphology. In C. Lucas (ed.) *Proceedings of the second International Conference on Theoretical Issues in Sign Language research*. Washington, DC: Gallaudet University Press, pp. 118-132.

- Perniss, P.; Pfau, R. & Steinbach, M. 2007. Can't you see the difference? Sources of variation in sign language structure. In P. Perniss, M. Steinbach & R. Pfau (eds) *Visible variation: Comparative studies on sign language structure*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 1-34.
- Quadros, R. & Quer, J. 2008. Revertendo os verbos reversos e seguindo em frente: Sobre concordância, auxiliares e classes verbais em línguas de sinais. In: R. M. Quadros & M. L. B. Vasconcellos (Orgs.). *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais – TISLR 9*. Petrópolis: Arara Azul, pp. 65-81. Edição de distribuição gratuita em versão para download, disponível em: www.editora-arara-azul.com.br.
- Quadros, R. M. & Karnopp, L. B. 2004. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Sandler, W. & Lillo-Martin, D. 2006. *Sign language and linguistic universals*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sandler, W. 1989. *Phonological representation of the sign*. Dordrecht: Foris. Citada por Sandler & Lillo-Martin (2006).
- Saussure, F. 1916. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Éditions Payot & Rivages. Edição de 1995.
- Schembri, A. 2003. Rethinking 'classifiers' in signed languages. In K. Emmorey (Ed.), *Perspectives on classifier constructions in signed languages*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers. Reimpressão de 2008, por Psychology Press, pp. 3-34.
- Stokoe, W. C. 1960. Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. *Studies in linguistics: Occasional papers, n 8*. Buffalo: Dept. of Anthropology and Linguistics, University of Buffalo. Citado por Amaral *et al* (1994), Liddell (2003a) e Quadros & Karnopp (2004).
- Supalla, T. 1978. Morphology of verbs of motion and location in American Sign Language. In F Caccamise (Ed.), *American Sign Language in a bilingual, bicultural context: Proceedings of the national symposium on sign language research and teaching*. Silver Spring, MD: National Association of the Deaf, pp. 27-45. Citado por Emmorey (2002).

- Supalla, T. 1982. *Structure and acquisition of verbs of motion and location in American Sign Language*. Dissertação de Doutorado não publicada, Universidade da Califórnia, San Diego. Citado por Emmorey (2002).
- Supalla, T. 1986. The classifier system in American Sign Language. In C. Craig (Ed.), *Noun classification and categorization*. Amsterdam: John Benjamins North America. Citado por Emmorey (2002).
- Supalla, T. 2003. Revisiting visual analogy in ASL classifier predicates. In K. Emmorey (Ed.), *Perspectives on classifier constructions in signed languages*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers. Reimpressão de 2008, por Psychology Press, pp. 249-257.
- Sze, Y. B. F. 2003. Word order of Hong Kong Sign Language. In A. Baker; B. van den Bogaerde & O. Crasborn (Eds.) *Cross-linguistic perspectives in sign language research. Selected papers from TISLR 2000*. Hamburg: Signum, pp. 163-192.
- Volterra, V.; Corazza, S.; Radutsky, E. & Natale, F. 1984. Italian Sign Language: The order of elements in declarative sentences. In F. Loncke, P. Boyes-Braem & Y. Lebrun (eds.), *Recent research on European sign languages*. Lisse: Swets and Zeitlinger, pp. 19-48.

Legislação

- Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro. 7 de Janeiro de 2008. *Diário da República – I Série – nº 4*. Assembleia da República.
- Despacho Normativo Nº 7520/98, de 6 de Maio. 6 de Maio de 1998. *Diário da República - II Série, nº 104*. Ministério da Educação – Gabinete da Secretária de Estado da Educação e Inovação.
- Lei Constitucional Nº1/97 de 20 de Setembro. 20 de Setembro de 1997. *Diário da República nº218 - I Série A*. Assembleia da República.
- Lei nº 21/2008 de 12 de Maio. 12 de Maio de 2008. *Diário da República – I Série – Nº 91*. Assembleia da República.

Anexos

Anexo 1 – Inquérito sociodemográfico e linguístico – informantes Surdos

Este inquérito destina-se à recolha de dados relativos à Língua Gestual Portuguesa (LGP), com vista à realização de uma tese no âmbito de um mestrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os dados por si fornecidos e as imagens gravadas serão usados única e exclusivamente para fins académicos.

Obrigada pela sua colaboração.

1. Idade: _____
2. Sexo: _____
3. Área onde mora: _____
4. Grau de surdez: _____
5. Onde adquiriu a LGP: _____
6. Pais surdos ou ouvintes? _____
7. Tem familiares surdos (sem ser o pai ou a mãe)? _____
8. Com que idade começou a adquirir a LGP? _____
9. Comunica em LGP com a família? _____
10. Comunica em LGP com os amigos? _____
11. Escolaridade
Básico: _____ Secundário: _____ Superior: _____
12. Escolaridade dos pais:
Pai: Básico: _____ Secundário: _____ Superior: _____
Mãe: Básico: _____ Secundário: _____ Superior: _____

Anexo 2 – Inquérito sociodemográfico e linguístico – Intérpretes de LGP

Este inquérito destina-se à recolha de dados relativos à Língua Gestual Portuguesa (LGP), com vista à realização de uma tese no âmbito de um mestrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os dados por si fornecidos e as imagens gravadas serão usados única e exclusivamente para fins académicos.

Obrigada pela sua colaboração.

1. Idade: _____
2. Sexo: _____
3. Tem familiares surdos? _____
4. Com que idade começou a aprender a LGP? _____
5. Onde aprendeu a LGP? _____
6. Com que frequência contacta com a comunidade Surda fora do trabalho?
Nunca__ Muito raramente__ Algumas vezes__ Muitas vezes__ Quase sempre__
7. Há quantos anos trabalha como intérprete de LGP? _____
8. Em que área do país tem trabalhado como intérprete de LGP? _____
9. Em que tipo de serviço(s):
Escolas _____
Ensino Superior _____
Conferências _____
Televisão _____
Outro(s) _____

